



Raquel de Andrade Barreto

**Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça:
Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura, do Departamento de História da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Marco Antonio Villela Pamplona

Rio de Janeiro
Março de 2005



Raquel de Andrade Barreto

**Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça:
Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Profº Marco Antonio Villela Pamplona

Orientador

Departamento de História-PUC-Rio

Profº Julio Cesar de Souza Tavares

Departamento de Comunicação Social - UFF

Profª Angela Maria de Randolpho Paiva

Departamento de Sociologia – PUC-Rio

Profº João Pontes Nogueira

Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 02 de março de 2005.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

Raquel de Andrade Barreto

Graduou-se em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF, em 2002. Pós-Graduação em “Fotografia como Instrumento de Pesquisa nas Ciências Sociais”, pela Universidade Candido Mendes - Instituto de Humanidades, em 2004.

Ficha catalográfica

Barreto, Raquel de Andrade

“Enegrecendo o feminismo” ou “Feminizando a raça” : narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzáles / Raquel de Andrade Barreto ; orientador: Marco Antonio Villela Pamplona. – Rio de Janeiro : PUC-Rio, Departamento de História, 2005.

128 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de História.

Inclui referências bibliográficas

1. História – Teses. 2. Davis, Angela Davis. 3. Gonzalez, Lélia. 4. Mulheres negras. 5. Diáspora africana. 6. Militantes e intelectuais. 7. Relações raciais Brasil - Estados Unidos. I. Pamplona, Marco Antonio. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Dedico esta dissertação e todo esforço que envolveu a sua elaboração a minha família: Aldo Villegas (marido), Ester de Andrade (irmã), Haroldo de Souza (pai) e Vera de Andrade (mãe), pelo exemplo de luta e perseverança, pelo apoio, amor e carinho.

Agradecimentos

Ao meu orientador, o Professor Marco Antonio Pamplona, pela paciência, apoio e estímulo intelectual.

A banca da qualificação, Prof. Dr. Julio Cesar Tavares e Prof. Dr. Luis Reznik pelas sugestões, críticas pertinentes, informações e considerações úteis para o desenvolvimento dessa dissertação. Ao Professor Daniel Aarão pelo carinho e exemplos de vida.

Aos/as amigos/as e colegas que foram parte importante dessa dissertação ao compartilharem comigo histórias, debates intelectuais, livros, materiais, companheirismo, sorrisos e Axé:

Ana Garcia, Anna Paula, Angela Gilliam, Carlos Alberto Medeiros, Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento (pelo auxílio financeiro concedido por um ano), Daryle, Denise Rollemberg, Edson Borges, Elenira Onijá, Eliane de Almeida, Elisa Larkin Nascimento, Elisabeth Viana, Fabiana Malha, Flávio Gomes, Francisco Antonio, Funcionários do Departamento de História da PUC/Rio (Anair, Cleusa, Cláudio e Edna), Gail Lerner, Giovana Xavier, Gizlene Neder, Januário Garcia, Jéssica Chantico, José Gonçalves, José Maria Nunes, Jurema Werneck, Justin, Kátia Drumond, Luciana Dias, Luciano, Luiza Bairros, Marcela Zaroni, Márcio Macedo, Maria das Graças (Anna Davis), Maria de Fátima Magalhães, Neusa das Dores, Paul Amar, Paula Rodrigues, Rachel Soihet, Rafael Cesar, Rodrigo Fonseca, Roberta S. Amorreli, Suzete Lima, Wania Sant'Anna.

Resumo

Barreto, Raquel de Andrade; Pamplona, Marco Antonio Villela. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça:** Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro, 2005, 128 p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A dissertação tem como objetivo apresentar e comparar as trajetórias e pensamento de Angela Yvonne Davis (Alabama/EUA, 1944) e Lélia Almeida Gonzalez (Minas Gerais/Brasil, 1935 - Rio de Janeiro/Brasil, 1994) – duas intelectuais e militantes dos movimentos negros nos EUA e no Brasil. Angela destacou-se internacionalmente na década de 1960 como símbolo da luta negra nos EUA, o impacto da sua imagem se inscreveu na memória daqueles que viveram aqueles anos. Lélia foi militante importante do movimento negro brasileiro de finais dos anos 1970, quando também participou ativamente luta política pela redemocratização do país. Minha discussão das obras dos autores enfatiza as teorizações desenvolvidas acerca da inserção das mulheres negras em seus países, com destaque para o debate a respeito das experiências das mesmas com a escravidão. Explora-se, ao longo da dissertação, o legado conceitual que deixaram para os estudos contemporâneos sobre relações raciais.

Palavras-chave

Angela Davis e Lélia Gonzalez, Mulheres negras, Diáspora africana, Militantes e intelectuais, Relações raciais Brasil - Estados Unidos.

Abstract

Barreto, Raquel de Andrade; Pamplona, Marco Antonio Villela. **Blackening Feminism or Feminizing Race:** the Libertarian Narratives of Angela Davis and Lélia Gonzalez. Rio de Janeiro, 2005, 128 p. Msc. Dissertation - Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

My goal with this thesis is to present and compare the trajectories and thoughts of Angela Yvonne Davis (Alabama/USA, 1944) and Lélia Almeida Gonzalez (Minas Gerais/Brazil, 1935 - Rio de Janeiro/Brazil, 1994) – both women intellectuals and activists of the Black movements in the US and Brazil. Angela became internationally known in the 1960s as a Black struggle symbol in the US. The impact of her figure still lingers on in the memory of those who lived in those years. Lélia was an important activist in the Brazilian Black movement of the late 1970s, when she intensively took part in the political struggle for the return of democracy in Brazil. My discussion of the authors' main works emphasizes the theoretical essays they developed on the social insertion of black women in their countries. It specially highlights the debate forwarded on black women experiences under slavery. Throughout the thesis I call attention for the contribution of their conceptual legacy for contemporary studies on racial relations.

Keywords

Angela Davis and Lélia Gonzalez, Black women, African diaspora, Activists and intellectuals, Race relations Brazil - United States.

Sumário

Apresentação	10
1. Lélia Gonzalez	18
1.1. Introdução	18
1.2. Trajetória	19
1.3. Gênero e raça na obra de Lélia Gonzalez	36
1.4. O conceito de amefricanidade e as organizações de mulheres negras	48
2. Angela Davis	60
2.1. Introdução	60
2.2. Uma breve apresentação de Angela Davis	61
2.2.1. Algumas pontuações sobre os anos 60 nos EUA	61
2.2.2. Notas sobre a trajetória intelectual e política de Angela Davis	64
2.3. O pensamento de Angela sobre mulheres afro-americanas, raça e gênero	75
3. Angela e Lélia: as encruzilhadas entre classe, gênero e raça ou a perspectiva da interseccionalidade	94
3.1. Introdução	94
3.2. Comparando as trajetórias intelectuais e políticas	95
3.3. Comparando escritos	103
4. Reflexões Finais	113
Fontes	116
Referências bibliográficas	121

A importância de invocarmos Lélia Gonzalez, nesse momento, sinaliza o desafio que enfrentamos, enquanto ativistas, de encontrar novas direções para a nossa luta de mulheres negras no Brasil.

Achamos que é muito pertinente ter você, Angela, aqui hoje, pois de certo modo a sua trajetória como ativista tem muito em comum com a contribuição da Lélia com a nossa luta no Brasil. Principalmente porque ela sempre procurou nos fazer entender que a nossa luta no Brasil não é um fato isolado. Que somos, todas, resultado de um mesmo processo de negros na diáspora.

Fala de Luiza Bairros (militante do movimento negro e Professora da Universidade Católica da Bahia) na chegada de Angela Davis ao Brasil em 1997 para a *I Jornada Cultural Lélia Gonzalez* organizada pela Fundação Cultural Palmares – publicada na revista **O Olhar da Mulher Negra: Sociedade e Cultura Brasileira Contemporânea**. Revista da Fundação Palmares, Brasília: MINC, 1999.

Apresentação

Ela falou, Dona Celie, é melhor você falar baixo. Deus pode escutar você. Deixa ele escutar, eu falei. Se ele escutasse alguma vez uma pobre mulher negra o mundo seria um lugar bem diferente, eu posso garantir.

Alice Walker ¹

A dissertação tem como objetivo apresentar e comparar as trajetórias e pensamento de Angela Yvonne Davis (Alabama/Eua, 1944) e Lélia Almeida Gonzalez (Minas Gerais/Brasil, 1935 - Rio de Janeiro/Brasil, 1994) duas intelectuais e militantes dos movimentos negros nos EUA e no Brasil, que tiveram uma grande importância em suas respectivas épocas pelas ações e reflexões desenvolvidas. A pesquisa articula as histórias de vida e as idéias, a partir da comparação de aspectos das trajetórias e dos pensamentos (temário de debates/assuntos, categorias, reflexões e abordagens) das duas autoras. O intuito é compreender as respectivas contribuições dessas mulheres e de suas obras para a luta contra o racismo e sexismo de seus países. Para isso, estaremos abordando as suas principais formulações levando em conta as diferenças e semelhanças entre as políticas raciais do Brasil e dos Estados Unidos, países tidos como modelos antagônicos de estruturação de relações raciais na diáspora africana. E ainda, buscaremos compreender um aspecto pouco tratado nos estudos sobre a questão racial: a ação dos militantes e o seu papel na luta anti-racista.

Destaca-se nas atividades das pesquisadas a relação que mantiveram entre a militância política e as atividades acadêmicas. Uma relação tensa e ambígua entre dois campos que muitas vezes se apresentam como opostos, ou se pensam isolados. A tarefa de Angela e Lélia foi construir um conhecimento que fosse também parte da luta pela libertação, na perspectiva do trabalho intelectual como forma de ativismo.

A escolha de Angela e Lélia para a comparação foi resultado das proximidades que tiveram como intelectuais e militantes, bem como a importância equivalente que tiveram em seus movimentos negros, levando em conta as particularidades dos mesmos. Nesse sentido, é importante destacar o trabalho do

¹ WALKER, Alice. **A cor púrpura**. São Paul: Marco Zero, 1986, p. 214.

historiador com a comparação, na medida em que consistem num “(...) duplo movimento de reconhecimento e estranhamento”.² Assim sendo, trabalhamos com as intercessões e pontos de distanciamento, o que tornou possível a comparação, apesar da diversidade e dimensão dos respectivos contextos, das diferenças em alguns aspectos das trajetórias, das propostas e elaborações políticas e intelectuais de Angela e Lélia.

Nos utilizamos, para pensar a comparação do conceito de diáspora, tal como o define Luiza Bairros, ressaltando seu duplo significado:

Um constitui a nós negros como grupo em que dimensão de raça extrapola qualquer outra condição. Ou seja, um negro é antes de tudo um negro, com todas as conotações de subordinação que isto implica, em qualquer parte do chamado Novo Mundo (...). O outro tem a ver com o fato de que o racismo antinegro, estabelecido globalmente, nos permite incorporar experiências que dizem respeito não apenas à nossa realidade mais imediata, mas também a de outros negros, mesmo que nunca as tenhamos vivenciado diretamente. Há elementos na nossa identidade negra que são, por assim dizer, globais. E isso ocorre mesmo considerando que ela é mediada por diferenças nacionais, de gênero e classe social.³

Dessa forma, o caráter afro-diaspórico nos serve como elemento de compreensão sobre as experiências negras de forma global, sem desconsiderar as especificidades das duas sociedades em questão e as duas individualidades.

Pensando ainda na diáspora, esse conceito foi fundamental para a estruturação de toda a dissertação, assim sendo, seguimos as conceituações de Stuart Hall. O autor pensa o conceito a partir da sua própria experiência como jamaicano na Inglaterra.

Na situação de diáspora, as identidades se tornam múltiplas. Junto com os elos que as ligam a uma ilha de origem específica, há outras forças centrípetas: há a qualidade de “ser caribenho” (...) tornou-se “caribenha”, não no Caribe, mas em Londres (...) as re-identificações simbólicas com as culturas “africanas”.⁴

² SILVA, Denise Ferreira. Zumbi & Simpson, Farrakan & Pelé: as encruzilhadas do discurso racial. In: **Estudos Afro-asiáticos**, n.33, setembro, 1998, Rio de Janeiro: UCAM, p. 88.

³ BAIROS, Luiza. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. In: **Afro - Ásia**, n.º. 17, 1996, Salvador: EdUFBA, p. 173.

⁴ HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003, p. 27.

A idéia de tornar-se negra é um ponto importante para as nossas reflexões e comparações, pois as autoras destacam em suas trajetórias o momento da tomada de consciência como mulher negra. Hall nos traz ainda a relação entre a experiência diaspórica, o engajamento político e a produção intelectual, o que unifica a experiência de afro-americanos e afro-brasileiros. Lembrando que a “referência hifenizada já marca o processo de diáspora”⁵, o *afro* nos coloca de imediato uma visão globalizante de indivíduos que estão em diversas partes do continente americano, mas que se ligam a África. Contudo é importante pontuar que o que definimos como África também é uma construção que engloba diferentes povos, tribos, culturas cujo traço unificador seria o tráfico de escravos que acompanhou a expansão européia na Época Moderna. Como afirma Hall “a África é o significante, a metáfora, para aquela dimensão da sociedade e história que foi maciçamente suprimida, sistematicamente negada e isso, apesar de tudo que ocorreu permaneceu assim”⁶. Stuart nos lembra que o termo foi tomado de empréstimo da história moderna do povo judeu, e recorda ainda o fato do Holocausto ser um dos poucos elementos na história mundial comparáveis com a escravidão moderna. A relevância do conceito na pesquisa prende-se ao fato dele unificar as experiências de Angela e Lélia e outros afro-descendentes espalhados pela diáspora, que se debruçaram sobre os mesmos temas.

Uma outra discussão central na nossa pesquisa é o conceito de raça, é importante pontuarmos que trabalhamos com raça e não etnia por ter como base as questões colocadas pelas autoras, as quais, informadas pelos discursos dominantes em suas épocas, trabalharam com a categoria raça, não etnia.

Quando abordamos o termo raça, entretanto, estamos dando conta de um uma categoria socialmente construída com referências sociais, culturais e históricas, com base em diferenças físicas, ascendência genealógica e a cor da pele para hierarquizar a cultura, a história e os paradigmas filosóficos não-ocidentais. O mesmo foi usado para alocar ou excluir pessoas de posições na estrutura social. Giralda Seyferth complementa “Raça é um termo de múltiplos conteúdos, as taxonomias raciais têm

⁵ Ibid, p. 41

⁶ Ibid, p. 41

alto grau de arbítrio que servem de base para a construção de esquemas classificatórios”.⁷ Pensando especificamente na condição negra Cornel West cita:

(...) a negritude não tem sentido fora de um contexto marcado por pessoas e práticas preocupadas com diferenças raciais. Todas as pessoas de pele negra e fenótipo africano estão sujeitas a um potencial abuso hegemônico dos brancos.⁸

No projeto inicial de pesquisa havíamos apresentado os objetivos da pesquisa. Acreditamos ter alcançado os mesmos com a elaboração da dissertação. O trabalho colabora no desenvolvimento dos estudos históricos comparados sobre a política racial no Brasil e Estados Unidos e busca apresentar novos aspectos para o entendimento das relações raciais nos dois países. Enfatizamos a dimensão de gênero que tem sido, até então, pouco abordada de forma comparativa. Trata-se de apresentar duas contribuições importantes no desenvolvimento do pensamento político negro na diáspora africana, duas trajetórias intelectuais femininas, e contribuir para um maior conhecimento a respeito das biografias de Angela Davis e Lélia Gonzalez.

Na construção das biografias, utilizamos os relatos de Angela e Lélia a respeito de suas próprias trajetórias. O uso desse tipo de documentação nos trouxe a questão do papel da memória na elaboração das narrativas autobiográficas, nos colocando os problemas peculiares ao uso desse tipo de documentação. Os fatos escolhidos por Angela e Lélia visavam dar um sentido às suas vidas e à construção de uma biografia pública e exemplar como militantes e intelectuais, dessa forma justificando escolhas política, pessoais e intelectuais.

Algumas hipóteses orientaram a elaboração da pesquisa. A primeira consiste no pressuposto de que não se podem desassociar as experiências pessoais das pesquisadas, das escolhas temáticas presentes no conjunto das obras. Avalio o fato a partir da premissa de que as pesquisadas também viviam intensamente os efeitos das desigualdades raciais e de gênero nos seus países, que as expunham à situação de desvantagem vivida por outras mulheres negras.

⁷ SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário Antropológico** /93. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995, p. 175.

⁸ WEST, Cornel. **Questão de raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 42.

Minha segunda hipótese é a de como a formação diferenciada das relações raciais e as particularidades da construção da categoria raça, nos EUA e no Brasil, contribuíram para a estruturação diferenciada da luta anti-racista empreendida nos dois países. Daí se segue que um dos grandes paradoxos a respeito da opressão racial brasileira reside na sua durabilidade apesar de ter ocorrido de forma não institucional, diferentemente do que aconteceu, por exemplo, na África do Sul e nos EUA. Nestes dois últimos países coube mais ao aparato legal e não a informalidade da sociedade civil, excluir negros/as dos seus direitos fundamentais.⁹

Como já mencionado a pesquisa buscou estabelecer uma ligação entre o estudo comparado sobre Angela e Lélia com a questão da formação e o papel da intelectualidade negra na diáspora africana. Acrescenta-se ainda, o entendimento de que o trabalho intelectual também deve ser reconhecido como uma forma de ativismo. Por outro lado, essa adjetivação – intelectualidade negra – tem o papel de marcar um posicionamento político frente à exclusão dos afro-descendentes das instituições de ensino superior e dos centros de pesquisa, em particular no Brasil. Ao adjetivar o termo intelectualidade, pretendo dar conta do engajamento político daqueles (as) que assim se identificam na luta anti-racista contemporânea.

Desde o final do século XIX, esses intelectuais negros buscaram refletir e pensar politicamente estratégias de combate ao racismo.

A formação de uma intelectualidade negra nos EUA e no Brasil ocorreu, entretanto, de forma bastante diferenciada. No primeiro, o processo iniciou-se desde o final do século XIX com a atuação pioneira de W.E.B. Du Bois, a partir da publicação de sua tese de doutorado em Havard¹⁰, *The Supression of the African Slave- Trade to the United States of América 1638-1870* em 1896.

Além do pioneirismo de Du Bois, é preciso lembrar do movimento *Harlem Renaissance* dos anos de 1920 que permitiu o surgimento e fortificação de uma série de artistas e pensadores, como os escritores Richad Wrigth e Zora Neale Hurston,

⁹ Conferir BAIROS, Luiza. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. In: *Afro - Ásia*, n.º 17, 1996, Salvador: UFBA, p. 180.

¹⁰ Foi o primeiro negro a obter o título de doutor na citada universidade, como mencionado por Heloisa Toller Gomes na introdução de DU BOIS, W.E.B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Editora Lacerda, 1999.

entre outros. Esse movimento permitiu aos afro-americanos se repensarem como uma comunidade e, principalmente, construírem um discurso a respeito de si mesmos.

No Brasil, os pesquisadores consideram a surgimento da Imprensa Negra em São Paulo como o início da tentativa de criação de uma esfera pública negra. Esta permitiu que afro-brasileiros apresentassem as suas inquietações, problemas e dilemas. A partir de uma série de jornais publicados como *Kosmos*, *O Clarim da Alvorada*, *O Menelik* e *A Voz da Raça*, no período dos anos 1910 a 1940, pode-se constatar que esse movimento foi regional e desenvolveu-se apenas no Estado de São Paulo¹¹.

O que esses intelectuais trouxeram de diferentes contextos foi a necessidade da formação de um “pensamento político negro”. Definido aqui como, a reelaboração da representação do negro/a, a construção de um discurso próprio sobre a sua condição racializada numa perspectiva multidisciplinar, ou seja, do ponto de vista político, social, cultural e estético e a relação desses universos com o restante da sociedade não-negra.

Aproveito para destacar alguns aspectos das relações raciais no Brasil e nos EUA. Afirmando desde logo que não considero que seja melhor ou pior o racismo existente no Brasil ou nos Estados Unidos. Avalio que os dois países criaram sistemas que permitiram a manutenção da desigualdade, tanto no período escravista, como posteriormente. Ressalto o fato das relações raciais não terem permanecido estáticas nas duas sociedades. Em cada qual elas se desenvolveram de um modo diferente ao longo do tempo, configurando, assim, formas distintas de desigualdades para os descendentes de africanos, como ocorreu também em outras ex-sociedades escravistas. Nas diferenças entre Brasil e EUA, as heranças culturais e históricas acrescidas das diferenças econômicas e sociais possuem grande relevância. Porém, isso não invalida os pontos de semelhanças, na medida em que, as duas sociedades possuíram uma experiência colonial e escravista. O desfecho da escravidão nas duas sociedades, ajuda-nos a entender as soluções adotadas pelos respectivos governos na resolução dos problemas dos descendentes de africanos. Estou atenta para as

¹¹ A historiografia tradicional brasileira não se preocupou em buscar e pesquisar as trajetórias de intelectuais negros do século XIX, pois os estudos recentes mostram a existência dos mesmos.

interações e convergências pois, numa perspectiva comparatista entre as duas realidades cabe “(...) evitar o caminho atraente das dicotomias precisas e focalizar exatamente nas franjas, ou seja, às margens, nas zonas nebulosas, onde as diferenças podem nos revelar a sua origem comum e nos cruzamentos, os pontos onde caminhos opostos se encontram (ou se originam)”.¹²

Como lembra a socióloga Angela R. Paiva, “(...) a maneira como os dois países eliminaram o sistema escravocrata é certamente reveladora da marca que foi impressa nas relações raciais que foram construídas a partir de então”.¹³ Nos EUA, a escravidão existiu paralelamente à nova República durante aproximadamente um século. Para o historiador Marco A. Pamplona, “(...) as três cláusulas especiais da Constituição Americana revelam claramente, [que] a escravidão era não apenas admitida, mas nutrida com zelo no período anterior à guerra civil”.¹⁴ Porém ao término do conflito, a ordem social estava modificada. Enquanto isso no Brasil, a República não coexistiu com a escravidão, porém ao termino da escravidão, a ordem anterior permaneceu inalterada sob muitos aspectos e os afro-brasileiros excluídos da cidadania. Esse processo é caracterizado por Pamplona a partir da definição de Gramsci do *transformismo*¹⁵, ou seja, quando a ordem hierárquica e conservadora do país se mantém intacta exatamente pela maneira como certas transformações foram implementadas.

A organização desse trabalho seguiu a ordem cronológica da vida das pesquisadas. Nesse sentido, o primeiro capítulo é sobre Lélia Gonzalez, apresentando sua trajetória inserida no contexto de retomada dos movimentos sociais no Brasil. Além disso, apresentação das suas idéias com destaque para o conceito formulado por ela da *amefricanidade*.

No segundo capítulo, uma análise da trajetória de Angela Davis, com destaque para os acontecimentos de sua vida que a projetaram com força naquele contexto. Em

¹² SILVA, Denise Ferreira. Zumbi & Simpson, Farrakan & Pelé: as encruzilhadas do discurso racial. In: **Estudos Afro-asiáticos**, n.33, setembro, 1998, Rio de Janeiro: UCAM, p. 96.

¹³ PAIVA, Angela R. Relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos: perdas e ganhos na construção da cidadania. In: FONSECA, Denise P. Rosalem (org.). **Resistência e inclusão: história, cultura e cidadania afro-descendentes**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Consulado Geral dos EUA, 2003, p. 139.

¹⁴ PAMPLONA, Marco A. **Revoltas, repúblicas e cidadania**. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003, pp. 13-14.

¹⁵ Ibid. p. 9.

relação ao seu pensamento, destacamos o seu primeiro texto sobre as mulheres negras elaborado em 1971 que teve uma forte significação naquele contexto, como parte do início dos estudos sobre as mulheres afro-americanas.

No terceiro capítulo, está uma análise comparada a respeito das trajetórias de Angela e Lélia, e também de suas idéias, com ênfase na problematização a respeito das experiências das mulheres negras na escravidão, dessa forma desconstruindo visões preconceituosas arraigadas presentes tanto em discussões intelectuais como no senso comum. Nessa parte também podemos observar as especificidades das autoras e as novas contribuições que trouxeram para o feminismo negro

No quarto capítulo apresentamos algumas reflexões finais, a partir da retomada do objeto e das questões iniciais da pesquisa. Por fim, reunimos todas as fontes trabalhadas e a bibliografia consultada.

Não poderia deixar de mencionar, a consciência do lugar de quem desenvolve a pesquisa e produz o conhecimento, ou seja, a identificação que tenho como mulher negra, ao levar em conta a importância das trajetórias individuais para o desenvolvimento do que se nomeia como o “feminismo negro”. É necessário mencionar que essa pesquisa nasceu da busca por referências femininas no desenvolvimento do pensamento político negro. Essas relações de proximidade, não impediram as avaliações críticas e a abordagem problematizada sobre os limites e as ambigüidades presentes em Angela e Lélia, o que será abordado a seguir.

1.

Lélia Gonzalez

1.1. Introdução

Lélia por ela mesma:

Foi então que uns brancos muito legais convidaram a gente pra uma festa deles, dizendo que era pra gente também. Negócio de livro sobre a gente. A gente foi muito bem recebido e tratado com toda consideração. Chamaram até pra sentar na mesa onde eles estavam sentados, fazendo discurso bonito, dizendo que a gente era oprimido, discriminado, explorado. Eram todos gente fina, educada, viajada por esse mundo de Deus. Sabiam das coisas. E a gente foi se sentar lá na mesa. Só que tava cheia de gente que não deu pra gente sentar junto com eles. Mas a gente se arrumou muito bem, procurando umas cadeiras e sentando bem atrás deles. Eles tavam tão ocupados, ensinando um monte de coisa pro criolêu da platéia, que nem repararam que se apertasse um pouco até que dava pra abrir um espaçozinho e todo mundo sentar junto na mesa. Mas a gente foi eles que fizeram, e a gente não podia bagunçar com essa de chega pra cá, chega pra lá. A gente tinha que ser educado. E era discurso e mais discurso, tudo com muito aplauso.

Foi aí que a neguinha que tava sentada com a gente, deu uma de atrevida. Tinham chamado ela pra responder uma pergunta. Ela se levantou, foi lá na mesa pra falar no microfone e começou a reclamar por causa de certas coisas que tavam acontecendo na festa. Tava armada a quizumba. A negrada parecia que tava esperando por isso pra bagunçar tudo. E era um tal de falar alto, gritar, vaiar, que nem dava mais pra ouvir discurso nenhum. Tá na cara que os brancos ficaram brancos de raiva e com razão. Tinham chamado a gente pra festa de um livro que falava da gente e a gente se comportava daquele jeito, catimbando a discursadeira deles. Onde já se viu? Se eles sabiam da gente mais do que a gente mesmo? Teve uma hora que não deu pra agüentar aquela zoada toda da negrada ignorante e mal educada. Era demais. Foi aí que um branco enfezado partiu pra cima de um crioulo que tinha pegado no microfone pra falar contra os brancos. E a festa acabou em briga...

*Agora, aqui pra nós, quem teve a culpa? Aquela neguinha atrevida, ora. Se não tivesse dado com a língua nos dentes... Agora tá queimada entre os brancos. Malham ela até hoje. Também quem mandou não saber se comportar? Não é a toa que eles vivem dizendo que 'preto quando não caga na entrada caga na saída'...*¹⁶

¹⁶ Epígrafe de abertura do texto "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

Se a trajetória de alguma pessoa pode resumir de forma contundente a retomada dos movimentos sociais de meados da década de 1970, essa trajetória foi a de Lélia Gonzalez. Combinando aspectos pouco comuns na sociedade brasileira da época, como o fato de ser mulher e negra – pertencente, assim, a dois grupos historicamente subordinados – e, mesmo assim, tendo conseguido desenvolver tanto em pouco tempo e ainda marcado a mente das pessoas que a conheceram. Esse primeiro capítulo trata de Lélia e também das idéias que esta desenvolveu.

1.2. Trajetória

Lélia Gonzalez nasceu Lélia de Almeida. Tornou-se Gonzalez quando adulta, depois do casamento com um espanhol, Luiz Carlos Gonzalez, amigo da época da faculdade. Nasceu em Belo Horizonte (MG), em 01 de fevereiro de 1935. A penúltima filha de uma família de baixa renda com 18 filhos. O seu pai, Acácio Joaquim de Almeida, foi ferroviário e sua mãe, Urcinda Seraphina de Almeida, era trabalhadora doméstica de origem indígena. O pai morreu quando ela ainda era criança. Como era comum na época, em famílias com muitos filhos, os irmãos mais velhos acabavam sendo responsáveis pelos menores, e com a família de Lélia ocorreu o mesmo. A irmã mais velha de Lélia tornou-se então responsável por cuidar dela. “Ela era a mulher mais nova de 18 filhos e a minha mãe era a mulher mais velha dos 18 filhos. A minha mãe praticamente cuidou desses filhos todos junto com a minha avó.”¹⁷

Lélia conseguiu estudar mais do que seus irmãos, que em sua maioria só terminaram a escola primária. Um dos irmãos de Lélia, Jaime de Almeida, começou a jogar no Flamengo e, tendo se estabilizado no futebol, conseguiu trazer a família de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, em 1942.

O que deu a Lélia a oportunidade de continuar os seus estudos foi o fato de sua mãe trabalhar para uma família italiana que resolveu custear a sua educação. A possibilidade de estudar conferiu a Lélia uma maior independência da sua família.

¹⁷ Entrevista realizada com Eliane de Almeida, sobrinha de Lélia, em 05 de Julho de 2004.

“Enquanto eu via as outras meninas acompanhadas pelos adultos, eu fazia tudo sozinha, eu fico até emocionada de me lembrar desses momentos.”¹⁸ Apesar de ter dado prosseguimento aos estudos, isso não impediu que Lélia tivesse que, por um tempo, trabalhar como babá quando era ainda muito nova. Refez em parte, desta forma, a trajetória de grande parte das mulheres negras: a execução do trabalho doméstico.

Em relação aos estudos, Lélia menciona nos seus depoimentos que esse foi o espaço de realização do processo de lavagem cerebral racista. “(...) vocês podem imaginar como eu me sentia na aula de história quando a professora dizia que o negro era servil e o índio indolente! Logo eu, filha de pai negro e mãe índia!”¹⁹

À medida que avançava nos estudos, ela rejeitava a sua condição de negra. O ápice do processo de embranquecimento²⁰ se deu na Universidade. Graduou-se em História e Geografia em 1958 e em Filosofia em 1962, na antiga Universidade do Estado da Guanabara (UEG), atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Após a conclusão da sua primeira graduação, Lélia começou a trabalhar como professora. Lecionou em universidades como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Universidade Gama Filho (UGF), a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e, também, em Colégios, como o Santo Inácio e o Colégio de Aplicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAP-UERJ).

Na época, Lélia – como muitos/as negros/as que cursam o ensino superior – se mantêm cada vez mais afastada da sua comunidade. Apesar de não se ver como uma mulher negra, ela era considerada como tal, “(...) aquela pretinha legal, muito inteligente, os professores gostavam, esses baratos todos...”²¹ Como ela mesmo cita, a sua estética também revela isso, “(...) eu usava peruca, esticava o cabelo, gostava

¹⁸ **O Pasquim**, n. 871, 20-26 de março de 1986, p. 09.

¹⁹ Retirado do Site < <http://www.leliagonzalez.org.br/historia.html>.> Acessado no dia 12 de Janeiro de 2005.

²⁰ O processo deve ser pensado como alienação da condição de negro/a por parte do próprio negro/a.

²¹ HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.). **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1980, p. 201. (O livro consiste em depoimentos concedidos aos autores do livro).

de andar vestida como uma lady”²². Com o seu despertar para a sua consciência racial, a sua estética também passou por uma forte mudança.²³

Eu lembro, quando a gente saía, tinha pessoas que paravam e ficavam olhando. Como ela era linda! Com cabelo enrolado, hoje cabelo enrolado é comum, na época era diferente. Ela foi uma das primeiras mulheres a mostrar o nosso cabelo. Ela usava roupas afro, ela tinha estilo. Quando ela passava as pessoas se perguntavam se ela era artista. Ela era tão brilhante, ela se impunha, ela era respeitada. Mas, teve um período anterior que eu e Lélia, nós usávamos peruca. Um outro estilo de roupa, um estilo clássico da moda europeia. Mas quando ela tomou consciência, ela mudou radicalmente!²⁴

Há, porém, controvérsias sobre a formação acadêmica de Lélia: em entrevistas ao Pasquim, em 1986, ela cita ter cursado “comunicação e antropologia na pós-graduação.”²⁵ Mas até o término desta pesquisa, não me deparei com a sua dissertação ou tese, nem com qualquer referência mais aprofundada à mesma. O que se passava era que, na época, não havia a obrigatoriedade das Pós-graduações para lecionar em instituições de ensino superior do país. Os centros de pesquisa do país ainda estavam em desenvolvimento. Além disso, em função da ditadura militar, muitos professores universitários estavam exilados. Um outro ponto que se relaciona ao tema foi o fato de Lélia ter dado aula em instituições públicas de ensino, como a UERJ e UFRJ, e não ter se efetivado em nenhuma delas. Na ocasião também era comum contratos temporários com professores. Em especial, os departamentos dos cursos de ciências sociais é que foram os mais afetados pelas cassações a professores opositoristas ao regime militar.

O despertar sobre a sua condição de mulher negra foi motivado pelos problemas que teve com a família de seu esposo Luiz Carlos Gonzalez, espanhol, colega de faculdade da sua segunda graduação. Na época em que se casaram, Gonzalez morava sozinho e não mantinha contatos com a família, que não ficou

²² Ibid, p.202.

²³ A questão da estética é um ponto de contato entre as duas militantes aqui estudadas, mais do que um simples detalhe. A politização do corpo negro para torná-lo também um espaço de afirmação de uma outra identidade foi fundamental nos movimentos negros dos EUA e Brasil. Não há quem não tenha visto, por exemplo, a imagem de Angela Davis e não tenha se impactado com o seu cabelo afro – e com Lélia também. Há quem considere a estética da brasileira como reelaboração de muitos elementos da indumentária do candomblé.

²⁴ Entrevista realizada com Eliane de Almeida, sobrinha de Lélia, em 05 de Julho de 2004.

²⁵ **O Pasquim**. Op. Cit., p. 9.

sabendo do casamento. Posteriormente, depois de reatadas as relações, a família não aceitou o casamento, bombardeando o casal com comentários preconceituosos. “Quando eu disse que nós havíamos nos casado, passei a ser vista como safada, prostituta, sem vergonha (...)”²⁶ A família não via com bom olhos o fato de Carlos ter se casado com uma mulher negra. O casamento duraria até o falecimento dele, mais dois anos depois de casados. “Ele encheu o saco e rompeu relações com a família de novo. As relações com a família dele eram muito complicadas, tão complicadas que ele acabou se matando”.²⁷

A Psicanálise teve um papel importante na trajetória de Lélia, possibilitando-lhe buscar suas origens e sua ancestralidade. Lélia junto com MD Magno, Betty Millan e outros, participa da Fundação do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro, em 1977. Para a sua sobrinha, “A Psicanálise a ajudou a se abrir e a se conhecer mais.”²⁸ Nesse processo, ela também envolve-se com a religiosidade de matriz africana, o candomblé, e descobriu sua negritude. Redimensionou o papel da sua mãe, estabeleceu a ligação entre ela e a realidade do povo. Ela menciona a mãe como

(...) uma mulher inteligente, com uma capacidade de percepção muito grande das coisas e que passou isso para mim... que a gente não pode estar distanciado desse povo que está aí, senão a gente cai numa espécie de abstracionismo muito grande.²⁹

Lélia foi membro do Colégio Freudiano do Rio de Janeiro e estendeu as reflexões da Psicanálise para a análise da questão de raça e gênero no Brasil, produzindo assim o texto de sua autoria mais conhecido sobre o tema: “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, com base em um conceito formulado por MD Magno “amefrica ladina”.

A relação com a produção de conhecimento foi uma busca constante na vida de Lélia que, particularmente, detestava a postura acomodada e alienada das pessoas. Isso foi uma característica que a acompanhou como professora e militante:

²⁶ O Pasquim. Op. Cit., p. 10.

²⁷ Ibid, p. 10.

²⁸ Entrevista realizada com Eliane de Almeida, sobrinha de Lélia, em 05 de Julho de 2004.

²⁹ HOLLANDA, Heloísa Buarque. Op. Cit., p. 203.

Lélia detestava que as pessoas não tivessem conhecimento, principalmente nós mulheres negras, tínhamos que ter conhecimento da nossa posição perante essa sociedade massacrante. A gente tinha que amar o nosso corpo, a gente tinha que ter posição, a gente tinha que ter conhecimento de tudo. Para poder ser libertar dessa internalização branca, desse embranquecimento que foi colocado.³⁰

Depois do falecimento do seu marido, Gonzalez, ela iniciou a prática de debates sobre filosofia em sua casa, isto em meados da década de 60, ainda sob a Ditadura no momento mais repressivo. Januário Garcia, amigo de Lélia antes do movimento negro, narra as experiências das reuniões:

Naquela época, eu fazia parte de um grupo de pessoas que produziam cinema. Nós freqüentávamos muito o Cine Paissandu. Era a época dos ciclos de Godard, Bergmann, Fellini, Buñuel. Era a época do existencialismo. Na ocasião, eu era fotógrafo de cinema e freqüentava as reuniões na casa de Lélia, porque estava interessado nas discussões sobre intelectuais, como Simone de Beauvoir, Althusser e Sartre, entre outros.³¹

Foi nessa época que as preocupações com a questão racial também começaram a despertar, com um caráter de curiosidade intelectual, mais do que preocupação política.

Nesses bate-papos também começamos a falar sobre a questão negra. Eu já tinha na época preocupações com a questão negra, pois na minha caminhada, já tinha visto o racismo como uma constante na minha vida. E foi aí, quando iniciamos as conversas sobre essas questões, que Lélia começou a juntar todo aquele saber dela de Filosofia, História e Sociologia com a questão negra. Foi aí que a gente começou a discutir mais profundamente a questão racial.³²

As reuniões, por mais “inocentes” que parecessem ser, representavam certo perigo. E deveriam ser feitas com cautela, na verdade, quase todos os freqüentadores faziam parte também do círculo de amizade pessoal de Lélia. Constituído por muitos de seus alunos que se interessavam pela Filosofia. O momento era de forte repressão política e qualquer movimentação além do normal poderia ser considerada como subversiva. Lembramos que o período correspondia à instituição do Ato Institucional Número 5 (AI-5), que radicalizava as medidas anteriores de restrição da liberdade.

³⁰ Entrevista realizada com Eliane de Almeida, sobrinha de Lélia, em 05 de Julho de 2004.

³¹ Entrevista realizada com Januário Garcia em 03 de julho de 2004.

³² Ibid.

A partir da pesquisa desenvolvida para a elaboração da dissertação, consegui, acredito que em primeira mão, recolher informações existentes sobre os ativistas e as organizações do movimento negro nos arquivos dos fichários do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro. A concentração e investigações detiveram-se em Lélia e não em outros militantes. Levantamos informações importantes para uma melhor compreensão daquela conjuntura. No entanto, há uma grande necessidade de outros estudos que possam trabalhar com essa documentação de forma mais ampla. Infelizmente não obtive acesso ao prontuário de Lélia, já que a legislação existente no Rio não permite o acesso de terceiros, apenas do próprio e de familiares. As informações que foram recolhidas são aquelas que estavam na “parte pública”, ou seja, os fichários do DOPS.

As informações sobre Lélia aparecem pela primeira vez nos fichários do DOPS em 1972³³, quando era professora de Filosofia na Universidade Gama Filho. Nessa ocasião, foi solicitada a averiguação sobre o seu possível envolvimento no “recrutamento de adeptos à doutrina marxista” na citada universidade. No entanto, nada foi comprovado após a investigação. Com base nos depoimentos recolhidos para a pesquisa, pressuponho que o recrutamento teria alguma relação com a prática de reuniões na casa de Lélia para discussões filosóficas. As referências a ela voltam aparecer nos arquivos em 1978, relacionadas à sua participação no movimento negro. A presença de Lélia em reuniões e em atos públicos foi acompanhada de perto e algumas de suas palestras que abordavam o tema das relações raciais no Brasil foram gravadas e transcritas nos relatórios.

Sobre a militância de Lélia no PT, encontramos uma grande documentação referente à sua candidatura à Deputada Federal, em 1982. Inclusive panfletos com a sua plataforma política. É importante frisar que o período corresponde ao da reabertura, e ainda mantinha, de “forma mais discreta” a vigilância aos militantes e aos movimentos sociais. Havia por parte das autoridades brasileiras certa preocupação com a amplitude do movimento negro, em especial, por uma razão

³³ As documentações consultadas referentes à Lélia Gonzalez são: **Setor:** Informação, **Pasta** 157, **Fl.**779; **Setor:** DGIE, **Pasta**,305/K **Fl.**422; **Setor:** Município, **Pasta** 152, **Fls.**4216/4334/4381/4831/5152/5251; **Setor:** DGIE, **Pasta**,305-H, **Fl.**507-6; **Setor:** Estudantil, **Pasta** 74, **Fl.**244-C; **Setor:** Comunismo, **Pasta** 159, **Fl.**313.

especial: o temor que por aqui acontecesse o mesmo o que ocorreu nos EUA conflitos e distúrbios raciais, ou que fosse criada uma organização como os Panteras Negras. Tentavam identificar em que medida a luta travada pelo movimento negro se definia como um movimento subversivo.

Os informantes estavam bem atentos ao surgimento do MNU (Movimento Negro Unificado) e a todas as atividades do seu Comitê Executivo. Tinham, inclusive, informes das reuniões do mesmo, cópias do estatuto do MNU, etc. No entanto, do material observado, o que parece ter causado maior inquietação aos órgãos repressores foram às festas *Soul*.³⁴

Os relatórios feitos pelos agentes repressores continham informações sobre os participantes, palestrantes/ debatedores, horário de início, término, número de participantes. Não tinham acesso a todas as reuniões, pois algumas eram fechadas a militantes do movimento. O que percebemos também é que, em alguns momentos, as pessoas responsáveis por executarem as averiguações sobre o movimento não tinham clareza do que se tratava, chegando a afirmar não ter o movimento “nenhum caráter subversivo”.

A pesquisa nessa documentação ajuda a desmentir um dos boatos com o qual me deparei ao entrevistar algumas pessoas sobre Lélia: alguns afirmaram que ela era, na verdade, uma agente do SNI (Serviço Nacional de Informações), infiltrada no movimento negro. Além disso, a pesquisa habilitou também o movimento negro como um dos atores possuidores de memória sobre os “anos de chumbo”, mas que poucas vezes são qualificados para o debate.

Sobre o movimento negro, o historiador Joel Rufino comenta:

(...) o colapso do mito da democracia racial que permitiu avançar o movimento negro, nos anos setenta. Ele não abriria caminho sozinho, pela exclusiva pertinência das suas lideranças; mas pela conjugação destas condições históricas favoráveis, que liquidaram em bloco o pacto ideológico que confortava a noção anterior de Brasil.³⁵

Lélia aproxima-se do movimento negro em 1974. Ela participou das reuniões que eram realizadas no Teatro Opinião em Copacabana e que deram início ao IPCN

³⁴ Para maiores informações conferir: Black Rio, DGIE- Pasta 250, Fls. 734-722. DOPS.

³⁵ SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira. In: **Revista Política e Administração**. n. 2, Rio de Janeiro: FESP, 1985, p. 298.

(Instituto de Pesquisa da Cultura Negra). O mesmo surge em plena ditadura militar, no restinho do “milagre econômico brasileiro”, quando os negros nos centros urbanos tiveram acesso ao mercado de trabalho formal.

O IPCN (...) foi criado num momento de enorme tensão social e política, a acabou expressando uma militância que radicalizava frente à questão racial, determinando uma nova característica no Movimento Negro, de questionar e denunciar abertamente o racismo na Sociedade Brasileira. (...).³⁶

Em 1976, o “primeiro Curso de Cultura Negra no Brasil, na Escola de Artes Visuais (no Parque Lage), justamente no momento em que (...) aquela instituição se renova.”³⁷ O espaço abrigava uma intelectualidade de esquerda composta por artistas. Na Escola era produzida uma visão crítica sobre a realidade nacional, chegando inclusive a se tornar o maior espaço cultural da cidade. Foi, provavelmente, nesse momento que Lélia ficou conhecida entre a intelectualidade carioca.

No final da década, em 1978, Lélia visita Salvador para participar do evento “Noventa Anos de Abolição Uma Revisão Crítica”, desenvolvido pelo Departamento de Assuntos Culturais da Prefeitura de Salvador, entre 02 e 05 de maio de 1978³⁸. De acordo com Luiza Bairros, a visita de Lélia e o curso ministrado foram fundamentais para o desenvolvimento do movimento negro na Bahia, pois alguns participantes do *curso* “que já discutiam a questão do racismo formaram o Grupo Negro, a partir do qual surgiria o MNU-Bahia.”³⁹ Nessa mesma época, Lélia participa da Convergência Socialista⁴⁰:

Eu entrei na ‘Convergência Socialista’, que era um movimento político que possuía a preocupação com o negro. Durou pouco essa permanência na Convergência, em julho de 78 eu estava nas ruas com o Movimento Negro Unificado (...) ⁴¹.

³⁶ 17 anos de IPCN. **Texto introdutório da Chapa Munto M’ banda para a eleição da diretoria do IPCN de 1992**, (mimeo).

³⁷ GONZÁLEZ, Lélia. **O Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p.40.

³⁸ Informação obtida no Currículo desenvolvido por Anna Felipe Garcia.

³⁹ **BAIRROS da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000, p.43.

⁴⁰ Há um grande silêncio sobre a passagem de Lélia pela Convergência Socialista.

⁴¹ **O Pasquim**. Op. Cit., p. 9.

Sobre as relações entre militantes negros e a Convergência, o pesquisador Michael Hanchard desenvolve o argumento de que para alguns militantes do movimento negro era necessária a existência de uma “organização com estrutura de um partido político, mas com formas de alcance semelhantes às de um movimento social”⁴², como uma resposta às vertentes culturalistas de alguns setores do movimento. O cientista social acrescenta ainda que o papel desempenhado por essa organização foi catalisar a parcela dos militantes ansiosos por uma estrutura “quase partidária”. Esta foi uma das organizações que restaram após o cerco contra as organizações de esquerda durante os anos 60 e 70.

(...) organização clandestina cuja base ideológica era a versão trotskista do marxismo (...). Ela foi um campo de treinamento para vários intelectuais importantes do Movimento Negro Unificado, os quais, mais tarde, frustrados com as estratégias da Convergência, desligaram-se dela. Mas não sem terem desenvolvido habilidades valiosas de redação e de política que, mais tarde, foram empregadas no movimento.⁴³

A sua participação no MNUCDR (Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial, posteriormente apenas MNU) foi muito importante na sua trajetória, pois foi uma das fundadoras.

(...) a criação de um movimento negro de caráter nacional. E foi assim que começaram a ser lançadas as bases do Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial, O MNU. Sua criação efetiva, que se daria em junho de 78 em São Paulo, resultou de todo um trabalho dos setores mais conseqüentes das entidades cariocas e paulistas, empenhados numa luta política comum. Vale dizer que a fundação do MNU não contou com a participação de nenhuma grande personalidade, mas resultou do esforço de uma negrada anônima, dessas novas lideranças forjadas sob o regime ditatorial militar.⁴⁴

Lélia foi membro da Comissão Executiva Nacional do MNU entre 1978 e 1982. Em 16 de junho de 1983, na Associação do Morro dos Cabritos fundou em conjunto com outras mulheres negras, o *Nzinga* – Coletivo de Mulheres Negras, e nele permaneceu até 1985. O coletivo se estruturava com um trabalho político baseado nos campos de atuação das suas militantes, as quais eram ligadas às

⁴² HANCHARD, Michael. **O Orfeu e o Poder: Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: UERJ/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001, p. 146.

⁴³ Ibid, p. 146.

⁴⁴ GONZÁLEZ, Lélia. Op. Cit., p. 42.

associações de moradores, um movimento com muita expressão na época. Atuavam lá as que estavam ligadas a outros campos, e atuavam em outros espaços. As atividades eram definidas como frente de trabalho, onde cada um se desenvolvia onde se sentia mais preparado e livre.

A gente não quer ficar forçando ninguém a ficar fazendo o que não pode, o que não gosta. A gente respeita muito essas diferenças individuais e a gente cria assim uma espécie de frente de trabalho. Quem tá afim de trabalhar na favela, vai pra favela trabalhar. Quem tá afim de ir pro presídio das mulheres vai pro presídio. Quem tá afim de ir para o movimento de mulheres, vai para o movimento de mulheres discutir as questões.⁴⁵

O nome do coletivo era uma homenagem a Rainha *Nzinga* da África, uma figura importante na luta contra o colonizador e além disso, uma personagem histórica que se converteu em símbolo de luta como “guerreira” e estrategista. Para Carlos Serrano,

Nzinga Mbandi Ngola, rainha de Matamba e Angola nos séculos XVI - XVII (1587-1663), foi uma das mulheres e heroínas africanas cuja memória mais tem desafiado o processo diluidor da amnésia, dando origem a um imaginário cultural na diáspora, tal como no folclore brasileiro, com o nome de Ginga. Despertou o interesse dos iluministas como a criação de um romance inspirado nos seus feitos (Castilhon, 1769) e citação na ‘Histoire Universelle’ (1765); é cultuada como a heroína angolana das primeiras resistências pelos modernos movimentos nacionalistas de Angola; (...) destreza política e de armas desta rainha africana na resistência à ocupação dos portugueses do território angolano e conseqüente tráfico de escravos.⁴⁶

O coletivo também tinha como símbolos: o pássaro e as cores roxa e amarelo.

É o pássaro que usamos como símbolo, porque tem a ver com a tradição nagô, segundo a qual, a ancestralidade feminina é representada por pássaros. E nossas cores têm a ver, o amarelo de Oxum, e o roxo do movimento internacional de mulheres.⁴⁷

⁴⁵ Curso ministrado por Lélia no IPEAFRO-PUC/SP em 29 de Setembro de 1984.

⁴⁶ Carlos Serrano. Ginga, a Rainha Quilombola de Matamba e Angola. In: **Revista da USP**. n. 28. São Paulo: USP, 1995, p. 13.

⁴⁷ GONZÁLEZ, Lélia. Mulher Negra. In: **Revista Afrodiáspora**. São Paulo: IPEAFRO, a. 3, n.6-7, 1985, p. 104.

A escolha da simbologia da organização reflete bem as relações que definiam o Coletivo, o movimento negro e o feminista, no entanto com a preponderância das mulheres negras, com a representação de *Nzinga*.

Lélia militou no Partido dos Trabalhadores (PT), entre 1981 e 1986. Integrou o Diretório Nacional do PT entre 1981 e 1984. Foi candidata à deputada federal, em 1982, mas não conseguiu se eleger e ocupou a primeira suplência da bancada.

A sua campanha para deputada federal estava baseada em sua militância no movimento negro e de mulheres. A mesma era intitulada “Maiorias Silenciadas” – e não silenciosas. Tinha como ponto chave os sujeitos dos novos movimentos sociais surgidos no Brasil na retomada dos movimentos sociais, as mulheres, os negros e os homossexuais. O ponto de união entre os três grupos era a questão da discriminação, uma forte bandeira de luta nos três movimentos em questão na época, cada um com sua especificidade.

(...) nós sempre trabalhamos juntos com os grupos homossexuais, também, porque há uma coisa em comum. Os grupos feministas, os grupos do movimento negro e os grupos homossexuais têm em comum é a discriminação, porque existe uma discriminação da mulher, uma discriminação do negro e uma discriminação do homossexual.⁴⁸

Tereza Costa⁴⁹, por sua vez, se refere às articulações entre as distintas identidades de Lélia, acionadas durante a campanha: a da intelectual, a da líder do movimento negro e a da militante feminista. A da militante ainda relacionava à sua luta aquela dos homossexuais. Esse conjunto de protagonistas políticos formariam, segundo ela, uma maioria silenciada. Isso propiciou uma ampla rede de relações que auxiliou a sustentação de sua campanha.

Contudo, Teresa Costa destaca ainda que dessas múltiplas identidades de Lélia, vinha a de ser mulher negra. A campanha também se caracterizou pela ousadia e inovação para a época, em especial, por tratar da questão da homossexualidade. Passado mais de uma década, a luta contra a homofobia continua sendo levada apenas por militantes gays e lésbicas. No campo do Parlamento, a exceção foi a

⁴⁸ Entrevista de Lélia Gonzalez ao programa *Suplemento Dominical do Novo Jornal Fluminense* da Rádio Tamoio em 1982.

⁴⁹ COSTA, Teresa Cristina Araújo. Caminhando contra o vento. Notas sobre a candidatura de Lélia Gonzalez. *Comunicação do ISER*. v. 1, n.3. Rio de Janeiro: ISER, dezembro de 1982.

proposta da ex-deputada federal Martha Suplicy, sobre a parceria civil. Um outro tema polêmico levantado por Lélia foi a descriminalização do aborto, e ainda a titulação de posse para os moradores de favelas, entre outras coisas.

(...) fui a primeira suplente da bancada federal do PT do Rio de Janeiro. Na minha quase eleição, fiquei por mil votos, o meu eleitorado não era apenas negro. Colocando-se a questão da discriminação, tem-se que ser coerente: discriminação da mulher, do negro, do índio e dos homossexuais também. Por causa disso, dentro do PT fui chamada de direita, porque estava levantando essas questões.⁵⁰

As críticas de Lélia ao PT foram feitas quando ela ainda era militante do partido num artigo publicado na Folha de S. Paulo⁵¹, em 1983. Ela critica duramente o programa televisivo elaborado pelo PT, que foi apresentado em rede nacional, e que não mencionava a questão racial. Entre os dez temas abordados pelo PT, nenhuma menção houve à situação dos afro-descendentes. Lélia considerou a atitude como “racismo por omissão”, um dos aspectos da ideologia do branqueamento. Ela ressalta que há no PT pessoas comprometidas com a luta contra o racismo. Lélia termina o artigo afirmando:

(...) o ato falho com relação ao negro que marcou a apresentação do PT pareceu-me de extrema gravidade (...). Se falou de um sonho que se pretende igualitário, democrático etc., mas exclusivo e excludente. Um sonho “europeizantemente europeu”⁵². Para ela, o PT do Rio era “uma vanguarda falando pra quatro paredes.”⁵³

Posteriormente, Lélia saiu do PT em função da direção do Rio de Janeiro, ela sempre frisava que não podia avaliar o problema em outros estados. Em 1986, estava no Partido Democrático Trabalhista, o PDT. É importante mencionar que Lélia tinha tido a oportunidade de conhecer Leonel Brizola no final dos anos 70, quando ele se encontrava no exílio, Lélia estava nos EUA na ocasião. Elisa Larkin, também presente na ocasião, comenta o encontro:

Abdias e eu já havíamos nos reunido em Nova Iorque com Leonel de Moura Brizola e dona Neusa, que ouviram atentos as ponderações sobre a urgência da questão

⁵⁰ GONZÁLEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima (org.). **A construção da cidadania**. Brasília: UNB, 1986, p.163.

⁵¹ GONZÁLES, Lélia. Racismo por omissão. In: **Folha de São Paulo**, 13 de Agosto de 1983.

⁵² Ibid.

⁵³ **O Pasquim**. Op. Cit., p. 08.

racial no Brasil. Agora, na companhia de Marietta e de Lélia, a conversa com Brizola foi intensa e dinâmica, quatro inteligências excepcionais no compromisso imóvel com o povo brasileiro a construir os alicerces de futuras políticas públicas anti-racistas. A intensidade do olhar de Brizola e sua compenetração evidenciavam o quanto se comovia diante das experiências de vida que lhe traziam essas duas mulheres negras. Ele se identificava com elas e participava de forma engajada e lúcida das reflexões dos três militantes negros sobre a especificidade da questão racial.⁵⁴

A sua mudança foi motivada pelo programa partidário do PDT, que tinha como prioridades os trabalhadores, as crianças, a mulher e o negro. Indiretamente Lélia também era responsável pela inclusão da questão negra no Programa do PDT, além da forte atuação de vários militantes negros no Partido, em especial, Abdias do Nascimento.

(...) em termos de partidos políticos, vamos perceber que o PDT efetivamente é o único partido brasileiro que levanta a questão negra. Os demais não. Para os demais, ainda somos os negros, um capítulo do programa político.⁵⁵

A prova dessa relação do PDT com a comunidade negra é que eleição de Brizola para governador no Rio foi vencida com o voto negro. Nessa mesma eleição, Lélia disputou novamente, dessa vez como deputada estadual. Contudo, mais uma vez ficou como suplente.

Na campanha de 1986 a questão racial continuava sendo o ponto principal:

E o destino não deixaria de reuni-los outra vez. Em 1986, Lélia voltaria a encontrar-se com o trabalhismo, ingressando no PDT e fazendo campanha com Abdias. O material da ‘dobradinha negra do PDT’ foi feito em papel amarelo, cor de Oxum.⁵⁶

A busca de Lélia por participar das eleições liga-se às suas preocupações em tornar público o debate em torno da questão racial no Brasil. Além disso, considerava importante que os/as negros/as estivessem nos partidos de esquerda. Via, porém, como problemática a relação com a Comissão ou Secretarias para os negros, por estar reproduzindo o esquema da democracia racial e não colocar a

⁵⁴ NASCIMENTO, Elisa Larkin. Lélia Gonzalez: mulher negra soberana In: < http://www.afirma.inf.br /htm/negra/especial_lg_lgmulhernegraesoberana.htm >. Acessado em 26 de Dezembro de 2004.

⁵⁵ GONZÁLES, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima (org.). **A construção da cidadania**. Brasília: UNB, 1986, p.148.

⁵⁶ NASCIMENTO, Elisa Larkin. Op. Cit.

questão do racismo dentro do programa do partido, como era o caso do PDT, por exemplo.

Não só de Universidade, debates intelectuais e movimentos sociais viveu Lélia, a pesquisada manteve ainda uma relação muito forte com o Carnaval. Além de ter publicado sobre o assunto ⁵⁷, participou do Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo e foi co-autora, com Candeia, do Enredo Noventa Anos de Abolição, em 1978. Candeia faleceu no mesmo ano, no dia 19 de novembro.

O Grêmio recreativo o Quilombo surgiu em 1975, a partir de uma discordância entre Candeia e outros membros da Portela acerca dos rumos que tomavam a Escola, mais os integrantes do bloco carnavalesco “Só não se dá bem quem não quer”. Os mesmos tinham como objetivo buscar um carnaval mais popular e menos comercial, fora dos padrões ditados pelas empresas que o exploravam como atração turística da cidade e valorizar a cultura negra. O seu grande diferencial pode ser observado em seu estatuto, que afirma o fato da escola desfilar, mas não participar da disputa do carnaval, pois trata-se uma apresentação cultural e não uma competição.

Candeia já previa naquela época que a disputa anual pelo campeonato das escolas prejudicaria a cultura do samba. Ele não gostava das regras que eram ditadas pelos organizadores, nem das imposições dos patrocinadores, nem da mídia. Para ele, o desfile deveria ser da comunidade, e não de estrelas.

(...) Antônio Candeia Filho fundou o Grêmio Recreativo de Arte Negra Quilombo em 1975. O Quilombo revela outra faceta da reafirmação do Carnaval. Segundo Nei Lopes, um compositor e porta-voz deste grupo, o seu objetivo principal era retomar certos elementos autenticamente afro-brasileiros do Carnaval carioca, que foram abandonados ou perdidos à medida que este último festejo foi se transformando, nas últimas décadas, em um evento de caráter comercial e cada vez mais em produção luxuosa. ⁵⁸

Quilombo, em seu texto-manifesto de 1975 afirmava:

⁵⁷ Cf. GONZÁLEZ, Lélia. **Festas populares no Brasil**. Rio de Janeiro: Index, 1987.

⁵⁸ RISÉRIO, Antônio. **Carnaval Ijexá**: Notas sobre afoxés e blocos do carnaval afro-baiano. Salvador: Corrupio, 1981, p.107.

Estou chegando... Respeito mitos e tradições. Trago um canto negro. Busco a liberdade. Não admito moldes. Minhas portas estão abertas. Entre com cuidado. Aqui, todos podem colaborar. Ninguém pode imperar (...) ⁵⁹

A formação acadêmica permitiu a Lélia desenvolver com bastante propriedade suas reflexões sobre a questão racial brasileira. A “bagagem” acumulada nas graduações em História e a Filosofia permitiu a Lélia a obtenção de um capital intelectual⁶⁰, antes da entrada no movimento negro. É obvio que houve trocas com a militância e ela também aprendeu com o movimento, embora pertencendo uma geração anterior.

(...) já tinha consciência que sabia muito e articulava magnificamente: o social, o psicológico, o ideológico, a luta de classes, a opressão do povo negro, sobre a acomodação e sobre mulher (havia lido Simone Beauvoir toda). ⁶¹

Uma das grandes ferramentas usada por Lélia na construção das suas idéias foi apropriação que fez da linguagem na estruturação da sua narrativa. O modo como a autora construiu as suas estratégias narrativas revela muito da sua postura contestadora. Em textos acadêmicos, marcados pela formalidade, Lélia transportou o falar cotidiano e conseguiu estruturar uma narrativa escrita com características da fala. O que não significou a ausência de um rigor acadêmico. Lélia usava expressões como “e gente sabe”, “algumas escritazinhas próprias”, e expressões que soam atualmente como politicamente incorretas: a “negrada”, o “crioléu”, “o mulherio” ⁶² entre muitas outros termos. O que mostra a preocupação de Lélia em ser entendida pela comunidade negra, em grande parte não detentora dos códigos da linguagem

⁵⁹ GONZÁLEZ, Lélia. **O Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982, p.40.

⁶⁰ Utilizo aqui o conceito formulado por Pierre Bourdieu: “Conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem (...). O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação, (...) – o capital econômico e o capital cultural.” **Razões Práticas**. Campinas: Papius. 1996, pp. 18-19.

⁶¹ Depoimento de Anna Maria Felipe Garcia à **Revista Eparrei**. a. 2, n.4, São Paulo: CCMN, p. 9.

⁶² Essas expressões aparecem em vários textos: GONZÁLEZ, Lélia. **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982; O terror nosso de cada dia. In: **Raça e Classe**. a. 1, n.2, Brasília: MNU agosto/setembro de 1987; Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz Antônio Marchado (org.). **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

acadêmica, por estar excluída desses espaços, pois a normalização e usos da língua também se inserem em um campo de disputas de hegemonia.

O relato de Luiza Bairros é bem ilustrativo sobre isso, “(...) o linguajar popular, bem ao modo do falar carioca, salpicado de expressões acadêmicas, que até permitia que nós, os militantes mais novos, entendêssemos o que é epistemologia!”⁶³. Isso resume a preocupação em ser entendida pela comunidade negra, em grande parte não detentora dos códigos da linguagem acadêmica, por estar excluída desses espaços, pois, como afirmamos antes, a normalização e usos da língua também se insere num campo de disputas de hegemonia (Tradução para escrita da oralidade que resume a experiência de várias mulheres, transmitido com humor e ironia).

Essa característica de Lélia se liga a uma prática das narrativas do feminismo negro, a utilização de exemplos pessoais para exemplificar as teorias. Observei isso em alguns textos de Lélia. Esse caráter “mais intimista” dessa produção é desconsiderado pela produção acadêmica que se pauta pela neutralidade e pelo uso de um sujeito impessoal.

Lélia investiu em estratégias para, conscientemente, subverter através da escrita. “A academia define o uso da língua como reprodução, tradição; e para nós ela deve significar: subversão, luta, conquista e direito à fala”.⁶⁴

Sobre a conjuntura política que correspondeu a retomada dos movimentos negros e de mulheres, denominada como redemocratização, podemos dizer que esses movimentos também estavam engajados na luta pelo fim da Ditadura Militar e na retomada da democracia, através da articulação com outros movimentos sociais. Contudo, os tempos da redemocratização foram definidos por Lélia como tempos também de inexistência de democracia, pois a democracia racial ainda não era efetiva no Brasil:

⁶³ BAIROS, Luiza. Lembrando Lélia Gonzalez. Op. Cit., p.43.

⁶⁴ Essa definição foi dada por Fabiana Lima, mestre em Literatura Brasileira pela UFRJ e Professora de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II do Humaitá.

(...) estamos aí num processo dito de redemocratização do país e se vamos redemocratizar nós temos que exigir uma democracia para todos e não para alguns (...). A gente percebe que são setores, assim, marginalizados no processo da produção econômica e vistos como inferiores, diferentes ou desavergonhados, ou coisas como tais e parece que falar de democracia, democracia significa a convivência com a diferença e o respeito pela diferença, nós não podemos reduzir, não se pode reduzir um negro à situação de um branco, embora do ponto de vista ideológico a gente encontra aí muito negro que é branco de cabeça, mas não se pode reduzir uma mulher a um homem, tem que se respeitar as diferenças, então veja, falar de democracia é justamente conviver respeitando as diferenças.⁶⁵

É importante pontuar que o período da retomada do movimento negro corresponde a retomada de alguns movimentos sociais e início de outros, um momento da transição política, de fim da ditadura e retomada do Estado de Direito, não só no Brasil, mas em outros países latino-americanos, que no mesmo período construíam sua transição “democrática”.⁶⁶

Sobre as relações de Lélia com o movimento negro, a partir da pesquisa realizada podemos afirmar que as relações se mantêm intensas até aproximadamente 1988, quando esta publica alguns artigos e também participa do I Encontro de Mulheres Negras. A partir dos anos 90, as referências são bem escassas, mais do que algum dado específico o período em questão corresponde ao esvaziamento do movimento negro e o início do surgimento de *ONGs*, que possuem uma dinâmica distinta de organização dos movimentos sociais. Em particular, por trabalharem com financiamentos e prazos para desenvolverem determinados projetos – entre outras diferenças.

A nova Constituição Federal de 1988 trouxe algumas das reivindicações dos movimentos sociais, que haviam iniciado sua organização a partir da metade da década de 70. Para o movimento negro, em especial, foi aprovada a proposta do deputado federal Carlos Alberto Caó de Oliveira (PDT-RJ) de tornar o racismo “*crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão nos termos da lei*”.⁶⁷

⁶⁵ Entrevista de Lélia Gonzalez ao programa *Suplemento Dominical do Novo Jornal Fluminense*, da Rádio Tamoio em 1982.

⁶⁶ Para um maior aprofundamento conferir o artigo: Silva, Francisco Carlos Teixeira da. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano: Tempo da Ditadura** - v. 4, Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁶⁷ A Constituição foi promulgada em 5 de outubro de 1988. Em seu capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, artigo 5º, inciso XLVII, declara o racismo crime inafiançável e imprescritível.

Um progresso político para o país que sempre negou a existência do racismo e afirmava a ‘Democracia Racial’.

Em 1994, Lélia assume a direção do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio. Todavia, no mesmo ano em julho, aos 59 anos, morre vítima de um infarto de miocárdio (anteriormente havia desenvolvido uma hepatite tipo B que havia deixado-a muito fraca). Abaixo transcrevemos o depoimento de Eliane, sobrinha de Lélia, sobre os seus últimos momentos:

E aí veio a Copa de 1994, o Brasil estava jogando. Então, nós ficamos sentadas conversando. E Lélia disse para mim: 'Ah, Lili hoje eu não vou beber com você não, não estou sem vontade, estou um pouco enjoada.' Eu disse tá bom. Ficamos conversando e desligamos a TV, porque ela não gostava de ver o jogo. Quando foi por volta de meia-noite eu disse: Lélia, eu vou dormir. Depois, como habitualmente ela fazia, foi ao nosso quarto para se despedir das crianças. No entanto, ela estava diferente, toda de azul, parecia que tinha uma coisa diferente. E colocou as duas mãos na porta e perguntou: “Está tudo bem com vocês? Tá, eu respondi, mas achei estranho. Deu as costas e foi dormir. No dia seguinte, como era aniversário da Isis, eu ia preparar uma macarronada com carne assada que ela adorava. E fui pegar os jornais para Lélia. Ela era noctívaga, o seu quarto era junto com os seus livros. Ela gostava de estudar de madrugada, de manhã ela lia o jornal e acordava só lá para umas 14 horas. Mas, nesse dia, eu olhei Lélia dormindo e me senti incomodada. Quando foi mais tarde eu fui acordar ela para comer, quando eu coloquei a mão nela, ela estava toda gelada.(...)

Com a morte de Lélia, surge o interesse pela personagem, a intelectual. O movimento negro foi o grande responsável por manter a sua memória viva, mesmo que em vida não tenha compreendido todas as suas idéias ou tenha cometido atitudes injustas. Foram essas pessoas, seus/suas contemporâneos/as, os/as responsáveis pela construção da “imortal” no processo de consagração da sua memória. Mantendo vivas as narrativas sobre ela, que mais dez anos depois ainda chegam a mim e a tornam tema de pesquisa.

1.3. Gênero e raça na obra de Lélia Gonzalez

Uma das características inovadoras da produção de Lélia no contexto das análises das relações raciais no Brasil foi o acréscimo da dimensão de gênero para

um entendimento mais amplo da sua dinâmica, acrescentando-se ainda a sua orientação pelos conceitos da Psicanálise.

Outro ponto que destacamos em suas contribuições foi o diferencial qualitativo que também trouxe à militância do movimento negro brasileiro e do movimento de mulheres, no que diz respeito a discussão sobre as mulheres negras. Como assinala Rosália Lemos, também militante e contemporânea a Lélia no movimento,

(...) foi de extrema importância o fato das mulheres negras terem estabelecido, no interior do movimento negro, um espaço de reflexão e sistematização de suas lutas. Lélia Gonzalez é um dos melhores exemplos a ser mencionado, como liderança, deste projeto de interferência no movimento negro. Foi sua ação que, em grande parte, contribuiu para que hoje, em qualquer que seja o encontro, tenha-se o cuidado, inclusive por parte dos homens do movimento negro, de se incluir a discussão de gênero.⁶⁸

A relevância das contribuições de Lélia para o pensamento social brasileiro acerca das relações raciais foi a desconstrução de um dos alicerces do discurso da democracia racial: a “harmonia” no intercuro sexual dos portugueses com as mulheres negras e também indígenas. Uma tradição, que de acordo com Gilberto Freire seria anterior a colonização do Brasil, já que teria se manifestado ainda nas relações com as mouras na península ibérica. Mas que Lélia definiu como sendo

(...) o resultado da violentação das mulheres negras por parte da minoria branca dominante: os senhores de engenho, os traficantes de escravos etc. E este fato teria dado origem, na década de 30, à criação do mito que, até os dias de hoje, afirma ser o Brasil uma democracia racial. Gilberto Freyre, famoso historiador e sociólogo brasileiro, é seu principal articulador com sua “teoria” do “lusotropicalismo”. O efeito maior desse mito é a crença de que o racismo é inexistente em nosso país, graças ao processo de miscigenação.⁶⁹

Como resposta à visão idealizada sobre essas relações, devemos recordar que as mesmas se passaram num contexto de privação da liberdade e, principalmente, no

⁶⁸ OLIVEIRA, Rosália Lemos de. **Feminismo negro em construção**: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Psicologia, 1997, p. 156.

⁶⁹ GONZÁLEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. In: **Spring Symposium the Political Economy of the Black World, Center for Afro-American Studies**. Los Angeles: UCLA, 10-12 de maio de 1979 (mimeo), p.03.

contexto do entendimento de que pessoas eram objetos para serem dispostos por outros. Como nos lembra a pesquisadora Giovana Xavier, devemos recordar que a interação física entre a escrava e o senhor foi

(...) pautada na violência e também no consenso – entre senhores e escravas, brancos e negras, mulatas ou mestiças, sendo a responsável inicial pela miscigenação no Brasil, vista hoje como nosso principal símbolo da identidade nacional e considerada por alguns autores como a ‘justificativa para o caráter da vida sexual brasileira’ devido ao contexto em que foi produzido.⁷⁰

Como menciona o pesquisador Richard Parker, o tema da sexualidade é um dos elementos chaves para compreender as relações raciais no Brasil:

Por causa da ênfase que os brasileiros colocaram na mistura das três raças, o índio, o português e o africano, como chave da constituição histórica, a questão da sexualidade, da interação sexual como ‘mecanismo concreto da mistura racial, assumiu uma importância sem paralelo no pensamento moderno brasileiro.’⁷¹

Na sua avaliação da condição das mulheres escravas, Lélia pontua de imediato que a sua “condição” feminina não suavizou o trabalho dessas mulheres, que atuaram em duas funções: trabalhadora do eito e a mucama⁷². A primeira seria definida como escrava produtiva e outra como responsável pela manutenção da “casa grande” e ainda com a dimensão da exploração sexual⁷³. Lélia lembra o seu papel na luta de resistência cotidiana⁷⁴, na liderança de quilombos, como cooperadora e organizadora de fugas ou revoltas.

Retomando as mucamas, Lélia acrescenta:

⁷⁰ CORTES, Giovana Xavier da Conceição. **Coisa de pele: mulheres mulatas e mestiças na literatura brasileira** (Rio de Janeiro, 1880-1920), 2004 (mimeo), p. 06.

⁷¹ Parker, Richard. **Corpos, prazeres e paixões. A cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller, 1991, pp. 33 - 34.

⁷² De acordo como o **Dicionário Eletrônico Houaiss** (Rio de Janeiro: Ed. Objetiva, 2002), “mucama”, no Brasil e na África portuguesa, era uma escrava ou criada negra, geralmente jovem, que vivia mais próxima dos senhores, ajudava nos serviços caseiros e acompanhava sua senhora em passeios. Ou ainda, em outra acepção (1.1) era a ama-de-leite dos filhos de seus senhores.

⁷³ Observamos rapidamente que ainda faltam até os dias de hoje análises mais aprofundada das relações opostas, o escravo e a senhora.

⁷⁴ Aspecto que também será observado no EUA com as considerações de Angela Davis.

Após o trabalho pesado na casa grande, cabia-lhe também o cuidado dos próprios filhos, além da assistência aos companheiros chegados das plantações, dos engenhos etc., quase mortos de fome e de cansaço.⁷⁵

Particularmente consideramos que essa afirmação de Lélia traz um aspecto positivo da valorização, ao mesmo tempo, apaga uma questão fundamental sobre como o racismo e o sexismo nos atingem, na anulação da individualidade das mulheres negras. Como nos lembra Bell Hooks:

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a idéia que ela esta neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje (...).⁷⁶

No debate sobre a escravidão, Lélia insere uma questão nova: a ressignificação da imagem folclorizada da mãe-preta⁷⁷, a mucama responsável pela criação e educação dos filhos dos senhores brancos que os africanizou através da transmissão dos valores afro-brasileiros. É importante recordar que devido a sua condição de escrava, não tinha escolha entre executar ou não essa tarefa. Sobre os estereótipos da mãe-preta Lélia comenta,

(...) não aceitamos tais estereótipos como reflexos 'fiéis' de uma realidade vivida com tanta dor e humilhação. Não podemos deixar de levar em consideração que existem diferentes formas de resistência. E uma delas, é a resistência passiva.⁷⁸

As definições sobre a mãe preta que Lélia combate pode ser observada na colocação do poeta e militante do movimento negro Oliveira Silveira.

Se de um lado a mãe preta representa a mulher negra mãe, de outro vem a ser um símbolo da submissão representando o negro prestativo, humilde, serviçal, dominado, imagem negativa estritamente ligada ao passado escravo. Essa imagem deve ser banida no momento em que o negro precisa se valorizar, assumindo sua

⁷⁵ GONZÁLEZ, Lélia. Op. Cit., p.07.

⁷⁶ Hooks, Bell. Intelectuais Negras. In: **Revista Estudos Feministas**, n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 468.

⁷⁷ Nos EUA foi definida como a *mammy*. Caberia assim um estudo para perceber se essa representação foi recorrente em outros lugares da diáspora africana e quais motivos desta permanência.

⁷⁸ GONZÁLEZ, Lélia. Idem.

origem étnica, seus valores, sua dignidade, sua condição de homem livre em igualdade com os demais brasileiros.⁷⁹

De acordo com Lélia, a mãe-preta de forma consciente, ou inconsciente, acabou por passar os valores africanos para as crianças brancas que cuidou. Em especial, ela africanizou o português e ensinou, transformando-o em *pretoguês*, essa expressão desenvolvida por ela. O português “(...) linguagem da dominação se encontra reempregada para marcar uma resistência.”⁸⁰ pelo uso que dela fizeram os negros e indígenas. A autora também refuta a idéia da mãe-preta como o exemplo da harmonia racial no Brasil, e define que ela exerceu uma resistência passiva, porém eficaz do ponto de vista simbólico, dando uma rasteira no pessoal da casa grande.

O conceito de resistência passiva tem sido pensado por alguns historiadores, como Roger Chartier e Michel de Certeau⁸¹ (não necessariamente com esse nome), que procuram problematizar a mesma questão, a forma pela qual os/as dominados/as organizam uma resistência de práticas cotidianas, e às vezes culturais, como foi o caso da mãe-preta de acordo com Lélia. Grupos hierarquizados, sexualizados e racializados mantiveram ao longo da história inúmeras práticas de resistência, em alguns casos com releituras dos elementos da opressão, como é o caso da religiosidade para os afro-americanos. Na medida em que as Igrejas Batistas, por exemplo, foram um espaço muito importante para articulação da comunidade negra daquele país.

Dentro dessa perspectiva é que deve ser lida a mãe-preta definida por Lélia, uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação, contra o seu próprio dominador, ou seja, deixar na memória dos brasileiros brancos a presença africana nesse país. Ela desempenhou uma ação central na formação da cultura brasileira que para Lélia era de raízes afro, também a partir das interferências nos códigos culturais impostos pelos dominadores, através

⁷⁹ SILVEIRA, Oliveira. *Ventre livre e corpo escravo*. In: **Versus**. n.25, São Paulo: Versus, 1978, p. 42.

⁸⁰ CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica (nota crítica)*. In: **Cadernos Pagu**, n. 4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995, p.42.

⁸¹ CHARTIER, Roger. Op. Cit. e Certeau, Michel de. **Artes de Fazer**. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994. Este conceito é bastante utilizado na história das mulheres e na história social da cultura.

da negociação ou do conflito, uma relação a nosso ver marcada por tensões pouco trabalhadas por Lélia. A autora não problematizou que o processo ocorreu em mão-dupla também, porque a mãe-preta também vivia os efeitos da dominação racial.

(...) papel revolucionário e silencioso desta mulher, desta mãe- preta, no sentido de passar os valores da sua ancestralidade para o branco, que ela amamentava. E no meu pretuguês eu afirmo: ela passou uma rasteira no pessoal (...), todo mundo pensa que ela foi boazinha, (...) ao contrário, sua influência foi importância capital para a formação de nossa cultura (...).⁸²

Levando em conta a sua referência intelectual lacaniana, na atribuição do papel central da linguagem, vemos que esta é iniciada/desenvolvida através da função maternal.

(...) A linguagem é o fator de humanização, ou de entrada na ordem da cultura, do pequeno animal humano. Constatamos que é por esta razão que a cultura brasileira é eminentemente negra, isto é: apesar do racismo e de suas práticas contra a população negra, enquanto setor concretamente presente na formação social brasileira.⁸³

Isso se deu a partir da narração, entre outras coisas, por parte das mães pretas, de histórias de origem africanas que formaram o imaginário dos brasileiros. Sobre o tema Diva Moreira e Adalberto Batista Sobrinho, acrescentam:

(...) seu papel na casa grande como contadora de “causos”, através dos quais ia formando a mente dos senhorzinhos com imagens da “moura torta” ou “encantada” de assombrações (...) entre outras representações que podem ser associadas à depreciação dos descendentes de africanos. Tais imagens negativas, entretanto, podem ter funcionado também como táticas de amedrontamento e intimidação. Deixar sinhozinhos e sinhazinhas assombrados não transmite também a mensagem subliminar do potencial de dominação mágica dos africanos?⁸⁴

A análise empreendida por Moreira e Batista também está indo na contramão das leituras mais habituais sobre o tema. Contudo, apesar de Lélia redimensionar a figura da mãe-preta consideramos que a face caricaturizada dessa imagem

⁸² GONZÁLEZ, Lélia. Alocução. **Revista Afro-Asiático**. n. 6-7, Rio de Janeiro:UCAM, 1982, p. 268.

⁸³ GONZÁLEZ, Lélia. Op. Cit., 1979, p. 08.

⁸⁴ SOBRINHO, Diva Moreira e Batista S. Casamentos Inter-raciais: O Homem Negro e a Rejeição da Mulher Negra. In: COSTA, Albertina O. e AMADO, Tina (orgs.). **Alternativas Escassas, Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994, p. 92.

permanece. Um bom exemplo pode ser visto em alguns programas televisivos que ainda retratam a mãe-preta como um pouco ingênua e sempre disposta a cuidar dos outros.⁸⁵ É importante frisarmos que Lélia, com essa análise não está “adocicando” a vida da casa grande. O que a autora propõe é demonstrar a resistência dos sujeitos no processo social. A meu ver, o que não é percebido ou discutido por Lélia é a questão mencionada anteriormente por Bell Hooks, como as mulheres negras sempre estão colocadas em uma posição de se dar sempre aos outros, serem responsáveis pela sua comunidade e pouco desenvolverem sua individualidade.

Retomando a história do Brasil, recordamos a passagem da escravidão para a abolição, quando os ex-escravos passaram a ser considerados “inaptos” para o trabalho, como bem definiu o pesquisador Clovis Moura: “bom escravo, um mau cidadão”. Os homens negros em sua grande maioria ficaram excluídos do mercado de trabalho, em consequência do processo de imigração que beneficiou o trabalhador estrangeiro. Acrescenta-se ainda o fato de não ter havido por parte do Estado brasileiro nenhuma política de reinserção da população negra na “sociedade livre”.

As atribuições profissionais definidas às mulheres negras se mantiveram. Estas mesmas permaneceram responsáveis pela execução de trabalhos domésticos, como lavadeiras, empregadas domésticas etc. Enquanto a maioria dos homens afro-brasileiros não conseguia trabalhos formais, as mulheres passaram a ocupar uma posição de destaque dentro da comunidade, na maioria das vezes sustentando financeiramente as famílias. A “famosa” dupla jornada de trabalho muito citada atualmente, mas que já estava presente na vida delas, faziam com que se desdobrassem nos trabalhos dentro e fora de sua casa e ainda assumissem todas as responsabilidades para com seus filhos/as.

As análises de Lélia para a segunda metade do século XX também se basearam nas informações obtidas nos Censos do IBGE de 1950 e 1960, sendo possível observar o avanço e recuo das condições sócio-econômicas da população negra. No entanto, para década de 70 tal não foi possível, pois a referência do quesito

⁸⁵ Podemos destacar o trabalho de Joel Zito no documentário, *A negação do Brasil* em que mostra como em novelas de diferentes épocas a personagem aparece. Como lembra neste documentário uma das atrizes que já interpretara o papel, às vezes era preciso lembrar aos seus colegas de trabalho que ela era uma atriz também – e não a personagem interpretada.

cor foi abolido, vindo a ser retomado somente na década seguinte. Essas análises mostram que a penetração das mulheres negras na função de operária se deu na indústria têxtil. Porém com a decadência desta, elas ficaram praticamente sem “lugar na classe operária”. Como prestadoras de serviço, não possuíam as qualificações que o mercado exigia: a chamada “boa aparência” - um quesito racista muito combatido e denunciado nas décadas de 70 e 80 pelo movimento negro. Como consequência desse processo estiveram alocadas no mercado de trabalho nas posições consideradas mais subalternas, em particular, como doméstica e “mulata”. O resultado desse processo foi a “naturalização” das diferenças de gênero, raça e classe.

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações mentais sociais que se reforçam e reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra, em particular, desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa.⁸⁶

Gostaríamos de nos concentrar nas análises desenvolvidas por Lélia sobre a doméstica e a mulata. Em relação à primeira, ela deu conta das atividades historicamente destinadas às afro-brasileiras, uma permanência das atribuições da casa grande, variando em tarefas similares, como merendeiras, serventes etc. Essas mulheres incorporavam a inferioridade e a subordinação, além disso, estavam expostas ao assédio sexual de seus patrões. A segunda designação, a mulata⁸⁷, era um tipo de “trabalho especial” destinado à mulher negra que ia além da nomeação da “mestiçagem” ou da cor da pele. O termo dava conta de um “processo de extrema alienação imposto pelo sistema”⁸⁸ uma “(...) forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada ‘produto de exportação’, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas

⁸⁶ GONZÁLES, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no **VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association**, realizado de 05 a 07 de abril em Pittsburgh (USA), 1979 (mimeo), p.19.

⁸⁷ Sobre o tema vale a pena conferir a pesquisa da antropóloga GIACOMINI, Sonia Maria. **Profissão mulata**. Natureza e aprendizagem num curso de formação. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Antropologia/Museu Nacional, 1992.

⁸⁸ GONZÁLES, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica, Op. Cit. p.14. Uma experiência pessoal vivida por uma afro-americana em relação ao tema pode ser observado em GILLIAN, Angela e GILLIAN, Onik’a. Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil. In: **Revista Estudos Feministas**. n. 2, v.3, Rio de Janeiro: UFRJ, jul./dez. 1995, p. 525.

nacionais e pelos nacionais burgueses”⁸⁹, através da sua exposição como passista em espetáculos de carnaval.

Para Lélia estava por trás disso uma distorção, folclorização, obtenção de lucros e comercialização da cultura negra. Resultou na reatualização do ideário da democracia racial que colocava as mulheres negras como objeto sexual. Como afirmava um ditado popular da época colonial: “preta pra cozinhar, mulata pra fornicar e branca pra casar”. Reafirmando a visão distorcida sobre sensualidade das negras considerada mais exuberantes, por serem da “cor do pecado”.

A pesquisada também evidenciou, em seus trabalhos, o exercício da liderança da mulher negra: nas religiões de matriz africana, como o candomblé, exercendo a função de yalorixás (mães de santo) com uma grande capacidade de comando – como foi Mãe Menininha e Mãe Estela da Bahia. Nas escolas de Samba, em especial no Grêmio Recreativo de Arte Negra e Escola de Samba Quilombo. E, ainda com muita força, também no movimento negro.

Essas mulheres, para a sociedade capitalista-patriarcal estavam destituídas de poder. Mas, dentro da comunidade, eram figuras-chave, instituídas de tarefas fundamentais, como no caso da religião. O que está diretamente ligado ao papel da mulher negra como mantenedora da comunidade no Pós-emancipação.

Nas discussões de Lélia sobre a libertação da mulher negra e da sua comunidade, a autora atribui o papel mais importante à mulher negra, anônima, da favela – base da sua família, que luta pela sobrevivência. Lélia, baseando-se na dialética de Hegel sobre o senhor e o escravo, conceitua que seria essa mulher portadora da transformação, pois não tem nada a perder. Uma fala ainda muito marcada pelo discurso marxista forte na conjuntura em que Lélia desenvolvia suas idéias, mas também com algumas aberturas, já que colocava outros sujeitos no processo revolucionário, para além das vítimas da exploração de classe.

O conjunto de questões trabalhadas acima constituem a base do pensamento de Lélia sobre as mulheres negras, as mesmas foram apresentadas no conjunto dos textos produzidos em 1979⁹⁰. No entanto, no ano seguinte, o amadurecimento e

⁸⁹ GONZÁLEZ, Lélia. Cultura e etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Op. Cit., p. 21.

⁹⁰ Tendo sido convidada a participar de eventos nos EUA, produziu artigos para apresentação.

desenvolvimento dessas questões, resultou em um dos seus artigos mais conhecidos e citados: “Racismo e sexismo na cultura brasileira”, escrito em 1980 e apresentado na reunião da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*, uma instituição acadêmica que conseguiu manter durante a ditadura militar um espaço democrático de discussão acadêmica, apesar da censura.

O artigo citado se destaca na obra de Lélia, por marcar o início do desenvolvimento do seu pensamento próprio e inovador sobre raça e gênero e também pela grande circulação do texto. A partir de então, Lélia irá abordar a definição sobre as afro-brasileiras na formação da cultura nacional, bem como as origens das representações existentes sobre elas no Brasil. A partir do que havia sido anteriormente mencionado nos textos de 1979, como questões, apontamentos ou comentários rápidos, Lélia pontua a importância do debate intelectual fora do Brasil para o amadurecimento das suas idéias. Uma oportunidade não muito freqüente aos militantes negros da época, a mesma experiência vivida por Abdias do Nascimento a partir do seu exílio nos EUA, em 1968, quando pôde travar contato com alguns dos militantes dos Panteras Negras, Pan-africanistas, nacionalistas negros e ativistas afro-americanos e africanos.

Mais do que meros encontros, essas experiências propiciaram aos/às intelectuais-ativistas compreensão da dimensão global de certos aspectos do racismo, bem como de suas particularidades. Lélia considera que o aprofundamento do seu pensamento também foi mediado pela sua militância, e que a inter-relação entre ambas é parte importante do desenvolvimento do seu pensamento, além de também pontuar a sua própria condição de mulher negra como elemento importante para o desenvolvimento de suas idéias.⁹¹

Lélia descobre que as definições que pensava de forma separada como a mulata, a doméstica e a mãe-preta estavam, na verdade, diretamente relacionadas. Além disso, é de fundamental importância a mulher negra no processo de formação e africanização da cultura brasileira e, ao mesmo tempo em que esse mesmo papel tenha sido rejeitado e integrado. Inicialmente a leitura de Lélia sobre a mãe preta

⁹¹ Angela Davis também pontua a importância da sua experiência como ativista e mulher negra para o desenvolvimento de suas idéias.

pode soar muito parecida às interpretações de Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*, pois o autor também considera a importância da ama negra na transformação do português, no exercício da função materna.

(...) muito menino brasileiro do tempo da escravidão foi criado inteiramente pelas mucamas. Raro o que não foi amamentado por negra. O que não aprendeu a falar mais com a escrava do que com o pai e com a mãe.⁹²

A possível leitura de Freyre inspirou Lélia, pois ela não negou a “(...) importância do autor, não há dúvida, embora eu ache que há certos aspectos que ele aponta no livro que são da maior importância para a gente poder compreender. Eu acho o livro importantíssimo, Casa Grande & Senzala.”⁹³

No entanto, diferente das considerações de Freyre, Lélia pontuava que a mãe-preta não executava essas atividades por bondade ou por amor. Mas, na verdade, pela imposição da condição da escravidão. O resultado apontado por Freyre foi o da miscigenação, para Lélia, o da africanização do Brasil.

A mulata se destaca pela importância que tem dentro do contexto do carnaval brasileiro em reatualizar o mito da democracia racial. Durante o Carnaval, a mulher negra anônima torna-se a passista dona das atenções e olhares do público. E nesse momento em que o mito se reapresenta “(...) com toda a sua força simbólica (...) oculta algo para além daquilo que mostra.”⁹⁴ Esse mito pesa sobre as afro-brasileiras, exercendo uma violência simbólica que tem como consequência “(...) a culpabilidade engendrada pelo seu endeusamento” e “se exerce com forte cargas de agressividade”⁹⁵. Ao término do Carnaval ela irá regressar para as suas atividades, o trabalho de doméstica. Assim sendo, mulata e doméstica são faces da mesma moeda definidas pelo contexto e que remetem a escravidão. Na busca da compreensão desse processo, Lélia irar explorar a linguagem. Foi a palavra mucama que respondeu à confusão entre a mulata e doméstica. A mucama uma palavra de língua africana quimbunda

⁹² FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. São Paulo: Global, 2003, p. 433.

⁹³ Entrevista de Lélia Gonzalez ao programa *Suplemento Dominical do Novo Jornal Fluminense* da Rádio Tamoio em 1982.

⁹⁴ GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 228.

⁹⁵ Ibid.

usada para nomear a escrava doméstica, possuía no seu sentido original a designação de “amásia escrava”. Dessa forma,

(...) o engendramento da mulata e da doméstica se fez a partir da figura da mucama. E, pelo visto, não é por acaso que, no ‘Aurélio’, a outra função da mucama está entre parênteses. Deve ser ocultada, recalcada, tirada de cena. Mas isso não significa que não esteja aí (...). E o momento privilegiado em que sua presença se torna manifesta é justamente o da exaltação mítica da mulata.⁹⁶

Em relação à mãe-preta, como já mencionado, a mesma exerceu as funções maternas que corresponderam à internalização de valores. A mulher branca foi definida por Lélia como a “outra”, a que pariu os filhos do senhor, mas não cuidou deles. Levando em conta as orientações lacanianas da autora a discussão sobre a linguagem e a função materna são de extrema importância, pois a ela cabe nomear o pai.

A nosso ver Lélia ao definir o papel da mãe preta no exercício da função materna não problematizou que os valores ensinados também estavam em disputas, ao mesmo tempo o movimento de internalização do racismo pelas suas maiores vítimas, os afro-descendentes, também foi marcado por ambigüidades.

As análises de Lélia às vezes, em especial nesse texto, nos parecem em muitos casos bastante “psicanalisantes”⁹⁷, ou seja, uma tentativa de explicar toda a dinâmica das relações raciais brasileiras múltiplas, abarcadoras de várias campos como a cultura, economia, a própria dinâmica das relações sociais com base na Psicanálise. Além disso, uma busca excessiva pelos significados que haveriam por trás das palavras. Consideramos também problemáticas algumas análises de Angela, por buscarem no marxismo resposta para todas as questões postas pelas dinâmicas das relações raciais nos dois países. Por vezes, as duas autoras parecem cair no mesmo erro, embora com referenciais intelectuais distintos.

Quando Lélia procurou definir a neurose da cultura brasileira, relacionou a forma de como os brasileiros pensam a sua cultura nacional e todos os símbolos afros que utilizavam para definirem a cultura brasileira - o carnaval, o maracatu, o frevo, o candomblé, a festa de 31 de dezembro na praia etc. Isso ao mesmo tempo

⁹⁶ Ibid., p.230.

⁹⁷ Nos textos dos anos seguintes, Lélia abandona um pouco essa leitura psicanalisante.

em que mantêm a pretensão de se pensar um país branco, ocidental. Nesse sentido, o racismo também é visto como um sintoma (o que se manifesta em público, indicativo de um problema maior) do que vivem os brasileiros, se passarem por e/ou desejarem ser brancos em um país negro-indígena, ou melhor, profundamente amefricano.⁹⁸

O momento cristalizador da inversão e da subversão é o carnaval, festa cristã subvertida pela ordem da consciência⁹⁹, os negros deixam de ser os marginais para se converterem no símbolo da alegria. “É nesse momento que a exaltação da cultura amefricana se dá através da mulata”¹⁰⁰. Os não-negros dão a passagem para o Mestre-Escravo, pois o escravo deixou as suas marcas na cultura e na vida do seu opressor.

Exatamente por isso que no resto do ano há reforço do mito enquanto tal, (...) A verdade que nele se oculta, e que só se manifesta durante o reinado do Escravo, tem que ser recalçada, tirada de cena, ficando em seu lugar as ilusões da consciência cria para si mesma.¹⁰¹

1.4. O conceito de amefricanidade e as organizações de mulheres negras

Com o desenvolvimento de suas reflexões, Lélia irá construir uma categoria de análise, *amefricanidade*, para o entendimento mais amplo da experiência negra nas Américas. Lembramos que a validade de um conceito ou uma categoria analítica está diretamente ligada a uma teoria. Pois é a categoria analítica que permite a análise de um determinado conjunto de fenômenos, e faz sentido apenas no corpo de uma teoria. No caso da amefricanidade, a mesma deve ser pensada dentro das ideologias de libertação africanas e afro-diáspóricas. Especialmente ligada ao movimento de pensadores negros terceiro-mundistas que a partir da década de 1950, preocupados em construir um conhecimento na periferia do capitalismo avançado. Elaborando uma filosofia própria, enraizada em seu contexto histórico e social que sofria transformações profundas com o processo de descolonização pelo qual

⁹⁸ Foi nesse texto citado que encontrei a expressão “amefricano” pela primeira vez.

⁹⁹ Para a autora, o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. A memória o não-saber que conhece fala pela consciência através dos maneadas do discurso da consciência. Cf. **Racismo e Sexismo**, p. 226.

¹⁰⁰ Ibid., p. 239.

¹⁰¹ Ibid., p. 240.

passavam vários povos africanos. A categoria de Lélia deve ser pensada nesse quadro.

A amefricanidade, para autora, está ligada ao *afrocentrity*, pan-africanismo e a negritude. A produção desse conceito aparece no conjunto de textos da autora do ano de 1988, entre eles *A categoria político-cultural da amefricanidade*, *Nany*, *A socio-historic study of south-amefrican christianity: The Brazillian case* e *As amefricanas do Brasil e a sua militância*.

Para Januário Garcia, o conceito representou um salto de qualidade.

Lélia conseguiu ver um pouco mais além com a idéia da amefricanidade. Quando ela disse que nós não éramos nem afro-americanos, nem afro-brasileiros, mas nós éramos, ou melhor, somos amefricanos, porque foi desenvolvida uma cultura de reinterpretação nas Américas, partindo das matrizes africanas. Essa reinterpretação criou um novo sentido nessa cultura africana que chegou aqui. Ela deixou de ser africana para ser uma cultura brasileira de matriz africana. (...), estou falando daqui para a África, porque quando eu falo que sou um afro-brasileiro eu estou falando da África para o Brasil. E eu não tenho nenhum parente na África, eu tenho a ver com o Brasil. Lélia conseguiu mostrar isso claramente.¹⁰²

A amefricanidade dá conta da experiência dos afro-descendentes apenas nas Américas. O mesmo resgata a intensa dinâmica cultural da reelaboração da herança africana no chamado Novo Mundo:

Para além do seu caráter puramente geográfico, a categoria Amefricanidade incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciadas em modelos como: a Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorubá, banto e ewe-fon.¹⁰³

Perceptível às similitudes em várias partes das Américas, em especial nos falares africanizados do espanhol, inglês e francês como equivalentes ao nosso pretoguês e até ao *black english*.

(...) marcas que evidenciaram a presença negra na construção cultural do continente americano, levaram-me a pensar na necessidade de elaboração de uma categoria que

¹⁰² Entrevista realizada com Januário Garcia em 03 de julho de 2004.

¹⁰³ A categoria político-cultural da amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. n. 92/93, Rio de Janeiro: Ed.Global, jan./jun. de 1988, p. 76.

não se restringe apenas ao caso brasileiro e que, efetuando uma abordagem mais ampla, levasse em consideração as exigências da interdisciplinaridade.¹⁰⁴

Desenvolveu-se em quase todo o continente um sistema de dominação estruturado no discurso da mestiçagem, integração e democracia racial. Lélia irá buscar na história dos dois maiores colonizadores, Portugal e Espanha, as chaves para o entendimento do que se passou aqui, resgatando o processo deste de expulsar os islâmicos (mourous e árabes) no século VIII. A estruturação das sociedades ibéricas, a partir de então, se caracterizou a partir de um modelo hierárquico, onde também existiam hierarquias raciais – que o digam os mourous e os judeus. Esse modelo de organização social foi transportado para a Colônia, e que não tornou tão necessária a segregação aberta, como nos EUA.

É seguindo essa leitura que ela apresenta o papel de Nanny na Jamaica como um dos pilares da amefricanidade. É dentro da conjuntura da escravidão e da colonização que se inscreve a história de Nanny. Esta foi uma líder quilombola do oeste da Jamaica, africana de origem akan. Sobre sua existência existiriam polêmicas em consequência das narrativas que atribuem poderes sobrenaturais a ela, usados na luta contra os colonizadores ingleses. Dessas narrativas, Lélia extraiu a importância das mulheres na construção da amefricanidade e na luta pela liberdade contra a escravidão e o colonialismo, tal como Zumbi no Brasil.

A nosso ver, a categoria apresenta problemas por não conseguir se definir de forma distinta do conceito da diáspora, se mantendo ambígua. Por outro lado, o ponto que poderia ser o diferenciador do conceito é mencionado – ponto este que seria a relação entre afro-descendentes e populações indígenas na construção do novo mundo. A autora concentra-se no Brasil e no Caribe, mas esquece-se de países da América com populações majoritariamente indígenas como México e Guatemala, por exemplo. Além disso, a categoria estabelece uma ligação direta com as idéias afrocêntricas de Molefi Assante¹⁰⁵, marcado por algumas distorções e exagerações da história a efeito de exemplo da sua teoria.

Um ponto interessante sobre o conceito de amefricano é que ele seria uma “resposta” ao *african-american* dos negros estadunidenses. Para Lélia o termo

¹⁰⁴ Ibid., p. 71.

¹⁰⁵ Além de Molefi Assante, Sheik Anta Diop foi uma referência constante em seus textos.

african-american nega toda a experiência vivida no Novo Mundo e apaga toda a experiência dos verdadeiros africanos na África. A autora adiantou-se ao movimento feito pela própria intelectualidade afro-americana na década de 1990 em rever muitos dos seus conceitos. A insistência de Lélia em desconstruir o termo *african-american* também respondeu as acusações freqüentes de que o movimento negro brasileiro seria uma cópia do movimento negro estadunidense. Lélia também critica a visão dos *african-american* sobre uma África fantasiosa, presente em alguns setores dos movimentos negros dos dois países.

Dentro do contexto da atuação política de Lélia não podemos esquecer do papel importante que desempenhou no movimento feminista na década de 70-80. Ao mesmo tempo essas relações foram marcadas por desencontros, críticas políticas e intelectuais ¹⁰⁶. Foi de fundamental importância ter levado a bandeira da mulher negra para o movimento feminista. Todavia, a sua imagem dentro do movimento feminista branco, não era a das melhores. Lélia mesmo afirmava isso, pois era definida como:

(...) criadora de caso, porque elas não conseguiram me cooptar. No interior do movimento havia um discurso estabelecido com relação às mulheres negras, um estereótipo. As mulheres negras são agressivas, são criadoras de caso, não dá para a gente dialogar com elas etc. E eu me enquadrei legal nessa perspectiva aí, porque para elas a mulher negra tinha que ser, antes de tudo, uma feminista de quatro costados, preocupada com as questões que elas estavam colocando. ¹⁰⁷

Marcando as diferenças, os movimentos negros e de mulheres surgiam na década de 70, durante a ditadura militar, com pautas de reivindicações políticas que pontuavam as opressões de raça e sexo ¹⁰⁸, para além da dominação de classe. Contudo, houve uma maior aceitação, pela sociedade, da discussão da questão da mulher do que da do negro, em consequência das origens de classe e de raça do movimento feminista.

¹⁰⁶As polêmicas entre as mulheres negras foram uma constante nos dois países (EUA e Brasil), como observaremos no capítulo seguinte. No entanto, ao longo dos anos 90 essas relações amadureceram, e hoje podemos observar os avanços políticos dentro de muitos setores do movimento feminista em trabalhar com raça e gênero. E hoje, a maior parte das mulheres negras militantes se consideram feministas.

¹⁰⁷ **MNU Jornal**, n. 19, São Paulo: MNU, maio a julho, 1991, pp. 8-9.

¹⁰⁸ Na época, não se usava a categoria gênero, mas sexo. Gênero começa a ser utilizada nos anos 90, tanto nos movimentos sociais como nas pesquisas acadêmicas.

A questão da mulher, por exemplo, foi muito bem recebida pelo sistema. O sistema abriu espaços, abriu os braços etc. Não estou negando a luta do Movimento, inclusive faço parte dele. No entanto, não esqueçamos que esse Movimento é originário de que extrações de classe? Classe média branca. Então, portas abertas.¹⁰⁹

De acordo com Lélia, as análises feministas sobre as desigualdades não apontavam para a dimensão racial das mesmas, por ainda estarem presas ao mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. Um outro ponto denunciado por Lélia era que as melhorias econômicas obtidas pelas mulheres anos 70 e início dos 80 não contemplavam as mulheres negras. A pesquisadora e militante do movimento negro Sueli Carneiro pontua a

(...) análise de alguns indicadores sócio-econômicos, para oferecer às mulheres, em geral, um perfil semelhante quanto à desigualdade sofridas socialmente, visto que são evidentes as vantagens significativas percebidas especialmente pelas mulheres brancas quanto ao acesso à educação, à estrutura ocupacional e a obtenção de renda. Supõe-se, a partir daí, que elas tenham sido as principais beneficiárias da diversificação de posições ocupacionais ocorridas no país nas duas últimas décadas pelo incremento da divisão técnica do trabalho e o conseqüente expressivo aumento da PEA Feminino no período, em especial na década de 70.¹¹⁰

A crítica ao movimento feminista também era partilhada por outras militantes negras. Sobre o tema Luiza Bairros pontua que

(...) quando a mulher negra percebe a especificidade de sua questão, ela volta-se para o movimento feminista como uma forma de se armar de toda uma teoria que o feminismo vem construindo e da qual estávamos distanciados. Nesta procura, se coloca um outro nível de dificuldade, (...) questões soavam estranhas, fora de lugar na cabeça da mulher negra (...). Se falava na necessidade de a mulher pensar no próprio prazer, conhecer o corpo, mas reserva-se à mulher pobre, negra em sua maioria, apenas o direito de pensar na reivindicação da bica d'água.^{111 112}

¹⁰⁹ GONZÁLEZ, Lélia. A cidadania e a questão étnica. In: Teixeira, João Gabriel Lima (org.). **A construção da cidadania**. Brasília: UNB, 1986, p. 176.

¹¹⁰ CARNEIRO, Sueli e SANTOS, Tereza. **A mulher negra brasileira na década da mulher**. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, p. 39.

¹¹¹ É curioso, mas a referência à bica d'água é uma constante no discurso das mulheres negras nessa época. É, na verdade, uma metáfora sintetizadora das diferenças entre as reivindicações de negras e brancas dentro do movimento feminista. Para as afro-brasileiras a questão da responsabilidade com a sua comunidade era constante, ao passo que as mulheres brancas de classe média se isentam dessas atribuições e se posicionavam como indivíduos na busca de suas realizações pessoais.

¹¹² RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioiga a Beijing. In: **Revista Estudos Feministas**. n. 2, v. 3, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

Uma outra questão clássica do movimento feminista dos anos 60 e 70 era o debate a respeito do corpo e da sexualidade, resumido na afirmação: “o meu corpo me pertence”. Contudo, para as mulheres negras, o tema era visto de uma outra forma. Para elas, a questão não se encerrava na propriedade individual desse corpo. Lembavam das marcas inscritas nesse corpo: sexualização¹¹³; racialização, punição e para além dessas questões históricas, o redor a esse corpo era lembrado, a necessidade desse mesmo corpo comer bem, vestir-se, entre outras coisas.

Contudo, um outro ponto se destaca. É importante pensar em uma outra questão: a resistência em se denominar como feminista, levando em conta toda a carga pejorativa presente no nome e nas atribuições recorrentes – que as feministas eram lésbicas, mulheres mal-amadas e coisas do tipo. No entanto, havia um outro agravante, como nos lembra Jurema Werneck:

As mulheres negras recusavam (...), não reconheciam nas suas bandeiras o feminismo, porque feminismo era uma coisa feia, de Betty Friddan, de mulher feia que rasgava sutiã, com a qual muita gente não queria se identificar (...).¹¹⁴

Jurema faz referência à visita da conhecida feminista estadunidense Betty Friddan ao Brasil, em 1971, para o lançamento do seu livro. Na ocasião, o polêmico periódico *Pasquim*¹¹⁵ realizou uma entrevista com ela para ridicularizá-la, ressaltando sua suposta feiúra e ainda “avacalhando” o feminismo. A entrevista marcou muito e resultou no salto negativo, já que ninguém queria se identificar com “aquilo”. Nesse contexto, é importante ressaltar que a dificuldade que muitas mulheres tinham em se identificar com o feminismo.¹¹⁶

¹¹³ A pesquisadora Giovana Xavier, no seu trabalho acima citado, propõe a distinção entre dois conceitos que dão conta da diferença entre as representações sexuais das mulheres brancas e negras: sexualidade e sexualização. O último daria conta da experiência das mulheres negras marcado pela “supervalorização dos seus traços físicos expressa através da sua associação restrita à sexualidade, erotismo e sedução. Neste sentido, elas ocupam um lugar bastante específico nas hierarquias de gênero e raça: fornecedoras de prazeres carnavais.” (Op. Cit., p. 20) Na medida em que as experiências das mulheres brancas podem ser definidas a partir da sexualidade, pois essa “(...) tem a ver com preferências e comportamentos sexuais de cada indivíduo, por isso temos observado que esta categoria não é suficiente para pensar a imagem erotizada.” (Op. Cit., p. 20) das mulheres negras.

¹¹⁴ OLIVEIRA, Rosália Lemos de. Op. Cit., pp. 61-62.

¹¹⁵ **O Pasquim**, 22 de abril de 1971.

¹¹⁶ Para um maior aprofundamento cf. SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. In: **Projeto História**. n. 25, São Paulo: Ed PUC-SP, dez/2002.

Retomando a Lélia, consideramos que o tema mais polêmico levantado por ela, dentro do movimento feminista, foi a afirmação que a emancipação econômica e social das mulheres brancas foi feita a custo da exploração das mulheres negras, como domésticas. Afirmava Lélia,

(...) o atraso político dos movimentos feministas brasileiros é flagrante, na medida em que são liderados por mulheres brancas de classe média. Também aqui se pode perceber a necessidade de denegação do racismo. (...) Aqui também se percebe a necessidade de tirar de cena a questão crucial: a liberação da mulher branca se tem feitos às custas da exploração da mulher negra.¹¹⁷

Lélia menciona ainda que afirmar a relação de exploração mediada por raça, entre as mulheres brasileiras, causava um grande mal-estar, certa irritação. Algumas chegavam a considerar o tema como um revanchismo. A acusavam nessa, e em outras ocasiões, de ter um discurso emocional. A intelectual afirmava que na verdade era portadora de uma outra razão:

(...) é importante ressaltar que emoção, a subjetividade e outras atribuições dadas ao nosso discurso não implicam na renúncia à razão, mas, ao contrário, num modo de torná-la mais concreta, mais humana e menos abstrata e/ou metafísica. Trata-se, no nosso caso, de uma outra razão. (...) O que não se percebe é que, no momento em que denunciemos as múltiplas formas de exploração do povo negro em geral, e da mulher negra em particular, a emoção, por razões óbvias, está muito em quem nos ouve. Na medida em que o racismo, enquanto discurso, situa-se entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Conseqüentemente é infantilizado, não tem direito a voz própria, é falado por ele.¹¹⁸

Em torno da polêmica com o movimento feminista, é possível perceber porque Lélia considerava prioritário para as mulheres negras estarem no movimento negro, e não no movimento feminista.

A presença da mulher negra tem sido de fundamental importância, uma vez que, compreendendo que o combate ao racismo é prioritário, ela não se dispersa num tipo de feminismo que afastaria de seus irmãos e companheiros.¹¹⁹

¹¹⁷ GONZÁLEZ, Lélia. Cultura, etnicidade trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Op. Cit., p. 20.

¹¹⁸ Ibid, p. 21.

¹¹⁹ GONZÁLEZ, Lélia. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem político-econômica. Op. Cit., p. 6.

Sobre o tema, ela menciona que o 1º Congresso Nacional do MNU, realizado em 1979, aprovou a resolução da prioridade externa para seus/suas militantes na luta contra a discriminação racial. Contudo, internamente, as atividades das mulheres seriam direcionadas em torno da denúncia do machismo e discussões sobre si próprias, num processo dialético de transformação individual e da sociedade. Creio a esse respeito que a visão de Lélia mudou com o passar do tempo. Provavelmente, Lélia observou a necessidade da organização independente das mulheres negras, pois o coletivo de mulheres negras que ajudou a fundar, o *N'Zinga*, se originou da necessidade de uma organização própria.

Apresentamos um rápido histórico do movimento de mulheres negras do Rio de Janeiro para o entendimento de algumas questões. Destacando o papel de Lélia para o amadurecimento do movimento, mas ao mesmo tempo, reconhecendo a importância de muitas outras mulheres para o desenvolvimento desse processo social.

O relato da primeira ação coletiva das mulheres negras no Rio de Janeiro data de 1975, em uma reunião de onde surgiu o CMB (Centro da Mulher Brasileira). Algumas mulheres que freqüentavam as reuniões do movimento negro, que inicialmente ocorriam na Universidade Cândido Mendes no CEAA (Centro de Estudos Afro-Asiáticos), participaram dessa atividade. As reuniões que aconteciam na CEAA, por volta de 1972, tinham um caráter mais acadêmico, com discussões de textos, em especial dos autores africanos. Por isso, muitos consideram o movimento negro no Rio apenas a partir da fundação do IPCN em 1976.

Nos depoimentos de muitas das militantes que iniciaram a discussão de gênero dentro do movimento negro há uma ênfase muito grande na questão do desgaste em relação a alguns homens que não compreendiam a necessidade da discussão de gênero dentro do movimento. Sobretudo, admitir que exerciam a dominação masculina sobre as mulheres, muitos as acusavam de divisionistas, lésbicas, mulheres mal-amadas e que estariam levantando a bandeira das mulheres brancas. Alguns depoimentos narram que ocorriam boicotes na sede do IPCN, por exemplo, para que as reuniões não acontecessem. No dia que havia reuniões das mulheres, marcavam-se atividades nos mesmos horários. O que gerou um dos

debates centrais entre as militantes: deveriam permanecer no movimento ou estar fora.

No entanto, as organizações de mulheres negras adquirem mais força e independência na década de 80. Nesse contexto destaca-se o *N'Zinga* – Coletivo de Mulheres Negras, “(...) talvez o mais antigo grupo autônomo de mulheres negras dos ‘tempos modernos’, criado em 1983”. O *N'Zinga* assumia seu caráter feminista (...).”

¹²⁰ Uma das suas integrantes, Jurema Batista, atual deputada estadual, em entrevista a Lemos, destaca dois acontecimentos que deram origem ao Coletivo por mostrarem a falta de discussão aprofundada e omissão a respeito da condição das mulheres negras. O primeiro foi a passeata do 08 de março, onde uma feminista branca pintou-se de negra portando um cartaz que dizia: três vezes discriminada: mulher, negra e favelada.

Já o segundo episódio ocorreu no encontro de Entidades do Movimento Negro, em outubro do mesmo ano, em que a pauta da discussão não contemplava a temática de raça e gênero. A partir daí, e como consequência da afinidade política de algumas militantes e da proximidade entre elas se estrutura o coletivo. No mesmo período também surge o CEMUFP (Coletivo de mulheres da Favela e Periferia). O *N'Zinga* manteve-se até 1989 ¹²¹, é importante pontuar que dentro do movimento de mulheres negras, o *N'Zinga* era acusado muitas vezes de ser elitista, composto por mulheres de classe média e não aprofundar a discussão de classe.

Como resultado do fortalecimento do protagonismo das mulheres negras em todo o país, e do processo de organização autônomo das mesmas em quase dez anos de organização, temos o I Encontro Nacional de Mulheres Negras em Valença (RJ), entre 02 e 04 de dezembro de 1988¹²², com o objetivo de estruturar o movimento e

¹²⁰ ROLAND, Edna. O Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: desafios e perspectivas. In: HUNTLEY, Lym & ALFREDO, Antônio Sérgio (orgs.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 240.

¹²¹ Não é o nosso objetivo aqui apresentar todo o histórico e nem o debate aprofundado sobre a organização do movimento de mulheres negras no Brasil. Para maiores esclarecimentos conferir a bibliografia das autoras: Rosália Lemos, Matilde Ribeiro e Edna Roland.

¹²² Existe pouca bibliografia a respeito do tema, a maior parte foi escrita por participantes do processo. Considerando o fato de ser uma história recente construída com muitas lágrimas, há certo ressentimento e pudor em tocar em alguns pontos desses debates. Creio que uma nova geração de pesquisadores/as e ativistas estarão um pouco menos suscetível às más recordações dos episódios e, portanto, a desenvolver melhor o tema. O episódio mais comentado por essas militantes foi o

construir uma plataforma única em relação com os demais movimentos sociais. O encontro foi muito criticado pelo movimento negro e feminista, pois consideravam o mesmo desnecessário.

Recordamos a importância do ano de 1988 para todo o movimento negro brasileiro. Um momento de denúncia da farsa da abolição e da permanência da exclusão social dos afro-brasileiros. O movimento organizou uma grande campanha amadurecida em anos anteriores com inúmeras atividades, campanhas e protestos de rua. O caso mais dramático ocorreu no Rio de Janeiro, onde foi proibida a marcha. O Exército alegava que os militantes iriam protestar contra o Panteão de Caxias e desrespeitar a memória do patrono das forças armadas, já que o movimento negro considerava como um assassino de negros, em consequência da Guerra do Paraguai.¹²³

As atividades ocorridas naquela data, em função da denúncia do Centenário da Abolição, representavam um salto de qualidade para o movimento negro brasileiro. Pois

(...) foi a primeira vez em que as múltiplas formas de desigualdade racial contra os afro-brasileiros tornaram-se um tema preponderante do debate nacional (...). Os eventos dessa comemoração representaram uma das poucas ocasiões, no período pós-guerra, em que eles exerceram uma ação coletiva contra as práticas estatais, tanto discursivas quanto não discursivas, e contra as atitudes do senso comum, na sociedade civil, a respeito da história e do legado permanente da opressão afro-brasileira.¹²⁴

Lélia participou do I Encontro de Mulheres Negras, pois considerava importante a realização do mesmo. Porém, se preocupava em tornar a luta das mulheres negras uma trincheira contra os homens. Ao término do encontro publicou um artigo, “A importância da organização da mulher negra no processo de

incidente com o ônibus indo do Rio de Janeiro para o *X Encontro Nacional Feminista*, as mulheres do ônibus alegavam não poder pagar a inscrição, contudo, afirmavam que iriam participar do encontro. Para maiores informações conferir as autoras citadas: Rosália Lemos e Matilde Ribeiro.

¹²³ Cf. BARRETO, Raquel de Andrade. **A ‘Marcha contra a farsa da Abolição’ pelas lentes de Januário Garcia**. Monografia do Curso de Pós-Graduação em Fotografia como Instrumento de Pesquisa nas Ciências Sociais, Rio de Janeiro, UCAM, 2002.

¹²⁴ HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001, p. 167.

transformação social”, no periódico *Raça e Classe*, do PT, no qual fazia duras críticas ao encontro e ao discurso de muitas mulheres negras.

De acordo com Luiza Bairros, Lélia

(...) criticou duramente a proeminência de posturas que considerava identificadas com um tipo de feminismo ocidental- branco, incapaz de definir a questão do sexismo para além da visão estreita macho opressor versus fêmea oprimida. Segundo ela, tal postura, equivocadamente chamada de radical, tende, por um lado, a fechar as possibilidades para o debate político, é coisa de homem e explicitamente confunde a questão política com opções partidárias.¹²⁵

As militantes do movimento de mulheres negras respondiam as críticas de Lélia afirmando que o encontro procurara buscar outras formas de se organizar politicamente que não reproduzissem a hierarquia patriarcal de grande parte das organizações políticas e do próprio movimento negro. Avaliavam que Lélia não havia compreendido que existiam estas outras formas de organização. As militantes também afirmavam que nem todas as mulheres do movimento tinham o acúmulo político necessário para estarem em discussões políticas mais tradicionais e que isso não as interessavam pela forma com que era conduzido.

A organização do I Encontro de Mulheres Negras privilegiou as dinâmicas das oficinas para conduzir as discussões, além disso, os temas abordados estavam ligados mais ao cotidiano das mulheres negras do que a temática “macro-política”. Em especial, ao tema da sexualidade para as mulheres negras.

Para Lélia, a Comissão executiva do Encontro não permitiu as discussões políticas e ainda desenvolveu um clima de desconfiança frente às militantes ligadas aos partidos de esquerda, as acusando de quererem desarticular o encontro. Além disso, a afirmação por parte de algumas militantes da preponderância da luta entre homens e mulheres, ao invés de raça e/ou classe foi definido por Lélia como um *feminismo sexista*. O mesmo esquema reprodutor de um pensamento eurocêntrico que nega a opressão racial e a exploração de classe. Segundo Lélia, esse tipo de feminismo esquecia a história de resistência e de luta do povo negro, onde as mulheres havia sido grande protagonistas que nos relegavam uma memória cultural ancestral, a qual o feminismo ocidental não era capaz de compreender.

¹²⁵ Ibid, p. 57.

Afirmou Lélia:

Como sabemos, nas sociedades africanas, em sua maioria, desde a Antigüidade até a chegada dos islames e dos europeus judaico-cristãos, o lugar da mulher não era de subordinação, o da discriminação. Do Egito antigo aos reinos dos ashanti ou dos yorubá, as mulheres desempenharam papéis tão importantes quantos os homens. Em muitos casos, até o poder político era compartilhado com elas.¹²⁶

O debate sobre a situação das mulheres na África é sempre ambíguo. Há narrativas para quem defende o fato de as mulheres terem então uma posição igualitária e, ao mesmo tempo, há também para quem defende que elas mantinham total submissão aos homens – como é o caso do discurso de alguns nacionalistas negros e Pan-africanistas.¹²⁷

A nosso ver, por se tratar de sociedades múltiplas, haveria posições distintas. Mas o preocupante nesse discurso é o olhar para trás em busca de algo que se passou. O que temos de concreto em termos de Brasil, é a importância e o poder das mulheres dentro das religiões de matriz africana e também nas resistências cotidianas. O que não necessariamente significou mudanças progressistas para as mulheres negras.

Retomando a Lélia, vemos que as suas críticas colocam um desafio transformador:

Se estamos comprometidas com um projeto de transformação social, não podemos ser convenientes com posturas ideológicas de exclusão, que só privilegiam um aspecto da realidade por nós vivida.¹²⁸

Como desenvolver um projeto de transformação do social que inclua os três níveis de desigualdades da sociedade brasileira (e americana também): classe, gênero e raça? A nosso ver este é o grande desafio presente nas duas autoras, Lélia Gonzalez e Angela Davis. Mas se destacando em Lélia, para qual a dimensão da raça foi a mais aprofundada. Observaremos agora, no próximo capítulo, como Angela Davis avaliou, desenvolveu e respondeu a desafios parecidos aos enfrentados por Lélia.

¹²⁶ GONZÁLEZ, Lélia. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. In: **Raça e Classe**. a. 2, n.5, Brasília: MNU nov./dez de 1988.

¹²⁷ O que será observado no capítulo seguinte em relação a Angela Davis.

¹²⁸ Ibid.

2.

Angela Davis

Sei que estamos nessa luta por um tempo indeterminado, que não vamos resolver esse problema nem hoje nem amanhã. Portanto, temos que aprender a manter a alegria, mesmo quando enfrentamos grandes dificuldades. Meu trabalho representa a forma como escolhi viver. Quero continuar lutando.

Angela Davis ¹²⁹

2.1. Introdução:

Este capítulo tem como objetivo apresentar a trajetória política de Angela e suas análises e formulações a respeito da condição das mulheres negras.

Se nos fosse dada a tarefa de escolher uma figura feminina que pudesse resumir de forma marcante os conturbados e revolucionários anos 60 nos Estados Unidos, elegeríamos, sem maiores dificuldades, Angela Davis, seja pela natureza diversa dos acontecimentos daquela época, seja pela forma como a sua imagem foi apropriada e veiculada como símbolo de luta, resistência, contestação e mudança. No entanto, Angela, como muitos outros ícones daquela época, tornou-se para a atual juventude estadunidense um objeto de consumo. Ela é lembrada como uma imagem rebelde da mulher negra de cabelo estilo afro, muitas vezes utilizada na estética Hip-Hop, em especial nos círculos progressistas. Algo semelhante ao que aconteceu com Che Guevara entre nós.

Angela sintetizou, na sua época, a figura mulher negra revolucionária: a sua imagem ficou associada à luta dos/as afro-americanos/as e representou tanto uma postura afirmativa quanto uma referência intelectual relevante para a sua geração, marcada pela fala contundente embasada de denúncia ao racismo e ao capitalismo norte-americano. Ao mesmo tempo, transmitia uma simpatia a outras pessoas que não concordavam inteiramente com o seu posicionamento político. O impacto dessa imagem está presente também no Brasil, onde muitos reconhecem a sua foto como a

¹²⁹ DAVIS, Angela. Viver e Continuando Lutando. In: WERNECK, Jurema (org.). **O Livro da Saúde das Mulheres Negras**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000, p. 72.

“Pantera Negra” Angela Davis, tendo havido, inclusive, uma jornalista brasileira que a utilizava como referência.¹³⁰

2.2 Uma breve apresentação de Angela Davis

2.2.1. Algumas pontuações sobre os anos 60 nos EUA

O momento de maior visibilidade da trajetória de Angela corresponde à década de 1960¹³¹, de acordo com linha do tempo proposta do sociólogo Frederic Jameson. A divisão cronológica proposta pelo autor apresenta momentos chaves, pequenos marcos que desenham um painel definido e bem caracterizam a geração de Angela. O período em questão redefiniu padrões e comportamentos para toda a sociedade ocidental; alguns autores chegam a considerar o período como a grande revolução que vivenciou o século XX.

As sementes dos anos 60 nos EUA, no entanto, haviam sido jogadas nas décadas de 40 e 50, em parte como uma resposta à estabilidade econômica, o consumismo e o conformismo que dominaram a época, valores que então foram profundamente questionados. Os anos de grande prosperidade econômica geraram algumas vozes intelectuais destoantes, como C. Wright Mills, Hebert Marcuse, Erich Fromm, John Kenneth Galbraith, entre outros, que apontavam que o sistema econômico abundante não era o suficiente para a realização dos indivíduos.

Numa era de conformismo, essas pessoas (intelectuais dissidentes) tomaram partido contra o que *C. Wright Mills* chamou de *main drift*¹³², defendendo o direito de

¹³⁰ A visibilidade de Angela Davis entre os brasileiros foi fortalecida com a entrada, em 1972, da primeira jornalista negra na Rede Globo, Maria das Graças, aprovada no teste para apresentadora do Jornal da Tarde de Belo Horizonte/MG. Contudo, a efetivação da apresentadora foi condicionada à imposição de um nome: Ana Davis, como uma referência direta a Angela Davis, naquela época já bastante conhecida pelos brasileiros, em grande medida, como consequência da cobertura que a imprensa internacional deu a sua prisão, julgamento e absolvição. Maria das Graças, além das semelhanças físicas com Angela Davis, possuía também o cabelo afro, tão em voga na época como símbolo da consciência racial. Anna Davis era envolvida com os círculos culturais da cidade e escrevia para um suplemento literário local. O convite para fazer a seleção partiu de uma produtora da emissora que buscava uma mulher com um estilo novo. Posteriormente, Anna passou a apresentar o Jornal Nacional com cobertura para todo o país (Informações obtidas em entrevista realizada com a jornalista no dia 17 de agosto de 20004).

¹³¹ Estamos considerando os anos 60 a partir da divisão proposta por Frederic Jameson em seu artigo, “Periodizando os anos 60”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pós-Modernismo e Política**. Rio de Janeiro: Ed.Rocco, 1991, pp-81-126. O autor considera o início destes anos com a Revolução Cubana em 1959 e finaliza a década entre 1972-1974, com a retirada das tropas americanas do Vietnã em 1973.

¹³² “Corrente principal”, em referencia à maioria das pessoas que segue os princípios ditados pela sociedade.

discordar e lutando para manter aberto o processo crítico de debate público. Em tempos sombrios, eles forneceram alguns raios de luz que ajudaram a inspirar a emergência de uma nova energia política. Eles plantaram as sementes dos anos 60.¹³³

É importante pontuar que, da sociedade do pós-guerra de afluência, nem todos foram beneficiados. A grande parte dos afro-americanos estava submetida à precariedade econômica, e principalmente a segregação racial¹³⁴. Direitos mínimos e básicos, como a educação e o voto, eram negados a essa população, o que consistia num grande paradoxo, pois o sistema criou um exército de “renegados”.

O economista John K. Galbraith nomeou com precisão a sociedade norte-americana dos anos 50 em seu livro *The Affluent Society* (1958). Chamando a atenção para a pobreza ainda vigente e a ilusão de uma segurança nacional. Galbraith denuncia que o preço pago por essa sociedade é alto demais—além de estradas congestionadas, campo destruído e cidades inseguras, a alienação e o conformismo são marcas desse período.¹³⁵

Dos intelectuais mencionados anteriormente, destacaremos apenas Marcuse, professor e orientador de Angela, em consequência de sua forte ligação com a aluna. Dos livros escritos de Marcuse, dois merecem destaque: *Eros e Civilização* (1955) e *One-Dimensional Man* (1964). O primeiro retoma um aspecto da obra de Freud que havia sido posto de lado na sociedade industrializada do pós-guerra, o culto ao princípio do prazer. No segundo, abordagem se dirige ao pensamento unidimensional da sociedade industrial, pois o desenvolvimento do capitalismo e da tecnologia levou a uma “mecânica do conformismo”, criando homens sem individualidades e com a liberdade pessoal comprometida. Esses conceitos de Marcuse estavam presentes em grande parte do discurso da juventude de 1968, principalmente no que se refere à negação e a recusa à sociedade industrial e aos valores ocidentais tradicionais.

Os anos 60 trouxeram aspectos tão fortes e inovadores para as sociedades ocidentais que é possível pensar no antes e no pós anos 60. As mudanças foram em diversas áreas, incluindo a política, cultura, economia etc. Um ponto importante nessas mudanças está na idéia do direito à fala, que Jameson discute, como a

¹³³ BERUTTI, Eliane Borges. **A dança de Clio e Calíope**: uma leitura interdisciplinar dos protestos dos jovens norte-americanos nos anos 60. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFF/Departamento de História, 1997, p. 23.

¹³⁴ A segregação racial nos Estados Unidos consistiu na institucionalização da discriminação com base no conceito de raça que separou, espacialmente e institucionalmente, negros e brancos. Cf. http://en.wikipedia.org/wiki/Racial_segregation (consultada no dia 02/08/2004).

¹³⁵ BERUTTI, Eliane Borges. Op. Cit., p. 23.

(...) conquista do direito de falar com uma nova voz coletiva, nunca antes ouvida nos palcos do mundo, e da concomitante supressão dos intermediários (liberais, intelectuais do Primeiro Mundo) que até aquele momento se davam o direito de falar em seu nome; tudo isso sem esquecer a retórica propriamente política da autodeterminação ou da independência, ou ainda aquela outra, mais psicológica e cultural das novas “identidades” coletivas.¹³⁶

Não se tratou apenas de novas identidades, mas também da emergência de novos sujeitos históricos que deslocavam a determinação de classe, e traziam outras categorias sociais e políticas, como raça, colonizado, marginal e gênero. Desse processo destacam-se as revoluções e lutas de libertação nacionais, tais como: a Revolução Cubana (1959), Independência da Argélia (1962), Revolução Cultural na China (1965) e a Primavera de Praga na Tchecoslováquia (1968), Maio de 1968 em Paris. Em especial nos interessam a Guerra do Vietnã e o Movimento dos Direitos Civis. A compreensão desses processos políticos torna-se fundamental para o entendimento daquela conjuntura histórica. Os dois últimos acontecimentos são de maior importância para nós pelo fato de terem servido como aglutinadores das energias da juventude daquela sociedade, e ainda por terem demonstrado o quão covarde e injusto era o “sistema”. De acordo com a própria Angela, a Guerra tinha como características o racismo, o imperialismo e a violação da autodeterminação dos povos.

(...) I believe Black men should not be coerced into fighting a racist, imperialist war in Southeast Asia, where the United States government is violently denying a nonwhite people the right to control their own lives, just as they vilently suppressed us for hundreds of years.¹³⁷

Sobre o Movimento dos Direitos Civis, o mesmo se constituiu na grande escola de formação política para Angela, como para muitos negros norte-americanos. De lá saíram várias lideranças políticas destacando-se o líder do movimento, o reverendo Martin Luther King, Jr., que advogava a estratégia de resistência não-violenta na luta pelos direitos civis para os afro-americanos.

¹³⁶ JAMESON, Frederic. Op. Cit., p. 83.

¹³⁷ DAVIS, Angela. I am a revolutionary black woman. In: MULLINGS, Marable Mullings (ed.). **Let Nobody Turn us around: Voices of Resistance, Reform, and Renewal.** An African American Anthology. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1999, p. 483.

2.2.2. Notas sobre a trajetória intelectual e política de Angela Davis

Antes de iniciarmos a apresentação sobre a trajetória de Angela, é importante pontuar que, de acordo com a própria da pesquisada, a sua vida pessoal não estava separada da sua atividade política. Para Angela era uma questão de “(...) fundir o pessoal com o político até o ponto em já não possam ser separados”.¹³⁸ Dessa maneira, “(...) já não se vê a própria vida, a vida individual, como algo importantíssimo”.¹³⁹ Mais do que um pensamento particular da autora, essa idéia estava presente em toda a geração de militantes de esquerda dos anos 60; Angela e seus contemporâneos se consideravam como revolucionários dispostos a entregar a vida à causa: “Minha vida pertence a luta”¹⁴⁰.

De forma sucinta iremos oferecer uma visão panorâmica a respeito da trajetória de Angela Yvonne Davis. Ela nasceu em 26 de janeiro de 1944 na cidade de Birmingham, no estado do Alabama, na região sul dos EUA, num período de segregação racial e de “Leis Jim Crow”¹⁴¹. A cidade onde nasceu ficou associada ao bombardeio, promovido pela *Klu Klux Klan*, que destruiu uma Igreja Batista em 15 de setembro de 1963. Em consequência desse ataque, Carole, Cyntia, Adie e Denise, com idades entre 11 e 14 anos, morreram queimadas e mais 20 pessoas. O caso foi considerado um dos crimes mais chocantes da história dos Estados Unidos. A igreja era um ponto de encontro de militantes pró-direitos civis. Mais do que um fato isolado, o ocorrido em Birmingham revela o ambiente que reinava no lugar onde, como descreveu o escritor *William Faulkner*, “o passado nunca morre”.

A família de Angela tinha uma situação economicamente estável, diferente do resto da comunidade negra local, e morava inclusive na área de classe média da cidade. Contudo, a situação de tensão racial estava presente no seu cotidiano. O bairro

138 DAVIS, Angela. **Si llegan por ti en la mañana**. Vendrán por nosotros en la noche, 3ªed, Ciudad de México: Siglo Veintiuno Editores, 1976, p. 211.

139 Ibid.

140 Ibid.

141 Leis que criavam impedimentos legais para que afro-americanos pudessem votar nos Estados do Sul, a partir das 14ª e 15ª emendas da Constituição e da Declaração dos Direitos de 1789, as quais asseguravam que direitos fossem invalidados por governantes. Em alguns estados, por exemplo, negros eram submetidos a um exame sobre a constituição, em outros se exigia que seus antepassados já tivessem votado uma vez, o que seria impossível por eles terem sido escravizados. O termo Jim Crow foi retirado de uma canção de 1832, em que se referia-se aos negros de forma depreciativa.

onde sua família morava ficou conhecido como “Dynamite Hill” em consequência das agressões constantes promovidas pela *Ku Klux Klan*¹⁴² contra as famílias negras locais que tentavam “integrar-se” em uma vizinhança branca. Famílias negras vizinhas de Angela tiveram suas casas atacadas. Sobre o período Angela recorda:

Almost immediately after we moved there white people got together and decided on a border line between them and us. Center Street became the line of demarcation. Provided that we stayed on “our” side of the line (the east side) they let it be known we would be left in peace. If we ever crossed over to their side, war would be declared. Guns were hidden in your house and vigilance was constant.¹⁴³

Gostaria de fazer um parêntese aqui e tecer alguns comentários a respeito da situação das famílias de classe média negra do período. Apesar de sua condição econômica, essas famílias estavam submetidas em grande parte às desvantagens vividas por toda a comunidade negra. De uma forma geral, a segregação imponha a necessidade de todos viverem em proximidade geográfica. O mesmo fazia com que os negros estadunidenses mantivessem-se em contato nos espaços públicos, como nas escolas, por exemplo, e que apesar das diferenças de classe, o determinante raça ficasse fortalecido. Um bom exemplo disso é o fato que duas das maiores lideranças do Partido dos Panteras Negras (Black Panther Party), Bobby Seale e Huey Newton, também fossem provenientes de famílias de classe média negra¹⁴⁴.

Retomando Angela, ela era a filha mais velha de *Sallye Bell Davis* e *B. Frank*. O casal teve ainda outros três filhos. A sua mãe, professora, a ensinou ler, escrever e calcular em casa. O seu pai também havia sido professor, mas abandonou a profissão, em função do baixo salário, e administrava o seu posto de gasolina.

Como muitos estudantes negros/as da época, Angela estudou em uma escola pública segregada, a *Carrie A. Tuggle Elementary School*. A qualidade do ensino era inferior à das escolas onde estudavam os/as alunos/as brancos que eram de melhor qualidade. As escolas para afro-americanos possuíam material didático defasado, que

142 A Ku-Klux-Klan surge em 1867 com veteranos sulistas da Guerra de Secessão em Nashville. Uma organização racista, secreta e terrorista. O seu intuito era impedir a integração racial agrediam “preferencialmente” a negros, no entanto, brancos a favor da integração também eram atacados. Os membros da Ku-Klux-Klan usavam túnicas e máscaras brancas que impediam a sua identificação. As suas ações se caracterizavam por manifestações pública de ódio racial, como passeatas, espancamentos, linchamentos, mortes e incêndios de propriedades e colheitas.

143 DAVIS, Angela. **Angela Davis: An Autobiography**, New York: Random House, 1988, p. 78.

144 Para um maior aprofundamento a respeito, conferir a entrevista de Katleen Cleaver para o projeto “The two nations of black américa”. Publicado no site: <http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/race/interviews/kcleaver.html> (consultado em junho de 2004)

havia sido descartado pelas escolas de estudantes brancos/as, além de estarem alocados em prédios mal conservados, entre outros problemas. O ponto positivo que pode se destacar nas escolas segregadas é o ensino que faziam da História Negra:

Throughout those years, I learned something about every Black person “respectable” enough to be allotted a place in the history books-or, as far as contemporary people were concerned , who made their way into “Who’s Who in Negro America” or *Ebony* magazine.¹⁴⁵

Em suas recordações da época, Angela destaca que foi nesse período que se deu conta das desigualdades sociais, e da posição privilegiada que sua família tinha em relação aos outros membros da comunidade negra local, observando principalmente a realidade de outras crianças negras. Angela também fala da mãe como uma referência importante no seu processo de amadurecimento político. *Sallye B. Davis* foi ativista na sua época de estudante, participou das atividades da *National Association for Advancement to the Colored People* (NAACP) e atuou na direção da *Southern Negro Youth Congress* (SNYC). Esta mesma organização, com base em Birmingham, inicialmente voltada a trabalhadores negros, com o passar do tempo dedicou-se a fortalecer a participação negra nas eleições, através da conscientização do voto a partir de um trabalho comunitário baseado em atividades culturais. Além disso, junto com sua mãe Angela participou de algumas manifestações pelos Direitos Civis em Birmingham.

Em 1959, aos 15 anos de idade, Angela recebe uma bolsa de estudo paga pelo Comitê de Serviço dos Amigos Americanos (*American Friends Service Committee*) que possibilitou os seus estudos em Manhattan/Nova York, no *Elizabeth Irwin High School*. Escola particular progressista composta por professores que haviam sido marginalizados no sistema público de ensino em consequência de suas ideologias políticas, era considerada, inclusive como “um ninho de radicais”.¹⁴⁶ Vive no *Brooklyn* com uma família de um ministro da Igreja Episcopal. Angela teve alguns problemas iniciais para acompanhar as aulas, em consequência da educação de qualidade inferior que havia recebido na escola segregada no sul. O seu primeiro contato com o pensamento de esquerda foi nessa época, na escola:

¹⁴⁵ DAVIS, Angela. Op. Cit., 1988, p. 91.

¹⁴⁶ Expressão retirada do verbete publicado por HIME, Darlene Clark (editor). **Black Women in América: An Historical Encyclopedia**. New York: Carlson Publishing Inc, 1993.

When I learned about socialism in my history classes, a whole new world opened up before my eyes. For the first time, I became acquainted with the notion that there could be an ideal socioeconomic arrangement; that every person could give to the society according to his ability and his talents, and that in turn he could receive material and spiritual aid in accordance with his needs.¹⁴⁷

Porém, o grande impacto veio com a leitura do Manifesto do Partido Comunista:

The *Communist Manifesto* hit me like a bolt of lightning. I read it avidly, finding in it answers to many of the seemingly unanswerable dilemmas which had plagued me. I read over and over again, not completely understanding every passage or every idea, but enthralled nevertheless by the possibility of communist revolution here. I began to see the problems of Black people within the context of large working-class movement.¹⁴⁸

Nesse mesmo período, foi convidada a participar das reuniões de um grupo de jovem, chamada *Advance*, uma organização ligada ao Partido Comunista Americano (CPUSA)¹⁴⁹. Angela fora convidada por *Bettina Aptheker*, filha de Herbert Aptheker, uma importante liderança do Partido, a participar das reuniões. A maioria dos jovens dessa organização era composta de filhos de militantes comunistas. Na verdade, os pais de Angela já tinham proximidade com militantes negros do Partido Comunista. Ela descreve em suas memórias que no período que viveu em Nova Iorque, se sentia fora de lugar, contudo, as amizades e a militância política davam algum conforto.

Em 1961 iniciou a sua graduação na Universidade de Brandeis em Waltham, Massachussetts com especialização em literatura francesa. Uma das recordações que guarda do início da graduação foi do isolamento dentro da universidade. Segundo ela, “I felt alienated, angry, alone and would have left the campus”.¹⁵⁰ Um momento muito intimista, que se somava ao seu contato com o pensamento existencialista em que fazia leituras de *Jean Paul Sartre* e *Albert Camus*.

147 DAVIS, Angela. Op. Cit., 1988, p. 109.

148 Ibid, p. 109-10.

149 O Partido Comunista Americano foi fundado oficialmente em 1919. A partir dos anos 20, o Partido começa a focalizar também a questão do racismo, e a especificidade dos trabalhadores negros, em parte, por ser uma questão latente na sociedade americana, mas, também, seguindo as orientações de Lênin. O mesmo recomendava a atenção particular ao ‘elo fraco’ do Imperialismo, nos EUA, os afro-americanos. O PCA passou por grandes dificuldades na década de 50: em primeiro lugar, o marxismo que perseguiu grande parte dos seus militantes e simpatizantes; logo depois, em 1956, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética denúncia os crimes de Stálin, e leva a um processo de grande fragilização interna.

150 DAVIS, Angela. Op. Cit, 1988, p. 118.

Na leitura da autobiografia de Angela, observamos um grande isolamento vivido por ela na sua juventude, para nós, consequência da situação de “excepcionalidade”¹⁵¹ que viveu como estudante negra em uma universidade num momento em que o aparelho da segregação está sendo desmontado juridicamente. No entanto, a mentalidade racista continua presente tanto nas instituições, quanto na cabeça de muitas pessoas.

Angela já se considerava comunista no início da sua graduação, mas não participava das movimentações políticas que aconteciam no campus, por não se identificar com aqueles militantes.

Durante o primeiro ano na Universidade, Angela recebe nova bolsa de estudos, desta vez para a Universidade de *Sorbonne*, na França. Lá trava contato com os estudantes argelinos e conhece a luta de libertação contra o colonialismo francês. Observa também a repressão exercida pela polícia francesa contra os argelinos em Paris por desejarem obter sua independência. O contato com os argelinos revela a Angela a dimensão global da luta contra o colonialismo.

Apesar de estudar literatura francesa, começa a se interessar cada vez mais pela filosofia. Ainda como estudante de literatura francesa, conhece Hebert Marcuse, na cidade de Brandeis em 1964-65, que a orienta nos estudos de filosofia. As idéias de Marcuse tiveram grande influência em Angela, e em especial as análises do filósofo a respeito da responsabilidade do indivíduo para rebelar-se contra o sistema fizeram-na refletir bastante. Por fim, a leitura dos seus livros e suas análises psicanalíticas a partir de Sigmund Freud também foram importantes neste processo.

Ao terminar a sua graduação, em 1965, obteve a qualificação *magna cum laude* no seu exame profissional de literatura francesa. Em seguida, obteve uma bolsa de estudos do governo da Alemanha Ocidental para Universidade de Goeth, em Frankfurt, onde teve a oportunidade de estudar com Theodor Adorno e Oskar Negt. Ali participa também das manifestações contra a Guerra do Vietnã organizada pela Liga dos Estudantes Socialistas¹⁵².

Destaca-se o fato de que Angela, na ocasião, dominava o francês e o alemão, além do conhecimento intelectual adquirido na sua graduação e na sua pós-graduação

151 Quando falamos em excepcionalidade, nomeamos apenas o fato de Angela, uma mulher negra, ter conseguido romper com as barreiras impostas aos afro-descendentes e cursar uma universidade, entre outras coisas.

152 É importante pontuar que a trajetória de Angela, assim como a de Lélia, foi marcada pelo entrecruzamento da vida intelectual com a militância política, aspectos indissociáveis na trajetória dessas duas mulheres.

na Alemanha, pontos que a permitiram desenvolver com mais profundidade os seus estudos políticos e filosóficos.

Regressa aos Estados Unidos em 1967, com intuito de encerrar sua pós-graduação, bem como participar mais ativamente na luta contra o capitalismo e o racismo. Angela vai para a Universidade da Califórnia de San Diego para terminar o seu doutorado com Marcuse, que havia mudado de universidade. O doutorado foi finalizado em 1969. Em San Diego, estabelece contato com a comunidade negra do sul da Califórnia, participando da militância contra o desemprego, a brutalidade policial. Contudo, foi o assassinato de Gregory Clark, um jovem negro de 18 anos, pela polícia de Los Angeles que revelou as práticas do Estado _ capaz inclusive de utilizar técnicas fascistas para conter a organização política das comunidades oprimidas.

No ano de 1968, estava próxima do Partido dos Panteras Negras e do PC, porém decide se filiar ao Partido Comunista Americano (CPUSA)¹⁵³, integrando o Coletivo Che-Lumumba¹⁵⁴, que abrigava os militantes negros do Partido em Los Angeles. Em relação às suas motivações para entrar no Partido Comunista, Angela fala da sua convicção política de empregar os princípios marxista-leninistas na luta por libertação:

I am a Communist because I am convinced that the reason we have been forcefully compelled to eke out an existence at the very lowest level of American society has to do with the nature of capitalism. If we are going to rise out of our oppression, our poverty, if we are going to cease being the targets of the racist minded mentality of a racist policeman we will have to destroy the American capitalist system.¹⁵⁵

Sobre o Coletivo Che- Lumumba:

(...) I joined the Che-Lumumba Club, which is a militant, all black collective of the Communist party in Los Angeles committed to the task of rendering Marxism-Leninism relevant to black people.(...) The practical perspective of the Che-Lumumba Club is based on an awareness of need to emphasize the national character of our people's struggle and to struggle around specific forms of oppression which have kept us at the very lowest levels of American society for hundreds of years, but

¹⁵³ Manteve-se ligado ao CPUSA até o ano de 1991.

¹⁵⁴ O nome fazia referência às lideranças revolucionárias mortas do Terceiro Mundo Patrice Lumumba e Che Guevara. Lumumba foi o Primeiro Ministro do Congo, morto em 1961, até hoje não se sabe quem foram os seus assassinos. A escolha desses nomes seguia a um critério dos Partidos Comunistas da época de prestar homenagens às lideranças políticas que haviam dedicado suas vidas à revolução.

¹⁵⁵ DAVIS, Angela. I am a revolutionary black woman. Op. Cit., p. 483.

at the same time to place ourselves as black people in the forefront of a revolution involving the mass of people to destroy capitalism (...) ¹⁵⁶

No seu contato com o Partido dos Panteras Negras, presenciou em Janeiro de 1969 os assassinatos de dois líderes do Partido das células do Sul da Califórnia, *John Huggins* e *Alprentice "Bunchy" Carter*, no campus da Universidade da Califórnia em Los Angeles (UCLA) por executores pagos pelo FBI. No outono desse mesmo ano, foi nomeada professora de Filosofia da UCLA.

Em 1969, ocorreu o primeiro incidente da trajetória de Angela que lhe concedeu uma grande visibilidade. O então Governador da Califórnia, Ronald Reagan, tenta expulsá-la da UCLA, alegando que Angela havia se declarado comunista e por isso não poderia mais lecionar na universidade. O processo teve uma grande repercussão e a imagem de Angela foi projetada para fora do circuito da militância política e da intelectualidade de esquerda. Contudo, os tribunais declararam que tal ação era inconstitucional, pois feria o direito de liberdade de expressão garantido pela Constituição estadunidense. Após o processo, Angela ganhou uma popularidade muito maior na universidade, as suas aulas sobre os temas filosóficos na literatura negra passaram a ser disputadíssimas com turmas sempre superlotadas. No entanto, o seu contrato não foi renovado na instituição no período seguinte, com a alegação de que ela não havia concluído o doutorado e por seu ativismo político na universidade.

O ano de 1970 foi destacado pela autora como um período chave de sua trajetória, um amadurecimento político, em suas próprias palavras:

That period was pivotal for me in many respects. I came to understand much more concretely many of the realities of the Black struggle of that period. Having been involved for a number of years in organizing people in the community and on the campuses against the prevailing political repression. I found myself a victim of that. ¹⁵⁷

E também nesse momento que se dá conta da sua condição de mulher negra. “So 1970 really was the year in which I first began to become conscious of myself as a Black woman.” ¹⁵⁸

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ DAVIS, Angela e JORDAN, June. Woman Talk. In: *Essence*. n. 21. New York: ECI, May 1990, p. 93.

¹⁵⁸ Ibid, p. 94.

No começo desse ano, Angela inicia o seu envolvimento político e pessoal com George Jackson e os outros *Soledad Brothers*. George era um afro-americano, preso na cadeia de San Martin, na Califórnia, acusado de roubo com uma história quase idêntica a de muitos outros jovens negros. Contudo, como ocorreu com outras lideranças negras como Malcom X e Eldridge Cleaver, George teve o seu amadurecimento político no cárcere e tornou-se uma liderança política entre os presos e membro do Partido dos Panteras Negras. De acordo com Angela, o processo vivido por George, era vivenciado por outros também, em grande escala:

A new consciousness had taken root. It was not simply consciousness of those who were in prison for political reasons. This was a mass phenomenon. Prisoners-particularly Black prisoners - were beginning to think about how they got there- what forced them into the prison. They were beginning to understand the nature of racism and class bias. They were beginning to recognize that regardless of the specific details for their individual cases, most of them were in prison because they were Black, Brown and poor.¹⁵⁹

Como uma forma de conter o trabalho desenvolvido por George e outros presos, foi forjado por parte das autoridades do presídio o envolvimento dele, John Cluchette e Fleeta Drumgo no assassinato de um guarda da prisão. O contato com George mudou bastante a sua vida. A partir dessa relação, ela se dá conta de duas questões fundamentais em sua militância política e produção acadêmica: o despertar da sua consciência de gênero, bem como a percepção sobre o racismo e a criminalização dos afro-americanos. Angela¹⁶⁰ se aproximou de George a partir da sua atuação no Comitê de Solidariedade aos *Soledad Brothers* (como ficaram conhecidos os três acusados). Trabalhando pelo comitê, Angela proferia debates, participava de palestras denunciando as várias formas que assumiam a repressão política, da qual eram vítimas os *Soledad Brothers* e outros militantes, especialmente os membros dos Panteras Negras, presos ou mortos em nome da manutenção da ordem. Em seus discursos, Angela mencionava constantemente o fato de que 30% dos presos eram negros, enquanto no total da população estadunidense eles representavam 15% apenas, o que mostrava o racismo presente no sistema judicial norte-americano.

¹⁵⁹ DAVIS, Angela. Op. Cit., 1988, p. 249.

¹⁶⁰ Frequentemente aparecem referências de que Angela teria se envolvida em todo o problema dos *Soledad* em função do seu envolvimento sentimental com George Jackson, argumento utilizado inclusive pela promotora na acusação contra ela. Essa é uma das visões recorrentes a respeito da ação política das mulheres, que nos insere sempre no campo da afetividade, não nos qualificando em ações ligadas ao intelecto.

Ao mesmo tempo, relacionava isso a sua própria experiência de perseguição vivenciada na UCLA.

Essa relação acarretou, posteriormente, para Angela a sua vinculação com o rapto, assassinato e conspiração ocorridos no tribunal de San Rafael na Califórnia, comandados por Jonathan Jackson (irmão mais novo de George, de 17 anos) em Agosto de 1970. A acusação pelos crimes citados veio justamente como consequência do seu envolvimento com George. Jonathan, em 07 de Agosto de 1970, utilizou a arma que pertencia a Angela para efetuar o seqüestro no Tribunal com o objetivo de libertar três prisioneiros negros que estavam em audiência. Ele e outros três homens seqüestraram o juiz, o promotor e alguns jurados e os levaram até uma caminhonete que os esperava. Contudo, quando todos estavam dentro do carro um guarda que estava na rua começou a atirar. Como resultado final do tiroteio, Jonathan, o juiz e os dois presos foram mortos e os demais feridos. Assim sendo, Angela foi acusada pelas mortes ocorridas porque a arma estava registrada em seu nome. Ela permaneceu clandestina, tentando fugir da polícia por algum tempo, chegando, inclusive, a figurar na lista dos dez mais procurados do FBI em 1970. Foi presa em 13 de outubro de 1970, em Nova York na companhia de *David Poindexter*, um amigo. Era acusada pelo Estado da Califórnia de cúmplice por assassinato e seqüestro. Ficou presa durante 17 meses, nesse período produziu muitos artigos. Além disso, foram feitas campanhas nacionais e internacionais pela sua libertação, intituladas “*Free Angela*”. Recebe apoio de figuras importantes da comunidade afro-americana, como a cantora Aretha Franklin, que mesmo não concordando com a postura ideológica de Angela, lutam pela sua libertação. A cantora declara: “I’m going to set Angela free... not because I believe in communism but because she’s a black woman who wants freedom for all Black People.”¹⁶¹

O julgamento ocorreu em junho de 1972 e a inocentou, tendo sido ela própria integrante da equipe de defensoria no julgamento. Para que conseguisse isso, inclusive, teve de apelar ao tribunal em 5 de janeiro de 1971. Abaixo está parte do seu pedido. O mesmo resume os argumentos usados na defesa, além de resumirem idéias políticas da autora. Durante todo o processo, Angela afirmava a sua inocência contra as acusações, plantadas, em suas palavras pelo Estado da Califórnia.

¹⁶¹ HINE, Darlene C. (ed.). Op. Cit, p. 305.

Sou inocente, conseqüentemente sustento que nenhum ato criminoso, qualquer que seja, justifica minha presença atual ante a este tribunal.

Encontro-me aqui por ser vítima de uma maquinação política que, longe de demonstrar minha culpabilidade, indica o Estado da Califórnia como agente da repressão política. Em efeito, o Estado da Califórnia revela seu papel ao utilizar como prova contra a mim, a minha participação em lutas que livra o meu povo- a população negra- contra as múltiplas injustiças sociais, ao utilizar, especialmente minha participação no Comitê em defesa dos *Soledad Brothers*. Até agora, o povo norte-americano têm sido induzido a acreditar que tal participação é garantida pela Constituição.

Para estar segura de que estas questões políticas não serão anuladas nem desnaturalizadas, me vejo obrigada a tomar parte ativa em minha própria defesa: como acusada, como mulher negra e como comunista.

(...) Ninguém pode falar melhor do que eu mesma das minhas convicções e atividades políticas. Uma justiça que condena virtualmente ao silêncio a mesma pessoa que mais tem a perder, parece conter os germes da sua própria destruição.

(...) Para aumentar as possibilidades de que aconteça um processo justo- o qual por hora, não me pareça que seja o caso-, é absolutamente necessária a autorização de que eu mesma participe da minha defesa. Poderia agregar que ao meu pedido não carece/precisa de precedentes no plano jurídico.

Se este tribunal rechaçar nossa petição, e não me incluir como defensora neste processo, se alinhará junto as forças do racismo e da reação que ameaçam empurrar o nosso país aos horrores do fascismo; e muitas pessoas que tem perdido gradualmente a sua ilusão a respeito do sistema jurídico encontrarão aqui uma razão mais para confirmar sua opinião e para pensar que já não é mais possível ser julgado imparcialmente nos Estados Unidos.¹⁶²

O texto nos parece muito interessante por conseguir resumir aspectos recorrentes do pensamento e da trajetória de Angela. O primeiro ponto importante, diz respeito a sua autodefinição, como mulher negra e comunista. Essa apresentação resume tanto a identidade de Angela quanto as suas prioridades políticas e intelectuais que estão ligadas às dimensões de classe, gênero e raça. O segundo ponto relaciona-se a auto-representação, à necessidade de defender a si mesma, um aspecto recorrente nos discursos dos militantes negros desde *Malcom X*. O aspecto seguinte relaciona-se à afirmação da sua inocência, e à alegação da perseguição política por parte do Estado da Califórnia, que tentava incriminá-la como forma de conter o seu trabalho político, uma técnica muito utilizada na ocasião com os militantes revolucionários, não só nos Eua, como em diversos países, como o Brasil por exemplo. E, por último, a denúncia do processo de implementação de uma cultura fascista vivida por aquela sociedade.

O julgamento inocentou Angela. O intuito do processo de criminalização de Angela tinha o objetivo bem nítido de conter a influência de Angela na comunidade negra, em especial o exemplo para outras mulheres negras. Ela representava uma ameaça, em grande medida no plano simbólico. Uma mulher negra que

¹⁶² DAVIS, Angela. **Angela Davis habla**. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1972, pp. 57-8.

orgulhosamente se definia como comunista disposta a lutar incansavelmente contra o capitalismo e o racismo, ao mesmo tempo, desafiava as definições recorrentes a respeito das mulheres afro-americanas. Como ela mesma recorda, o seu exemplo poderia levantar muitas outras mulheres:

Something happened during the period of my persecution by the government and the FBI and others. When I was underground, enormous numbers of Black women were arrested and harassed. I came to realize the government feared the political potential of Black women – and that was a manifestation of a larger plan to push us away from political involvement, from militant political involvement.¹⁶³

O comitê que serviu de apoio a Angela no período da sua prisão, após o processo serviu de base para a criação da organização, *National Alliance Against Racism and Political Repression*. A mesma tem como propósito apoiar presos políticos, em especial “pessoas de cor”¹⁶⁴ criminalizadas pelo racismo.

Angela continua a desenvolver a sua militância política após o julgamento, chegando a ser inclusive candidata a vice-presidência dos Estados Unidos, pelo Partido Comunista em 1980 e em 1984. Atualmente, não está mais no Partido, porém participa do *Critical Resistance*¹⁶⁵. A organização atua na luta contra o complexo industrial prisional americano. Além disso, trabalha em questões ligadas aos temas de gênero e raça. Leciona também na Universidade da Califórnia, em Santa Cruz, editou uma série de livros e artigos que, em sua grande maioria, versam sobre gênero, raça, classe e cárcere.

Como um balanço da própria Angela sobre a sua trajetória, os resultados foram positivos. Em primeiro lugar Angela, faz uma avaliação da sua militância política como resultado de um processo histórico maior que não se resume à excepcionalidade individual.

I think the importance of doing activist work is precisely because it allows you to give back and to consider yourself not as single individual who may have achieved whatever but to be a part of an ongoing historical movement.¹⁶⁶

¹⁶³ DAVIS, Angela e JORDAN, June. Op. Cit., p. 94.

¹⁶⁴ Pessoas consideradas não-brancas na sociedade americana, que inclui afros, latinos, afro-latinos, árabes, asiáticos e indígenas americanos.

¹⁶⁵ Para maiores informações conferir o site: <http://www.criticalresistance.org>

¹⁶⁶ DAVIS, Angela. Entrevista publicado no site: www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/race/interviews/davis.html. Consultada no dia 4 de julho de 2004. Essa entrevista foi realizada em 1997 como parte de um projeto da rede de TV pública americana PBS com lideranças negras dos anos de 1960.

Em outra avaliação sobre sua trajetória, Angela menciona a necessidade de se preocupar com o seu próprio bem-estar, também como parte integrante da sua luta.

I have learned a lesson which I would not have acknowledged 20 years ago, that it is all right to want to tend to my own needs. It is not contradictory to be involved in the quest for justice or liberation and also want to be healthy myself, and to take time guarantee that I am physically and spiritually and emotionally healthy. ¹⁶⁷

2.3. O pensamento de Angela sobre mulheres afro-americanas, raça e gênero

Como observado no capítulo anterior, as discussões e análises de gênero e raça são os espaços onde as teorias se concretizam e as pesquisadas analisam e conceituam, com base em diferentes instrumentais teóricos, duas experiências históricas femininas da diáspora africana.

No âmbito da obra de Angela, é perceptível o fato de a autora ter dedicado muito dos seus estudos a desconstruir, apoiada em informações históricas e conceituações marxistas, parte das visões distorcidas a respeito das mulheres afro-americanas. Uma outra caracterização da sua produção se dá nas interseções entre raça, classe e gênero, em que há forte distinção ao conseguir “radicalizar” o feminismo negro com sua persistência nas dimensões de raça e classe.

É importante pontuar o silêncio das “mulheres de cor” ¹⁶⁸ como produtoras de conhecimento sobre sua própria história e experiências. No caso das mulheres negras, a invisibilidade está nos estudos feministas clássicos, onde as experiências delas foram completamente ignoradas em nome de uma homogeneização da definição de mulher, apagando as dimensões de classe e raça/etnia. E também nas pesquisas sobre raça e etnicidade, nestas as experiências dos homens negros foram consideradas como normas para toda a comunidade. Essa dupla invisibilidade levou a escritora americana Bárbara Smith e outras autoras a criarem a conhecida expressão sobre as mulheres

167 DAVIS, Angela Davis e JORDAN, June. Op. Cit., p. 193.

¹⁶⁸ É usual na bibliografia norte-americana o uso do termo pessoas de cor, mulheres de cor etc. No entanto, consideramos problemática esta expressão, e um pouco ambígua no contexto brasileiro. Em consequência disso, propomos a expressão “mulheres colonizadas”, pessoas colonizadas, na medida em que a subalternidade desses grupos étnicos está sendo marcada pela experiência da colonização. Reconhecemos que o termo também é um pouco amplo, mas a meu ver mais preciso do que a expressão anterior, inteligível no contexto da sociedade norte-americana. Contudo, o termo “pessoas de cor” irá aparecer quando se tratar de traduções de artigos em inglês. O que define a experiência das mulheres de cor é a dimensão da opressão racial, que não permite avaliar o gênero de forma isolada.

negras: Todas as mulheres são brancas, todos os negros homens, mas algumas são guerreiras.¹⁶⁹

Em consequência disso, a produção das mulheres negras sobre a sua própria condição é relevante, pois muitos dos pontos destacados por nós não estão presentes nas definições dominantes de realidade e das pesquisas históricas. Pois como lembra a pesquisadora Michele Wallace:

A idéia era ir além da discussão sobre ‘fatos’ e chegar a uma observação geral sobre como as negras raramente participam da produção de ‘fato’ e ‘história’. Assim, quando elas fazem qualquer movimento nesse sentido, isso é potencialmente subversivo de um *status quo* repressivo.¹⁷⁰

Considerando o movimento feminista, lembramos que, historicamente, a relação das mulheres negras com o movimento foi bastante conflitiva na conjuntura dos anos 1960/70. O mesmo não exercia nenhuma atração sobre as mulheres negras, chicanas ou asiáticas revolucionárias, em consequência da sua orientação de classe média e branca, marcado por um discurso sobre uma feminilidade excessiva não atrativo a essas mulheres. Angela apresenta uma crítica a esse “feminismo tradicional”, por reivindicar uma essência feminina ou uma mulher universal, em que é “(...) importante para os feminismos desvencilharem-se da noção de que há uma qualidade universal que podemos chamar de *mulher*.”¹⁷¹

Um bom exemplo sobre as diferenças entre o movimento feminista e as militantes das organizações revolucionárias pode ser exemplificado com a campanha pela libertação de Angela. *Francês Beal*, líder da organização *Third World Women's Alliance*, recorda as polêmicas dentro do movimento de mulheres, em especial com a organização feminista *National Organization of Women* (NOW)¹⁷², que se recusou a assinar o documento em favor da libertação de Angela. Beal relata: “(...) one of the leaders of NOW ran up to us and said angrily, ‘Angela Davis has nothing to do with the women’s liberation.’”¹⁷³ Beal responde: “It has nothing to do with the kind of

¹⁶⁹ Conferir SMITH, Barbara; HULL, Gloria T. e SCOTT Patricia Bell. **All the women are white, all the blacks are men, but some of us are brave**: Black Women's studies. New York: Feminist Press, 1986.

¹⁷⁰ WALLACE, Michele. Imagens Negativas - para uma crítica cultural feminista negra. **Revista Estudos Feministas**. v. 2 n. 3. Rio de Janeiro: UFRJ jan./jun. 1994, p.73.

¹⁷¹ DAVIS, Angela e DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Revista Estudos Feministas**. v. 11, n. 2. Florianópolis: UFSC jul./dez. 2003, p.527.

¹⁷² NOW é a organização feminista mais conhecida dos EUA foi fundada em 1964.

¹⁷³ GIDDINGS, Paula. **When and Where I Enter**: The Impact of Black Women on Race and Sex in America. New York: Bantom Books, 1984, p. 305.

liberation you're talking about (...) but it has everything to do with the kind of liberation we're talking about".¹⁷⁴

Em consequência das relações conflitivas, principalmente nas definições ideológicas do movimento feminista, muitas mulheres negras tinham dificuldades em auto-identificarem-se como feministas. Como resposta a essa questão, a escritora Alice Walker propôs o termo *womanist*, sem maiores impactos para as mulheres negras, que continuaram negando o feminismo, ou se definindo como feministas negras. A própria Angela fala de sua relutância em se definir como tal ¹⁷⁵: “Personally, it was only after many years of political involvement that I decided to embrace the term feminism. I now feel very comfortable calling myself as feminist”.¹⁷⁶

Retomando a produção de Angela, podemos afirmar que a primeira parte da sua produção sobre gênero e raça poderia ser classificada como “trabalhos de combate”, pelo fato de o mesmo consistir, em grande medida, em respostas às opiniões conservadoras e preconceituosas sobre as mulheres negras. Os seus trabalhos dos anos 1990 sobre a mesma temática já se encontram, em parte, mais livres desse dilema e abertos a buscar outros assuntos, também de forma politizada, como foi o caso de *Blues, Legacies and Black Feminism*¹⁷⁷. A produção da autora sobre as mulheres afro-americanas foi publicada em periódicos ao longo da década de 70, e somente nos anos 80 esse material foi publicado como livro. Nessa mesma conjuntura, outras mulheres negras faziam publicações, algumas questionando a supremacia branca no pensamento feminista e o silêncio sobre a política de gênero nos estudos raciais e no movimento, e ainda outras publicavam romances sobre mulheres como elas. *The Bluest Eyes*, de Toni Morrison ¹⁷⁸, (1970); *Black Macho and*

¹⁷⁴ Ibid, p. 305.

¹⁷⁵ Nos textos de Angela, a definição de feminismo aparece tradicional para caracterizar essa experiência anterior, como a dos anos 60/70.

¹⁷⁶ Coalition Building Among People of Color-Angela Davis and Elizabeth Martinez. In: JAMES, Joy [ed]. **The Angela Y. Davis Reader**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998, p.304.

¹⁷⁷ **Blues, Legacies and Black Feminism**: Gertrude “Ma” Rainey, Bessie Smith and Billie Holiday. New York: Random House, 1998. Os seus primeiros livros publicados foram **If They Come in the Morning**: Voices of Resistance (1971) consistiam em artigos sobre o cárcere e entrevistas dela e de outros militantes negros. Depois publicou **Angela Davis: An Autobiography** (1974). **Women, Race and Class**, New York: Random House, 1981, **Women, Culture and Politics**. New York: Random House, 1989. E ainda a coletânea de artigos editada por Joy James **The Angela Davis Reader** (1998) e o seu último trabalho **Are prisons obsolete?** New York: Seven Stories Press, 2003.

¹⁷⁸ Esse romance rendeu a Toni Morrison o prêmio Nobel da literatura, pela primeira vez concedido a uma mulher negra.

the Myth of the Superwoman (1979), de Michelle Wallace e *Ain't I a woman* (1981), de Bell Hooks são alguns exemplos destas produções.

Em Angela encontramos o somatório de discussões acadêmicas e da militância política, visto que a sua produção intelectual reflete todo o envolvimento político que teve. A autora aponta a importância de sua experiência como aluna de Adorno e Marcuse para construir a relação entre a academia e o ativismo. Ela recorda:

Studying with Adorno and Marcuse allowed me to think early on about the relationship between theory and practice, between intellectual work and activist work.¹⁷⁹

Essa relação vem refletida inclusive nos temas pelos quais a autora se interessa e desenvolve em suas pesquisas, como as questões ligadas às mulheres negras, marxismo (filosofia), a questão prisional, a cultura, e a comunidade afro-americana, entre outras coisas.

Nos relatos da autora sobre algumas experiências no campo da militância é perceptível a enorme desigualdade entre homens e mulheres, e a permanência de uma série de estereótipos machistas que atribuíam a elas um papel subalterno naquele contexto. A autora atribui a essas experiências o seu despertar para a desigualdade de gênero. No entanto, é importante frisar que narrativas posteriores incluem o papel da memória e das lembranças na construção histórica do conhecimento, e mais especificamente da teoria crítica. Porque esse mesmo despertar poderia ter ocorrido na universidade, contudo, a fala das mulheres negras revolucionárias está completamente marcada por esse discurso do machismo dos movimentos negros revolucionários¹⁸⁰. A autora narra sobre sua experiência:

I ran head-long into a situation which was to become a constant problem in my political life. I was criticized very heavily, especially by male of Karenga's¹⁸¹

¹⁷⁹ Angela Y. Davis: Reflection on Race, Class, and Gender in the USA. In: **The Angela Y. Davis Reader**, Op. Cit., p. 316.

¹⁸⁰ Isso está presente nas falas de *Elaine Brown*, *Assata Shakur*, *Katleen Cleaver* e outras.

¹⁸¹ Maulana Karenga foi um nacionalista negro fundador de uma organização militante chamada *US, United Slaves*, contemporânea aos Panteras Negras, mas que tinha problemas com esses. As divergências entre as duas organizações estavam na questão da unidade racial. Os Panteras Negras consideravam-se nacionalistas revolucionários, e buscavam alianças com revolucionários, independente de raça. Já *US*, era uma organização nacionalista cultural, e buscava aliança apenas entre pessoas negras. As polêmicas verbais culminaram com um tiroteio entre membros das duas organizações em Janeiro de 1969 na Universidade da Califórnia em Los Angeles, quando dois militantes dos Panteras foram mortos. O episódio é atribuído como ação de agentes infiltrados do *Cointelpro* (*Counter Intelligence Program*) no *US*.

organization, for doing “a man’s job”. Women should not play leadership roles, they insisted. A woman was supposed to “inspire” her man and educate his children. The irony of their complaint was that much of what I was doing had fallen to me by default.¹⁸²

Ela também recorda um outro episódio:

(...) I also became involved with another Black power group called US (United Slaves), but I just couldn’t deal with male supremacy. I remember attending an US event, and when I sat down to eat, I saw that I was the only woman seated. A guy said, “Well, sister, you must be new. You see, we have to eat first, and then after the brothers eat, the sister eat.”¹⁸³

Angela define a experiência e as atitudes misóginas de alguns homens negros revolucionários como uma “síndrome de masculinidade”, uma luta que em muitos casos se converteu na peleja pela supremacia do homem negro dentro da comunidade¹⁸⁴ e das organizações negras, em resposta à suposta dominação exercida pela mulher negra desde o período da escravidão. Caberia a eles serem a vanguarda na luta pela libertação da comunidade negra. Existia por parte de muitos militantes uma visão distorcida sobre as mulheres e o seu papel na luta política. Em alguns casos, a luta pelo poder negro (*black power*) era confundida com o poder para o homem. Um outro ponto importante, a pensar, diz respeito à sedução que a imagem da masculinidade militante exercia sobre o imaginário de muitas jovens da época. O grande exemplo disso é o impacto simbólico e o encantamento provocado pelos Panteras Negras, particularmente Huey P. Newton em diferentes localidades e gerações.

(...) an unfortunate syndrome among some Black male activists – namely to confuse their political activity with an assertion of their maleness. They saw- and some continue to see- Black manhood as something separate from Black womanhood. These men view Black women as threat to their attainment of manhood- especially those Black women who take initiative and work to become leaders in their own right.¹⁸⁵

¹⁸² DAVIS, Angela. Op. Cit, 1988, p. 161.

¹⁸³ Katleen Cleaver and Angela Davis: Rekindling the flame. In: **Essence**. v. 27, Iss. 1. New York: ECI May 1996, p. 85.

¹⁸⁴ Gostaria de fazer aqui uma rápida consideração sobre o conceito de comunidade para Angela. A autora não opera com uma visão essencialista de comunidade negra, mas com recortes de raça, classe e gênero que a levam a uma perspectiva de construção de coalizões com outras comunidades oprimidas internamente, trabalhando junto com as diferenças, pois também não considera um futuro hegemônico sem a diversidade.

¹⁸⁵ DAVIS, Angela. Op. Cit, 1988, p. 161.

Mais do que anedotas, os fatos narrados por Angela e outras militantes negras da época revelam a dimensão da desigualdade de gênero existente no período dentro das organizações revolucionárias. As organizações de perspectivas afro-cêntricas, como a *US*, justificavam os seus discursos machistas baseados na idéia de uma África mítica, onde mulheres exerceriam papéis secundários no espaço doméstico. O que reduz em demasiado a realidade das sociedades existentes na África, ao mesmo tempo, pretende reproduzir, de forma *ahistórica*, experiências passadas em contextos distintos.

O mais contraditório dessa situação foi o fato de esse momento histórico ter tido como eixo unificador de diversos movimentos políticos a luta por igualdade e liberdade. Contudo, para setores consideráveis desses mesmos movimentos a posição das mulheres deveria ser subalterna. A pergunta a se responder é: por que parte do engajamento político dentro da comunidade negra refletiu uma reprodução das hierarquias de gênero?

Essa mentalidade machista, como nos lembra Ellen Dubois, não era uma “exclusividade” das organizações negras da época:

In the Panthers, as in the other pre-feminist movements of the sixties, women’s sexuality was often considered granted to men for politically heroic acts. In the white antiwar movement, I remember this as the principle of “Girls say yes to guys to say no.”¹⁸⁶

Como já citado anteriormente, o ano de 1970 foi o momento da tomada de consciência a respeito da questão de gênero para Angela e também do desenvolvimento sistemático de suas idéias sobre o tema. Os acontecimentos destacados pela autora foram a amizade com George Jackson e a experiência no cárcere. É importante ressaltar o fato que o contexto histórico mencionado por ela para o despertar da sua consciência de gênero corresponde a uma tomada de consciência coletiva por parte das mulheres negras daquela geração, refletindo inclusive sobre os papéis a desempenhar nas lutas travadas.

Retomando a relação com George, o debate pode ser observado nas correspondências trocadas entre ambos, posteriormente publicadas no livro *Letters*

¹⁸⁶ DUBOIS, Ellen. Sisters and brothers. This side of Glory: The autobiography. **The Nation**. v. 257, Iss, 7. New York: Nation, Sep. 6, 1993, p. 252.

*from Prison*¹⁸⁷. O autor fazia considerações sobre sua mãe como uma matriarca dominadora e estendia tal comportamento às mulheres afro-americanas em geral. Ele tratava de encontrar nelas parte das razões da sua situação de dificuldades como homem negro. Mais do que considerações particulares de George, esse era o pensamento recorrente a respeito das mulheres negras norte-americanas.

When generalizing about black women I could never include *you* in any of it that is not complimentary. But my mother at one time tried to make a coward of me, she did the same with Jon. She is changing fast under crisis situation and apocalyptic circumstance. John and Fleeta's mother did the same to them, or I should say I tried. And so did every brother's mother I've ever drawn out. I am reasonably certain that I can draw from every black male in this country some comments to substantiate that his mother, the black female, attempted to aid his survival by discouraging his violence or by turning it inward. **The blacks of slave society, U.S.A., have always been matriarchal subsociety.** The implication is clear, black mama is going to have to put a sword in that brother's hand and stop that 'Be a good boy' shit. Chanel his spirit instead of break it, or help to break it even known personally and through other brothers accounts begged and bullied us to look for jobs instead of being satisfied with the candy-stick take. The strongest impetus a man will ever have, in an individual sense, will come from a woman he admires.¹⁸⁸

Posteriormente às discussões com Angela, George amadurece e muda de opinião:

As an individual, I am grateful for you. As the black male, I hope that, since your inclination is to teach, you will give serious consideration to redeeming this very next generation of black males by reaching for today's black female. I am not too certain about my generation.¹⁸⁹

O primeiro documento citado é uma fonte privilegiada para a nossa pesquisa, pois o primeiro artigo¹⁹⁰ de Angela sobre a questão de gênero surgiu da sua investigação sobre o papel da mulher negra na comunidade escrava, como uma resposta às idéias de George¹⁹¹. A antropóloga Angela Gilliam define de uma forma bem interessante a relação entre produção intelectual e experiência pessoal, o que

¹⁸⁷ JACKSON, George. **Soledad Brother**: The prison letters of George Jackson. 3rd printing. New York: Bantam books, 1972.

¹⁸⁸ Ibid, p. 215.

¹⁸⁹ Ibid.

¹⁹⁰ Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves. Publicado originalmente em **Black Scholar** 3. n. 4. Oakland e Black World Foundation Dec. 1971. Posteriormente publicado por JAMES, Joy (ed.). **The Angela Davis**. Op. Cit.

¹⁹¹ Recordamos uma das indagações apresentadas no projeto de pesquisa a respeito da produção textual da autora como uma resposta a outros discursos, situações não-textuais e desafios práticos, que neste caso, como em muitos outros, não foram nomeados diretamente.

pode ser aplicado a Angela. “Alguns dos exemplos de escritura mais provocadores emergem nos momentos críticos em que a posição de subjetividade do autor fortalece a autoridade analítica”.¹⁹² Os escritos de Angela dessa época revelam sua própria experiência com o sexismo. Sobre o texto, Joy James pontua a originalidade do artigo:

Davis offers one of the earliest analyses of the intersection of racism, sexism, and capitalism within the slave community and one of the earliest essays on antiracist feminist theory contextualized in the black experience in the Americas.¹⁹³

Observar os termos desse debate tão próximo nos coloca os desafios do trabalho do historiador em acompanhar o debate das idéias, ou seja, “resgatar o sentido original de uma obra em seu contexto intelectual e prático.”¹⁹⁴ A pesquisa também foi útil para Angela na sua defesa, pois ela argumentava que existia um grande grau de misoginia envolvido no processo devido a que grande parte dos argumentos da promotora baseavam-se na irracionalidade das suas ações baseada no seu amor por George. O estudo ajudou-a a construir a estratégia para sua defesa. Além disso, nessa época quase nada havia sido escrito sobre a escravidão sob a perspectiva feminista negra. Davis busca a bibliografia existente sobre o tema e concentra-se especialmente nas publicações de finais dos anos 60, já que os argumentos de George baseavam-se em considerações sobre aquela conjuntura de que a mulher negra teria dominado o poder dentro da comunidade, inicialmente na escravidão, mantido até o período posterior, e ao mesmo tempo exercido um papel conservador de impedir as movimentações de insubmissão e resistência à dominação branca. Em resumo, ter usurpado o poder do homem, não ter alimentado a contestação e colaborado na manutenção do sistema. Em conjunto, o mito da “mammy/mãe preta” responsável pelo cuidado dos brancos que tem a sua melhor definição nos personagens habituais feitos por Whoopi Goldberg no cinema¹⁹⁵. Como cita Bell hooks,

¹⁹² GILLIAN, Angela e GILLIAN, Onik’a. Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil. **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n. 2. Rio de Janeiro: UFRJ, jul./dez. 1995, p. 525.

¹⁹³ JAMES, Joy (ed.). **The Angela Davis Reader**. Op. Cit., p. 13.

¹⁹⁴ FONSECA, Eduardo Giannetti da. Entrevista. In: **Folha de São Paulo**. Caderno *Mais*, 30/05/2004, p. 13.

¹⁹⁵ O mesmo tem equivalente no Brasil, com personagens imortalizados na literatura e na televisão como a Tia Anastácia do Sítio do Pica-pau Amarelo de Monteiro Lobato.

(...) essa imagem registra a presença feminina negra como significado pelo corpo, neste caso a construção de mulher como mãe, “peito”, amamentando e sustentando a vida de outros. Significativamente, a proverbial “mãe preta” cuida de todas as necessidades dos demais, em particular dos mais poderosos.¹⁹⁶

Acrescenta-se ainda que o texto de Angela também foi uma resposta à publicação *The Negro Family: Case for National Action* de 1965. O texto consistia nas análises feitas por Daniel Moynihan¹⁹⁷, a respeito dos dados obtidos sobre as famílias negras. A tese do autor do autor era que os problemas e o “comportamento patológico” da comunidade negra não tinham raízes na deterioração econômica, nem tampouco na segregação, mas no passado da escravidão e na degradação moral das famílias, pois eram chefiadas e sustentadas pelas mulheres negras. O relatório reafirmava os clichês preconceituosos sobre a família negra.

Alguns estudos históricos posteriores, como foi o caso do historiador Herbert G. Gutman e o *The Black Family in Slavery and Freedom 1750-1925* (1976), também iam contra as afirmações de Moynihan. O estudo do historiador Gutman sobre

(...) escravidão norte-americana em que, utilizando-se em sintonia com os mais recentes rumos do debate historiográfico sobre a cultura em seu tempo, derrubou as até nunca contestadas análises que insistiam em diminuir o papel do pai (ou da figura paterna) na família escrava e tomavam a promiscuidade como norma entre a escravaria.¹⁹⁸

Um exemplo da importância da figura paterna dentro das famílias escravas pode ser observado no hábito de se dar o nome do pai aos filhos homens. Sobre a família, o autor demonstra a sua importância na manutenção dos laços de pertencimento e transmissão das tradições culturais.

O texto de Angela *Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves* apresenta suas análises contracorrentes sobre o papel das mulheres negras na escravidão. Angela questiona a idéia de que o sistema escravista reconhecia a família chefiada por mulheres escravas e que elas seriam colaboradoras do senhor de escravos, e assim rebate:

¹⁹⁶ HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Revista Estudos Feministas*. n.2. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995, p. 468.

¹⁹⁷ Era um importante assistente do secretário do trabalho na época.

¹⁹⁸ PAMPLONA, Marco A. Os novos rumos da historiografia sobre a escravidão e as raízes do tempo presente. In: PAMPLONA, Marco A. (org). *Escravidão, Exclusão e Cidadania*. Rio de Janeiro: ACCESS Editora, 2001, p. 13.

It would have been exceedingly risk for the slave-holding class to openly acknowledge symbols of authority – female symbols no less than male. Such legitimized concentrations of authority might eventually unleash their power against the slave system itself.¹⁹⁹

A autora ainda apresenta um ponto crucial para questionar a idéia do pretenso poder das mulheres, a separação que era imposta entre mãe e filho recém-nascido, e ainda as decisões sobre como viveria, que estavam nas mãos de seu “proprietário”.

A sua contribuição na resistência contra a escravidão foi ignorada. Angela, nas suas pesquisas, pontuou as participações das mulheres negras nas resistências às rebeliões e ações cotidianas contra a escravidão, citando inclusive que a punição era maior quando presas após rebelião, para que não servissem de exemplo para outras mulheres. Sobre o tema, a autora cita uma série de rebeliões encabeçadas por mulheres.

During the early years of slave era (1708) a rebellion broke out in New York. Among its participants were surely many women, for one, along with three men, was executed in retaliation for the killing of seven whites.

It may not be entirely insignificant that while the men were hanged, she was heinously burned alive. In the same colony, women played an active role in a 1712 uprising in the course of which slaves, with their guns, clubs, and knives, killed members of the slave-holding class and managed to wound others. While some of the insurgents- among them a pregnant woman- were captured, others- including a woman- committed suicide rather than surrender.²⁰⁰

As mulheres negras executavam os trabalhos domésticos dentro da casa grande, um papel assegurado pela sociedade branca da América, mas também pelas tradições patriarcais da África. “Domestic labor was the only meaningful labor for the slave community as whole”.²⁰¹ Além disso:

The dialectics of her oppression will become far more complex. It is true that she was a victim of the myth that only woman, with her diminished capacity for mental and physical labor, should do degrading household work. Yet, the alleged benefits of the ideology of femininity did not accrue to her. She was not sheltered or protected; she would not remain oblivious to the desperate struggle for existence unfolding outside the “home”. She was also there in the fields, alongside the man, toiling under the lash from sun-up to sun-down.²⁰²

¹⁹⁹ DAVIS, Angela. Op. Cit., 1971, p. 112.

²⁰⁰ Ibid, p. 119.

²⁰¹ Ibid, p. 116.

²⁰² Ibid, p. 116.

Uma das grandes ironias da situação da mulher negra na escravidão é que a dita fragilidade feminina não a contemplava. O conceito da feminilidade está relacionado à brancura e à pureza, representações históricas opostas às das mulheres negras. Dessa ambigüidade nasce a idéia de que era uma mulher masculinizada, uma figura duvidosa. A ela cabia as tarefas que não poderiam ser definidas como “femininas”, tanto no período da escravidão, como posteriormente.

Uma outra dimensão da vida da escrava, era a violência sexual cometida pelo senhor, os ataques por parte dele e do capataz poderiam ocorrer no espaço doméstico, como no campo.

Bell Hooks considera a iconografia construída após o período como justificativa à violência sexual contra as mulheres negras:

Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado.²⁰³

Resultado da permanência desses estereótipos cruéis no imaginário foi o aprisionamento das mulheres negras ao seu corpo, e a impossibilidade de se pensar atuações para além dessa esfera.

Angela constrói uma análise inovadora que define o estupro contra a escrava não apenas como a satisfação do desejo do “proprietário”, mas também como um ato de contra-insurgência do “proprietário” contra a escrava; uma tentativa de levá-la à condição animal, de desumanizá-la para quebrar a sua resistência e da comunidade como um todo. O estupro nessa leitura seria visto como um método de controle pelo terror:

In this political contours, the rape of the black woman was not exclusively an attack upon her. Indirectly, its target was also the slave community as whole. In launching the sexual war on the woman, the master would not only assert his sovereignty over a critically important figure of the slave community, he would also be aiming a blow against the black man.²⁰⁴

Angela Gilliam, seguindo as mesmas perspectivas, considera a sexualização das mulheres como forma de controle social sobre uma população oprimida:

²⁰³ HOOKS, Bell. Op. Cit., p. 469.

²⁰⁴ Ibid, p. 124.

Porém, quando raça, gênero e classe “cruzam com as estruturas históricas e dominação a representação sustentada, objetificada, e sexual das mulheres contribui ao controle sócio-político duma nação e seu povo como um todo.”²⁰⁵

Sobre essas análises, considero importante ressaltar dois pontos que me parecem criativos nas análises de Angela. O primeiro foi a apropriação particular de duas autoras importantes fundamentais para muitos da sua geração Simone Beauvoir e Frantz Fanon.

Beauvoir, redescoberta pelas feministas, se torna referência obrigatória, em função das suas análises a respeito da condição feminina, em especial ao desconstruir a idéia de uma essência feminina, mostrando o vínculo entre o ser e tornar-se mulher. Além disso, a crítica a uma sociedade centrada no homem, onde o mesmo era referência e parâmetro, sendo a mulher definida como o outro. O título do livro *O Segundo Sexo* (1949) resumia bem a condição das mulheres dentro da sociedade ocidental, elas eram literalmente um segundo sexo numa sociedade centrada nos homens, ao mesmo tempo, representam o positivo e o neutro, como indicado pelo uso comum de homem para designar seres humanos em geral. Acrescenta-se ainda que Beauvoir buscava compreender o processo de naturalização das diferenças entre os sexos, e também contribuir no processo de consciência das mulheres da dominação.

A referência a Frantz Fanon foi constante nos movimentos negros de Brasil e EUA revelam a consciência global do racismo. A importância do autor, entre outras coisas, a esteve em criticar uma sociedade centrada no branco e na obsessão com a branquura, ao mesmo tempo destacar os dois pólos de uma relação colonial: o colonizador e o colonizado. Fanon busca compreender os mecanismos de dominação na formação da consciência do povo colonizado.

O interessante dessa literatura utilizada por Angela na época, foi que a autora buscou e precisou situar as mulheres negras na bifurcação entre gênero e raça para, a partir daí, desenvolver o seu pensamento.

O segundo ponto é que, com base na sua formação marxista, a autora aplica ao seu trabalho a idéia do status da mulher como referência ou termômetro do grau de desenvolvimento social, em especial a posição da mulher negra dentro da comunidade de escravos como indicativo do potencial para resistência. Na reatualização que fez do mesmo conceito para as lutas dos anos 60/70. Angela Davis pontuou o grau de

²⁰⁵ GILLIAN, Angela. Op. Cit., p. 531.

engajamento das mulheres negras dentro do movimento, utilizando-o como elemento de avaliação do progresso destas lutas.

(...) no revolutionary should fail to understand the underlying significance of the dictum that the success or failure of a revolution can almost always be gauged by the degree to which the status of women is altered in a radical, progressive direction.²⁰⁶

A análise feita por Angela é, para nós, muito interessante na medida em que comprometia o desenvolvimento da luta revolucionária negra com a igualdade de gênero, pois esse se torna um dos requisitos para se avaliar os avanços da revolução. Sobre o período da emancipação, Angela apresenta as permanências na condição das mulheres negras. No que diz respeito às ocupações profissionais, nos EUA, como no Brasil, o trabalho doméstico foi o “lugar destinado” às mulheres negras, uma espécie de “guetização” nas ocupações de serviço ²⁰⁷, capazes de mostrar a dimensão econômica da opressão. Acrescenta-se ainda a exposição à violência sexual no período da emancipação, onde Angela nos mostra como a permanência da posição subalterna da população negra, em especial da mulher, a mantinha numa posição frágil às investidas sexuais do homem branco, com o acréscimo da situação de exposição ao assédio doméstico cometido por parte do patrão, o que colocava as mulheres negras em uma situação complicada. Para a autora,

Time after time they have been victims of exploitation on the job, compelled to choose between sexual submission and absolute poverty for themselves and their families. The Georgia woman lost one of her live-in jobs because “I refused to let the madam’s husband kiss me.”²⁰⁸

Essa relação entre patrão e empregada poderia ser definida a partir do conceito de Angela Gilliam a respeito da erotização da desigualdade, definida como “(...) um componente fundamental da manutenção e perpetuação da dominação patriarcal, especialmente no Ocidente”.²⁰⁹

Um dos temas complexos nas interseções entre gênero e raça na sociedade norte-americana diz respeito ao estupro e à comunidade negra. De um lado, temos a diferenças de punição de acordo com quem sejam o agressor e a vítima. No período

²⁰⁶ DAVIS, Angela. I am a revolutionary black woman. Op. Cit., p. 484.

²⁰⁷ O termo foi tomado de empréstimo de COLLINS, Patricia Hills. **Black, feminists thought.** Knowledge, consciousness and politics of empowerment. New York: Routledge, 1991, p. 6.

²⁰⁸ DAVIS, Angela. The meaning of emancipation according to black women, Op. Cit., 1981, p. 91.

²⁰⁹ GILLIAN, Angela. Op. Cit, p. 529.

da segregação, os estupros cometidos por homens negros contra mulheres brancas eram punidos com a morte, mesmo se não se tratasse de estupro, mas apenas de relação inter-racial.

Já os crimes cometidos contra a mulher negra raramente tiveram punição. Angela considera que isso permaneceu:

Today, black women continue to be sexually attacked- and , in some cases, even murdered- by white men who know that, in all likelihood, they will never have to face the consequence of their crimes.²¹⁰

Angela relaciona a vulnerabilidade da mulher negra frente ao estupro e o mito do homem negro estuprador, como estando diretamente ligados entre si:

The rape of the black woman and its ideological justification are integrally linked to the portrayal of the black man as a bestial rapist of white women- and, of course, the castration and lynching of black men on the basis of such accusations. Historically, the connection between the two myths has been very clear. Struggle against the sexual abuse of black women demanded at the same time struggle against the cruel manipulation of sexual accusation against black men. Black women, therefore, have played a vanguard role, not only in the fight against rape, but also the movement to end lynching.²¹¹

Todavia consideramos que há reflexos negativos para as mulheres, na medida em que, quando estupradas por membros da sua comunidade em nome de uma unidade racial, se sentiam coagidas a denunciarem, o que levou posteriormente a um outro movimento dentro da comunidade em discutir os abusos e violências cometidos contra as mulheres pelos homens negros. Eldridge Cleaver, Ministro da Informação do Partido dos Panteras Negras, faz relatos sobre a sua experiência em relação ao estupro:

Tornei-me um estuprador. Para refinar a minha técnica e *modus operandi*, comecei a praticar com as moças negras do gueto- do gueto negro (...). E, quando achei que estava suficientemente treinado, saí em campo seguindo a pista da presa branca. Tudo isto foi consciente, deliberado, voluntário e ordenado (...)
Estupro era um ato de insurreição. Enchia-me de prazer o fato que estava desafiando e pisoteando a lei do homem branco, o seu sistema de valores, e que violava suas mulheres - e isto, acredito eu, era o que mais me satisfazia, porque me sentia revoltado com o modo pelo qual, historicamente, o homem branco fizera uso da mulher negra. Achei que estava obtendo a vingança.²¹²

²¹⁰ DAVIS, Angela. Joanne Little - The Dialectics of Rape. Op. Cit., 1998, p. 149.

²¹¹ Ibid, p. 155.

²¹² CLEAVER, Eldridge. **Alma no Exílio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 13.

Como citado anteriormente, a questão do cárcere também foi parte do seu processo de construção da consciência de gênero, e ela também pontua o silêncio do movimento feminista da época sobre as mulheres encarceradas, em sua maioria negras:

I began to question why we rarely, if ever, said anything about the women who were in prison. In jail I found myself surround by women who had been relegated to such a status that they were not even perceived to exist. And so I began to think about the implication of that invisibility for Black women as a whole.²¹³

No seu trabalho de resgate histórico, Angela apresenta a primeira organização política das mulheres afro-americanas, *National Association of Colored Women's Club* de final do século XIX. As mulheres negras viram-se obrigadas a organizar em separado o seu clube ²¹⁴, em consequência das dificuldades encontradas por elas no movimento de mulheres, marcado pelo viés elitista e racista. Elas construíram uma agenda política baseada na defesa da mulher e do homem negro contra o racismo com dimensões de ação política e intelectuais e aberto a todas as mulheres desejosas de participarem. Um ponto importante a destacar foi a luta das mulheres negras contra o linchamento, enquanto o movimento de mulheres tinha como ponto principal o sufrágio universal. As mulheres negras e pobres não consideravam que legalização do voto resolveria os seus principais problemas, na verdade, só foram beneficiadas com o direito ao voto nos anos 60 com as leis de direitos civis. Os clubes de mulheres negras tinham um lema bem particular, que é resgatado por Angela, “Elevando-nos à medida que subimos” (*Lifting as we climb*). A partir do resgate desse pensamento, ela coloca a questão do compromisso, não só das mulheres, mas da comunidade negra com o desenvolvimento de todos seus membros, para além de um interesse individual ou de classe, assim como a questão do empoderamento destas partes baseado num princípio de responsabilidade coletiva. E, para isso, a questão do emprego é fundamental. “*An issue of special concern to Afro-American women is unemployment. Indeed, the most fundamental prerequisite for empowerment is the ability to earn an adequate living.*”²¹⁵

²¹³ DAVIS, Angela e JORDAN, June. Op. Cit., p. 93.

²¹⁴ Designação para as organizações políticas da época.

²¹⁵ Ibid, p. 8.

Angela considera as mulheres afro-americanas responsáveis por trazerem as perspectivas políticas mais progressistas ao movimento de mulheres. Patrícia Hill Collins fez as mesmas considerações de Angela, sobre o papel das mulheres na ampliação das perspectivas do movimento:

This legacy of struggle and its resulting humanistic vision differentiate Black feminist from historical expressions of white feminist in the United States. While middle-class white feminists condemn the restrictions of affluence, the majority of Black women struggle against the oppression of racism and poverty. As result, Black feminist central concerns has been the transformation of societal relation based on race, class and gender.²¹⁶

Como lembra Martha Ackelsberg, em consequência do forte racismo dos anos de 1930-1950, as mulheres negras se concentraram dentro da própria comunidade:

(...) efetivamente excluídas da participação política formal em várias áreas até meados dos anos 60- continuaram, contudo, a exercer um importante trabalho público nas suas comunidades, a levantar questões e a criar instituições para enfrentar as necessidades comunitárias.²¹⁷

Nas suas avaliações a respeito do movimento feminista, Angela pontua que foram deixadas para trás as experiências das mulheres de cor e operárias, fator que enfraqueceu bastante o movimento. Para Angela, o movimento feminista deve ser capaz de abrigar na sua agenda os interesses das mulheres da classe trabalhadora, bem como os das mulheres de cor, o que coloca a necessidade de uma luta contra a violência racial.

The revolutionary potential of the women's movement still will not have been realized. The racist-inspired flaws of the first and second waves of the women's movement will have become the inherited flaws of third wave.²¹⁸

Isto nos leva às considerações de Angela sobre as principais vítimas do sistema, "(...) black women constitute the most oppressed sector of society".²¹⁹ Mas a

²¹⁶ COLLINS, Patrícia Hill. *Feminism the twentieth century*. In: SMITH, Jessie Carney (ed.). **Notable Black American Women**, Detroit: Gale Research Inc., 1992, p. 418.

²¹⁷ ACKELSBURG, Martha. *Ampliando o Estudo sobre a Participação das Mulheres*. **Cadernos AEL**, n. 3/4. Campinas: Unicamp, 1995/96, p. 260.

²¹⁸ DAVIS, Angela. *Let us All Rise Together: Radical Perspectives on Empowerment for Afro-American Women*. Op. Cit., 1989, p. 7. A terceira onda do movimento feminista é uma referência de Angela ao período de final dos anos de 1980.

²¹⁹ DAVIS, Angela. Op. Cit., 1999, p. 484.

autora considera que todas as críticas construídas ao discurso feminista hegemônico foram produtivas, pois houve algumas mudanças.

Na perspectiva política de Angela, está presente a inter-relação das opressões econômicas, de gênero e de raça.

The roots of sexism and homophobia are found in the same economic and political institutions that serve as the foundation of racism in this country and, more often than not, the same extremist circles that inflict violence on people of color are responsible for the eruptions of violence inspired by sexist and homophobic biases. Our political activism must clearly manifest our understanding of these connections.²²⁰

Ainda presente na autora encontra-se a discussão sobre o socialismo:

This is not to say that our problems will magically dissipate with the advent of socialism. Rather, such a social order should provide us with the real opportunity to further extend our struggles, with the assurance that one day we will be able to redefine the basic elements of our oppression as useless to refuse of the past.²²¹

Um dos últimos trabalhos de Angela foi sobre o *Blues e seu legado ao feminismo negro*. O blues foi a primeira expressão artística do pós-abolição nos EUA.

What is distinctive about the blues, particularly in relation to other American popular music forms of the 1920s and 1930s, is its intellectual independence and representational freedom.²²²

Angela buscava uma forma de “escutar” outras falas das mulheres negras não alfabetizadas e não pertencentes à classe média, pois as mulheres afro-americanas alfabetizadas como Ieda B.Wells, Fanie Barrier Willians, Anna Julia Cooper e outras registram suas contribuições em textos. Mas como obter o relato das mulheres negras pobres? O blues foi a resposta encontrada por Angela. As mulheres registram a sua presença nos anos 20 gravando suas músicas, cujas letras apresentavam a sexualidade com grande relevância. Angela encontrou diferenças nas temáticas das mulheres negras conforme sua classe social; na classe média, não se poderia conversar abertamente sobre a sexualidade, um tema tabu. Para comunidade negra do pós-emancipação, a liberdade sexual era um dos poucos campos em que havia parcial

²²⁰ DAVIS, Angela. Op. Cit., 1989, p. 12.

²²¹ Ibid, p. 14.

²²² DAVIS, Angela. **Blues Legacies and Black Feminism**: Gertrude "Ma" Rainey, Bessie Smith and Billie Holiday. New York: Random House, 1998, p. 3.

liberdade, ao menos dentro da própria comunidade - a não ser pelas relações interraciais proibidas pela segregação. Em especial, para os negros pobres, essa liberdade tinha um sentido especial, pois estavam privados da liberdade econômica e poucos tinham acesso à educação.

Those aspects of lived love relationships that were not compatible with the dominant, etherealized ideology of love – such as extramarital relationships, domestic violence, and the ephemerality of many sexual partnerships- were largely banished from the established popular music culture.²²³

Como resultado das lutas travadas nos anos 60/70 as mulheres afro-americanas, como Alice Walker, Bell Hooks, Toni Morrison e Angela, conseguiram alcançar alguns progressos no âmbito do movimento e da academia. Hoje são reconhecidas como intelectuais e suas produções têm espaço garantido. Dentro do movimento há um posicionamento de combate ao sexismo por parte de muitos homens. Mas como as permanências marcam muitos processos históricos, alguns avanços foram obtidos, e graves problemas se mantêm, como as políticas de controle de natalidade sobre as mulheres negras consideradas, por muitos setores da sociedade, reprodutoras da miséria e da criminalidade. E, ainda, os novos desafios como as drogas na comunidade, em especial como atingem as jovens negras.

Mas talvez o grande recuo político do movimento tenha sido a Marcha de *Um Milhão de Homens* organizada por *Louis Farrakhan* em 1995, onde as mulheres negras deveriam permanecer em suas casas cuidando dos seus filhos, o que revela a permanência de uma visão falocêntrica dentro de muitas organizações do movimento negro norte-americano, em especial na própria definição da concepção de política.

The men who attended the Million Man March were asked to participate in a collective act of atonement. All of us have reasons to atone. But is that going to bring about jobs or halt the rising punishment industry? This march may have been first demonstration in history where Black people were mobilized, not around any goals or political agenda, but simply because they were Black men.²²⁴

O que nos leva à questão que buscaremos responder no próximo capítulo: a de como ficam essas duas mulheres por nós analisadas, Angela Davis e Lélia Gonzalez na “encruzilhadas” de raça e gênero? Como mantêm o equilíbrio entre esses eixos

²²³ Ibid, p. 3.

²²⁴ CLEAVER, Katleen e DAVIS, Angela. Op. Cit., p. 83.

definidores de suas identidades, produção acadêmica e militância política? Em Angela, observamos a importância da dimensão de classe para a autora.

3.

Angela e Lélia: as encruzilhadas entre classe, gênero e raça ou a perspectiva da interseccionalidade

*Mulheres de todas as raças, culturas e cores:
construamos uma outra história*

Lema do IV Encontro Feminista Latino-Americano e do Caribe

3.1. Introdução

A partir do que observamos nos dois capítulos anteriores sobre Angela Davis e Lélia Gonzalez, iremos agora estabelecer a comparação e a análise dos aspectos convergentes e divergentes das autoras, tanto acerca de suas trajetórias quanto acerca de sua produção intelectual.

Apesar da diversidade dos respectivos contextos e das diferenças em alguns aspectos de suas trajetórias, de suas propostas e de suas elaborações políticas e intelectuais, Angela e Lélia se voltaram para as questões básicas dos afro-descendentes na diáspora, tais como compreender os processos históricos, sociais, políticos e culturais que baseiam as desigualdades raciais e a opressão dos/as negros/as, analisar a situação das mulheres negras, reavaliando a experiência da escravidão, e ainda fomentar a organização política.

Os movimentos negros gerados nos recortes cronológicos da pesquisa ligam-se às distintas formações raciais dos dois países. Apesar das diferenças, mantiveram o mesmo desafio, construir uma identidade positiva como afro-descendentes e, ao mesmo tempo, ser capaz de articular sua atuação política. Levando em conta o passado de escravidão dos seus antepassados africanos que relegou negros/as à “racialização”²²⁵, estigmatização e ainda à exclusão do poder decisório nas duas sociedades em questão. Todavia, observamos que as mulheres negras, tanto no Brasil como nos EUA, só se formariam coletivamente como sujeito políticos autônomos, com agenda política e discurso coletivo elaborado, na década seguinte.

²²⁵ A partir das considerações de Luiza Bairros (Cf. “Orfeu e o Poder”). Considero a racialização como a dimensão determinante que a raça toma para definir os afro-descendentes (e africanos) em todos os lugares do mundo. Acrescenta-se ainda o papel subordinado da comunidade negra em todas as instâncias das sociedades.

3.2. Comparando as trajetórias intelectuais e políticas

A pesquisa se concentrou no recorte cronológico das décadas de 1960 a 1980. Cabe atentar para o fato de que, dentro deste período, para o objetivo desta pesquisa, existiram períodos distintos em relevância dentro da trajetória de cada uma das autoras. Para Angela, o período é o de 1960-1970 e, para Lélia, o de 1970-1980. Foram estes os momentos historicamente mais significativos em suas trajetórias, períodos este que correspondem ao ápice da luta dos militantes negros em seus respectivos países. Eles nos permitem relacionar suas trajetórias políticas às conjunturas históricas a elas contemporâneas, mostrando a inter-relação existente entre suas vidas e as tensões políticas e sociais da época, às quais estavam intimamente ligadas. O que não implicou em nenhuma espécie de determinismo cronológico, na verdade, o que observamos foi “(...) uma tensão permanente entre a vontade de respeitar a experiência subjetiva de nosso sujeito e a necessidade de ligá-la a um processo ou a estruturas que ultrapassam o universo imediato desta experiência”.²²⁶

Destacam-se as atuações de Angela e Lélia nos respectivos contextos políticos em que estavam inseridas. As conjunturas históricas abordadas nos dois países corresponderam a uma forte organização da sociedade civil, ainda que com características distintas nos dois países, em especial com acontecimentos posteriores opostos. Nos EUA, o desfecho do ápice das organizações revolucionárias negras correspondeu a uma guinada conservadora, uma resposta das maiorias silenciosas conservadoras, com a eleição de Nixon. No Brasil, o processo se caracterizou pela transição “lenta e segura” da retomada dos civis ao poder e o fim da ditadura. Além disso, os movimentos negros aos quais se ligaram Angela e Lélia mantinham uma característica em comum: foram capazes de criar novas formas de expressão política.

Angela e Lélia foram militantes reconhecidas nos movimentos negros, feministas e também nas esquerdas a elas contemporâneas. Ao mesmo tempo, sofreram críticas e questionamentos, como ocorre com todas as figuras públicas. Foram capazes de “transitar por vários mundos, ajustando e conciliando suas múltiplas identidades segundo contexto e situações”.²²⁷ Dessa forma, mantiveram seu

²²⁶ SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia. Significados para a História. Texto apresentado ao **X Simpósio Regional de História da ANPUH/ UERJ**. Rio de Janeiro: ANPUH, 2002 (mimeo), p. 08.

²²⁷ KUSCHINIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, Gilberto (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001, p. 139.

eixo fundamental: ser mulher negra (identidades de gênero e raça) e, a partir desse lugar, mediar as suas ações políticas e intervenções na realidade.

Aos compararmos as narrativas das autoras sobre as suas trajetórias – a partir de autobiografia, depoimentos e entrevistas – observamos o destaque dado a um acontecimento em particular. Em ambas, a questão da descoberta de ser uma mulher negra ocorreu a partir de uma definição externa. Elas, em um dado momento de suas vidas, foram discriminadas por serem mulheres negras. Angela destaca a experiência com George Jackson e o argumento da promotoria contra ela como os acontecimentos responsáveis pela sua tomada de consciência de gênero.²²⁸ Antes desses acontecimentos, Angela não se posicionava como mulher negra, foi a partir daí que começou a desenvolver também as suas pesquisas sobre o tema. Nos depoimentos de Lélia, são destacados os problemas que teve com a família de seu ex-marido como parte do processo para sua tomada de consciência de gênero. Os acontecimentos mencionados pelas autoras nos revelam assim que também eram afetadas pelo processo cultural que analisavam, a discriminação de gênero e raça.

Nesse tópico é importante também não esquecermos o papel seletivo exercido pela memória, que lembra e esquece simultaneamente e na apresentação sob a forma de narrativa, tenta dar inteligibilidade a acontecimentos muitas vezes desconexos em uma trajetória. Construir uma relação de causa, efeito e consequência, de acordo com Pierre Bourdieu: “(...) tornar-se ideólogo de sua própria vida, selecionando, em função de uma intenção global, certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre eles conexões para lhes dar coerência”²²⁹, ou seja, orientar todo o esforço de apresentação de si, ou melhor, de produção de si. O processo da construção da memória é mediado pelas “(...) preocupações pessoais e políticas do momento”.²³⁰ As autoras começaram a refletir sobre as relações de raça e gênero a partir do momento em que se conscientizaram que eram atingidas por isso. Até então, estavam marcadas por certa excepcionalidade, levando-se em conta o desenvolvimento de suas respectivas trajetórias acadêmicas.

A participação na política foi um fator de grande importância na trajetória de Angela e Lélia, por quebrarem com um monopólio considerado masculino, em um

²²⁸ Como já abordado no capítulo anterior.

²²⁹ BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: Marieta de Moraes e AMADO, Janáina (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 184-185.

²³⁰ Michel Pollack. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. v. 5, n. 10. Rio de Janeiro: FGV, 1992, p. 204.

espaço público onde historicamente as mulheres não estão inseridas, em especial as negras. Além da atuação nos movimentos sociais, elas tiveram em comum a ação partidária, bem como a disputa por eleições com algumas particularidades. Lélia foi candidata duas vezes, a deputada estadual e federal, com fortes chances de eleição. Angela, por sua vez, concorreu à vice-presidência dos EUA pelo Partido Comunista em uma chapa com Guss Hall, porém sem chance alguma de vitória, dada a forte rejeição aos comunistas naquele país e, ainda, o contexto da Guerra Fria.

A questão do Partido também aparece nas duas autoras, ainda que de forma distinta. Angela tem uma especificidade em relação ao tema que tanto a afasta de Lélia quanto da sua própria geração. Provavelmente, em função da sua formação marxista ortodoxa européia, ela desenvolveu uma concepção sobre a necessidade de um Partido centralizado para organizar a classe operária, concepção esta distinta da maior parte dos militantes de esquerda estadunidense da sua época. A esquerda norte-americana dos anos 60 se caracterizou por um recuo à idéia de partido leninista, indo na contramão a essa concepção, pois as suas organizações estavam baseadas em estruturas menos centralizadas. Angela, ao regressar da Europa, busca um partido tradicional, o PC norte-americano, apesar de manter uma relação próxima todo o tempo com os Panteras Negras e outras organizações revolucionárias.

A opção de Angela pelo Partido Comunista contrasta com a representação da sua imagem libertária enquanto mulher negra. Isto nos recorda a discussão a respeito da liberdade dos sujeitos históricos dentro do campo das possibilidades abertas. De acordo com Giovanni Levi, “a biografia (...) é o campo ideal para verificar (...) a liberdade de que dispõem os agentes e para observar como funcionam concretamente os sistemas normativos, que jamais estão isentos de contradições”.²³¹

Já Lélia aliou-se a Partidos menos ortodoxos, filiando-se primeiramente ao PT e depois ao PDT. Essas diferentes visões de Partido relacionam-se com as leituras distintas que ambas fizeram do marxismo. Angela com uma formação marxista leninista tradicional e ortodoxa²³² e Lélia com uma outra visão, mais ampla, muito influenciada pelo pós-1968, com um diálogo intenso com a Psicanálise, o Pan-africanismo e perspectivas culturalistas. Apesar de não terem leituras semelhantes sobre o Partido, as duas consideravam fundamental a disputa pelo poder, bem como a

²³¹ LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 180.

²³² Atualmente ela não mantém essa ortodoxia, mas ainda se define como marxista.

organização do trabalho de base (as duas estiveram em momentos de suas militâncias envolvidas no mesmo).

Angela e Lélia não executaram os papéis invisíveis usualmente destinados às mulheres nas organizações e movimentos (ou seja, as tarefas de secretariar reuniões, a responsabilidade com a arrumação da sede etc.). Mas também viveram, em alguns momentos, pressões para que cumprissem esse papel. Angela narra, em sua autobiografia, momentos em que isso ocorreu. Acrescenta-se ainda o fato de não serem identificáveis como a mulher/companheira ou a filha de um homem, pois ambas entraram com bastante autonomia no campo político²³³, além de não serem definidas como meras coadjuvantes, tampouco assumiram uma postura masculinizada ou assexuada.

Isto contribuiu para Angela e Lélia se destacarem no campo da política, enquanto espaço de concorrência entre diferentes atores sociais pela disputa de posições e enquanto possuidoras de capitais distintos. Foi o acúmulo do capital intelectual e cultural²³⁴ (obtido também na academia) anterior ao movimento, que lhes permitiu o desenvolvimento de forma mais aprofundada dessas atividades, pois possuíam características não comuns à maioria das mulheres negras do período. As duas já tinham uma formação anterior em Filosofia, além de conhecerem o marxismo e o existencialismo. As qualidades acumuladas²³⁵ por Angela e Lélia²³⁶ durante o período de maior importância dos movimentos negros em seus países lhes permitiram

²³³ Mesmo que pese algumas referências sobre o envolvimento de Angela Davis com a militância política “mais radical” ter ocorrido em função de George Jackson. Como já observado no capítulo anterior, ela já estava envolvida com todas as organizações negras antes de conhecê-lo, na verdade, o contato só foi possível porque ela já militava.

²³⁴ Devido à importância do conceito repetiremos aqui a definição apresentada no capítulo I:

“Conjunto de posições distintas e coexistentes, exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua e por relações de proximidade, de vizinhança ou de distanciamento e, também, por relações de ordem (...). O espaço social é construído de tal modo que os agentes ou grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação, (...) – o capital econômico e o capital cultural.” BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**. Campinas: Papirus, 1996, pp. 18-19

²³⁵ Angela e Lélia já dominavam línguas estrangeiras, dessa forma tinham acesso a uma bibliografia estrangeira que grande parte dos militantes seus contemporâneos não tinham. Somando-se as experiências de viajarem e estudarem fora de seus países, ampliou-se em muito suas percepções sobre as relações raciais, bem como o entendimento da dimensão global do racismo.

²³⁶ Lélia tinha uma formação maior que a dos militantes negros contemporâneos e também era mais velha. Por outro lado, não devemos perder de vista que as pessoas que encabeçaram a retomada da luta anti-racista nos anos de 1970 formavam uma pequena “elite” com uma ascensão educacional maior que grande parte dos afro-descendentes, mas que continuavam a se deparar com a discriminação racial no mercado de trabalho e no seu cotidiano. Isto desmentia a visão do senso-comum de que o preconceito era baseado na classe e não na raça. Essas pessoas haviam desenvolvido seus estudos a partir do *boom* do ensino superior do país na década de 1970, foram influenciadas pelas lutas dos afro-americanos e pelas lutas de descolonização na África.

construir um “nome” dentro e fora desses movimentos, passando a ser conhecidas e reconhecidas não apenas pela militância, mas também por suas idéias.

Devido às diferenças políticas entre os contextos históricos vivenciados por Angela e Lélia, as trajetórias políticas das pesquisadas tiveram especificidades. Angela, como muitos militantes da sua geração, vivenciou uma perseguição política aberta por parte do Estado e das forças de repressão, além de ter sido presa. Esses acontecimentos foram comuns aos/às militantes negros/as das organizações revolucionárias. O governo norte-americano, com o objetivo de conter a organização política da comunidade negra, desenvolveu, dentro do FBI (*Federal Bureau of Investigation*) um programa específico chamado *Cointelpro* (*Counter Intelligence Program*)²³⁷ contra as organizações e lideranças negras. A sua ação consistia em vigiar, perseguir, incriminar ou até mesmo matar, como ocorreu no caso de Fred Hampton²³⁸. Os Panteras Negras foram, sem dúvida, a organização mais atingida pela repressão, e foi o *Cointelpro* quem executou a captura de Angela.

Lélia não foi atingida diretamente pela repressão desenvolvida durante a ditadura militar, embora, como já observado no Capítulo I, ela tenha sido vigiada pelo DOPS com certa frequência. Isso ocorreu pelo fato de o movimento negro ter iniciado a sua organização num momento em que o regime militar já mostrava suas debilidades e prazo de validade. Mais, ainda, isto ocorre dentro de um contexto de ampla retomada dos movimentos sociais e organizações de base - final dos anos 70.

Sobre o engajamento, Edward Said chama a atenção para uma tarefa importante dos intelectuais nos movimentos sociais: é a de “(...) criar as condições sociais para a produção de utopias realistas”.²³⁹ O autor também afirma que:

O papel do intelectual é, antes de mais nada, o de apresentar leituras alternativas e perspectivas da história outras que aquelas oferecidas pelos representantes da memória oficial e da identidade nacional.²⁴⁰

No somatório das duas atividades (política e academia), Angela e Lélia desenvolveram o seu trabalho enquanto intelectuais comprometidas com as

²³⁷ O Jornal **Versus**: Afro-Latino América (São Paulo n. 25, out. 1978), publicou alguns fragmentos de um documento interno do *Cointelpro* que veio a público revelando as suas práticas. “Um documento de 4 março de 68 avisa: evitar a coalizão de grupos nacionalistas negras (...) evitar que grupos e líderes militantes ganhem respeito, desacreditando-os de todos os segmentos da Comunidade.”

²³⁸ Liderança dos Panteras Negras de Chicago, morto em sua casa em 04 de dezembro de 1968, a partir da ação de um infiltrado no Partido que fazia parte de sua segurança (mas que na verdade trabalhava para *Cointelpro*).

²³⁹ SAID, Edward W. **Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 37.

²⁴⁰ *Ibid*, p. 39.

transformações sociais, mesmo que esse trabalho não seja usualmente valorizado como ativismo, e que a academia veja este com certa desconfiança. Trata-se de uma luta onde os conhecimentos produzidos também foram apropriados, numa resposta ao colonialismo cognitivo que também marca as relações raciais nas duas sociedades.

Na medida em que líamos as autoras e as analisávamos, nos perguntávamos se ocorreu uma relação equilibrada entre o engajamento ideológico²⁴¹ e a realização da produção de conhecimento. Sendo claro que os/as pesquisadores/as incorporam em seu trabalho de forma consciente ou inconsciente as suas ideologias, essas orientações aparecem na explicação e nas escolhas conceituais dadas por elas. Observamos que Angela e Lélia mantiveram uma relação equilibrada entre o engajamento e a produção de conhecimento. O destaque observado ocorreu nas distinções entre os temas abordados pelas autoras, quando se tratava de uma publicação (ou palestra), para a academia ou para militância. Algumas discussões das autoras não foram abordadas de forma semelhante dentro do movimento e na universidade. Em Angela, a estratégia sobre a luta revolucionária e, em Lélia, as discussões sobre afrocentrismo²⁴².

Contudo, as questões mais problemáticas ocorreram no campo acadêmico, na concorrência pela legitimidade, e mais particularmente, na busca do reconhecimento como pares nesses mesmos espaços e não apenas vistas como agitadoras políticas. Contudo, as escolhas políticas que realizaram acarretaram problemas às suas vidas acadêmicas. Em Angela, podemos citar a tentativa de sua expulsão da Universidade da Califórnia por parte do ex-governador Ronald Reagan, por se tratar de uma comunista filiada ao Partido. Em relação à brasileira, Luiza Bairros recorda algumas dificuldades de Lélia, provavelmente em função de seu engajamento e posicionamento político, como por exemplo, a de conseguir se tornar chefe do departamento de Sociologia e Política da PUC-Rio: “(...) após algumas tentativas frustradas, apesar do apoio que tinha entre os estudantes, só foi eleita em maio de 1994 para o único cargo que a vi desejar durante nosso período de convivência”.²⁴³

A produção de conhecimento no campo acadêmico pode ser definida pela adoção do que Bourdieu chamava de “estratégia de conservação” e “estratégia de

²⁴¹ Cf. HOBBSBAWN, Eric. Engajamento. In: **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

²⁴² Pude observar isso em textos das autoras que consistiam na transcrição de debates e palestras.

²⁴³ Luiza Bairros. "Lembrando Lélia Gonzalez". In: WERNECK, Jurema (org.). **O livro da saúde das mulheres negras** – nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000, p. 58.

subversão”.²⁴⁴ Angela e Lélia como outros acadêmicos negros engajados são vistos com certa desconfiança no campo científico, por adotarem uma estratégia de subversão, ou seja, por buscarem desconstruir alguns dos cânones do pensamento acadêmico. Como nos lembra Bourdieu, a adoção da estratégia da subversão acarreta um investimento muito custoso e arriscado, por se tratar de uma redefinição completa dos princípios de legitimidade da dominação. Em especial para Angela e Lélia, por denunciarem a existência de um conhecimento anterior marcado por orientações ideológicas conservadoras e comprometidas com a permanência da situação de desigualdade racial, particularmente em relação às mulheres negras. Qualquer afirmação da neutralidade nesse debate se converteria na afirmação da continuidade da situação de desigualdade dos afro-descendentes.

O acúmulo de capital científico pelos sujeitos do conhecimento e a valoração do seu produto por seus pares na sociedade científica em que procura se inserir constitui questões fundamentais para qualquer acadêmico. Tínhamos como dúvida, ao iniciarmos a pesquisa, se o conhecimento das autoras fôra respaldado ou não entre os seus pares na academia. Ao longo da pesquisa, concluímos que sim. Uma das possíveis respostas foi observar que as autoras publicaram em conceituadas revistas acadêmicas dos dois países, bem como tiveram aceita a publicação de livros por editoras de renome. Por outro lado, podemos observar o pouco reconhecimento obtido pelas autoras no que diz respeito às suas avaliações sobre as relações raciais em seus países, entre seus pares da academia. Já nas pesquisas sobre o tema das mulheres negras, as autoras aparecem como forte referência, também neste espaço.

Observamos que a existência de um campo mais desenvolvido de estudos sobre a questão racial e de gênero nos EUA permitiu a Angela Davis uma maior circulação. No caso do Brasil, as pesquisas acadêmicas sobre essa temática ainda se desenvolveram com certa timidez e atraso à época, o que levou a pouca divulgação, em termos de pesquisa acadêmica, da bibliografia de Lélia.

Essas diferenças de maneira alguma devem ser pensadas como valorativas, apenas como diferenças entre o desenvolvimento das pesquisadas nos EUA e no Brasil. Pois recordamos que naquele país o tema das mulheres negras se faz presente

²⁴⁴ Para uma discussão aprofundada sobre o tema conferir: BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo, Ática, 1994.

no *Black Studies*, no *Women Studies*, e ainda na Sociologia e na História ²⁴⁵. A eficácia da disseminação de uma nova produção de conhecimento está proporcionalmente ligada à circulação do texto, bem como à sua audiência e consumo. Em consequência disso, a obra de Lélia pouco foi incorporada aos estudos de gênero desenvolvidos no Brasil, os mesmos insistem em trabalhar com a categoria gênero como sintetizador de toda a experiência feminina ao longo da história, negando-se a incorporar a dimensão de raça, dessa forma também contribuindo para a invisibilidade das mulheres negras e indígenas.

Sobre as origens familiares das pesquisadas, a diferença de classe se faz presente. Angela é a filha mais velha de uma família de classe média negra do Alabama, com quatro filhos e pais professores. Lélia era a última filha de uma família de Minas Gerais com quatorze irmãos, de origem humilde e com uma mãe analfabeta. Acrescenta-se ainda a diferenças econômicas entre Brasil e EUA. Apesar da segregação, existia nos EUA uma classe média negra desde os anos de 1930.

Um ponto fundamental para o surgimento da pesquisa foi a permanência da memória a respeito dessas duas mulheres dentro dos seus movimentos, como uma espécie de síntese da sua geração, o que as manteve vivas como referências.

De imediato, salta à atenção também a questão estética nas imagens dessas duas mulheres. Em Angela, o uso do seu cabelo afro que “(...) em 66 e 67 nos EUA era um ato político a mulher cortar o cabelo assim”. ²⁴⁶ Mais do que uma opção estética, era a demarcação de uma postura, de se assumir negra. Em Lélia, além do cabelo havia a escolha pelo uso da indumentária afro. Mais do que meros detalhes, a forma como essas duas mulheres se apresentaram marcaram as memórias das pessoas a respeito delas. Além disso, as escolhas estéticas também se fizeram presentes nos movimentos negros dos dois países. Se assumir como negro ou negra era uma resistência ao racismo que sempre buscou impor uma estética branca aos afro-descendentes. Nesse sentido, o cabelo, em especial da mulher negra, ganha toda uma importância como um espaço de afirmação positiva de uma outra beleza. Além disso,

²⁴⁵ Apesar de não serem uma presença forte na academia, os afro-americanos estão mais presentes do que os afro-brasileiros nas universidades e nos departamentos de estudos. Isso foi fortalecido com a adoção de uma série de programas de ações afirmativas nas universidades norte-americanas que permitiu a entrada e permanência de grupos subalternizados, como mulheres, negros/as, latinos/as, asiáticos/as entre outros. Essa diferença também acarretou uma distinção entre o nível de circulação da produção intelectual das duas autoras, Lélia não tinha a mesma facilidade que Angela para publicar e nem circular a sua produção intelectual (pesava para isso também as condições sócio-econômicas nos dois países).

²⁴⁶ Entrevista de Angela Gilliam no Jornal **O Pasquim**, n. 227, 6/11-12/11/1973.

muitos afro-descendentes buscaram nos dois países se aproximar do que imaginavam ser a África, através de roupas, nomes, indumentárias etc.

A outra questão, importante para o processo de “imortalização” da memória sobre elas foi o caráter de excepcionalidade atribuído às duas com relação a sua capacidade intelectual e articulação política. É destacável o fato delas muito novas terem se tornado professoras universitárias, acrescentando-se a isso o fato de as mulheres negras terem pouquíssimo acesso ao ensino superior, tanto no Brasil como nos EUA daquele período.

A importância dessas duas trajetórias, e o impacto de seus discursos foram importantes para a manutenção da memória a respeito delas nos movimentos, bem como para a construção das suas figuras como emblemáticas dos movimentos negros e de mulheres negras.

3.3. Comparando escritos

Pudemos observar, nos capítulos anteriores, a partir dos recortes executados nos trabalhos das autoras ²⁴⁷, o fato delas terem abordado os mesmos temas: a experiência e a condição das mulheres negras em seus respectivos países, ainda que baseadas em orientações intelectuais distintas. Elas buscaram valorizar a participação das mulheres negras na construção das duas nações, a sua importância na lutas sociais e o conhecimento construído pelas mulheres afro-descendentes. As produções de Angela e Lélia romperam com a invisibilidade da mulher negra na esfera da produção do conhecimento e na ação política dos militantes do movimento no Brasil e EUA; entretanto, as vozes das mulheres negras de uma forma geral, não foram ainda incorporadas, quer às tendências dominantes do feminismo quer às mais radicais.

Uma das questões recorrentes na produção das duas autoras foi o reexame da experiência das mulheres negras na escravidão ²⁴⁸. Isto foi feito com dois objetivos. O primeiro foi desenvolver uma releitura histórica da experiência das mulheres na escravidão, ressaltando a especificidade de ser escrava, e ainda o seu papel na resistência individual e coletiva contra a escravidão. Angela e Lélia buscaram resgatar

²⁴⁷ Recordamos o fato das autoras possuírem uma produção intelectual ampla, mas em consequência do tema abordado realizamos um recorte temático nos trabalhos de ambas.

²⁴⁸ Como já mencionado, as autoras estavam inseridas em um contexto no qual as mulheres negras começavam a desenvolver um trabalho de reflexão sistemática sobre raça e gênero executado por outras mulheres também. Todavia, no processo de reexaminar a escravidão a partir da perspectiva das mulheres negras, as autoras podem ser consideradas pioneiras.

essas experiências ignoradas pela história e também pelas narrativas dos movimentos negros. O outro objetivo, foi o de desconstruir os arraigados estereótipos sobre as mulheres negras baseados na escravidão. Angela desconstrói a idéia do poder patriarcal e Lélia, a das relações sexuais afetivas entre o senhor e escrava, estereótipos baseados em uma narração da realidade pretensamente legitimada em informações históricas.

Nas duas autoras encontramos uma discussão a respeito do trabalho escravo exercido pelas mulheres. A condição “feminina” não suavizou o trabalho das escravas. Em especial o trabalho no campo onde não se fazia distinção de gênero. E tampouco foram enquadradas na imagem da feminilidade construída ao longo do século XIX. Possuíam uma condição ambígua de mulher, que se manifestava na violência sexual que sofriam, através da coerção da prática sexual – fosse por chantagem, por estupro, ou pelo lucro do proprietário. O estupro teve um papel central na compreensão da condição da mulher escrava.

Angela dedica uma atenção especial ao tema, pelo mesmo ter tido um impacto muito grande na comunidade afro-americana tanto na escravidão, como no período da segregação. Durante a escravidão, a partir de uma leitura bem particularizada do tema, ela pontua o fato do estupro se inscrever como uma forma de controle sexual sobre todos os escravos. No período pós-emancipação, o mesmo será tratado de forma distinta, fossem vítimas e agressores brancos/as ou negros/as. Lélia avalia o papel da violação na relação entre o colonizador e as mulheres negras e indígenas também, pois foi o estupro a chave do mito da democracia racial - uma dita harmonia sexual conseguida através da violência física e moral. O estupro e a reprodução do trabalho escravo situa a experiência do corpo feminino negro na escravidão experimentado pelas duas sociedades. Além disso, nas representações posteriores sobre as afro-americanas e brasileiras, o corpo se constituiu em lugar de inscrição da violência física e simbólica²⁴⁹. Nas duas sociedades, o corpo negro constituiu-se no *corpo alvo*, “(...) culturalmente perseguido e transformado em objeto do desejo e da criminalização”.²⁵⁰ Nos EUA, esse corpo foi marcado pelo linchamento durante a

²⁴⁹ Sobre os EUA, recordamos uma expressão bem popular do *black english*, *mothafucka* (*mother + fucker*) que mostra a permanência na memória coletiva dos afro-americanos da presença do senhor branco como aquele que “comeu” /estuprou a sua mãe (a escrava). O termo nega qualquer visão romanizada a respeito da relação entre escrava e proprietário.

²⁵⁰ TAVARES, Júlio. **Atitude, Paz e Respeito: Cultura Hip-Hop, Pedagogia Política e Intelectuais Públicos**. Rio de Janeiro: 2003, (mimeo), p. 03.

segregação e atualmente pelo aprisionamento e banimento social. No Brasil, extermínio e a violência policial marcam esse corpo.

Como já observado no capítulo I, a sexualidade tinha uma implicação distinta para as mulheres negras nos dois países, e a definição “meu corpo me pertence” dentro de uma perspectiva liberal, encontrava-se fora de lugar para as ativistas negras.²⁵¹

Nas duas sociedades, a sexualidade das mulheres brancas e das “mulheres de cor” (asiáticas, indígenas, negras, *hispano-hablantes*) foi definida de forma opositiva. As últimas, ao longo da história foram definidas como mais sexualizadas. Definimos por *sexualizar* e *sensualizar* para dar conta da distinção entre as representações sexuais sobre mulheres brancas e negras. A sexualização conceitua a experiência das mulheres negras, marcada pela “supervalorização dos seus traços físicos, expressa através da sua associação restrita ao erotismo e sedução. Neste sentido, elas ocupam um lugar bastante específico nas hierarquias de gênero e raça: fornecedoras de prazeres carnavais”.²⁵² A imagem dessa supervalorização sexualizada serviu como justificativa para violências cometidas contra as mulheres negras nos dois países.

Contrariando o discurso presente no senso-comum sobre as experiências raciais no Brasil e EUA, em ambos os países desenvolveram-se estereótipos sexualizados sobre as mulheres negras. Ligando a sexualidade destas ao campo do animalesco, da natureza, argumentos reforçados com o discurso cientificista do século XIX, estabeleciam a existência de raças humanas com características morais e comportamentais distintas. E, ainda, definia uma suposta natureza feminina marcada pela passividade, docilidade que contemplava apenas as mulheres brancas das elites.

Acrescenta-se ainda o papel desempenhado pelas representações da escravidão para a construção de estereótipos sobre as mulheres negras. A mãe-preta no Brasil e a *mammy* nos EUA²⁵³ foram visões nostálgicas sobre uma relação adocicada que teria ocorrido no espaço doméstico da casa grande, entre essa escrava e seus donos, e que permaneceu, no pós-emancipação, na figura da empregada doméstica e da babá.

As autoras também apresentam a discussão sobre o homem negro, diferente de grande parte do pensamento feminista ocidental. Elas fizeram uma leitura um pouco

²⁵¹ Angela e Lélia se posicionaram a favor do aborto. Lembramos que, nos EUA, o mesmo encontra-se já legalizado em muitos estados e que, no Brasil, sua prática ainda é considerada ilegal.

²⁵² CORTES, Giovana Xavier da Conceição. **Coisa de pele**: mulheres mulatas e mestiças na literatura brasileira (Rio de Janeiro, 1880-1920). 2004 (mimeo), p. 20.

²⁵³ Recordamos também a semelhança física: ambas eram representadas por mulheres gordas.

distinta sobre o papel do homem negro nas relações de raça e gênero. As autoras percebem o lugar da raça em mediar a categoria gênero, sendo assim os homens negros ocupam a posição de sujeitos subalternos e dominantes. O papel dominante foi mostrado pelas autoras a partir da relação com as mulheres negras, em particular ao denunciarem o machismo dentro do movimento negro²⁵⁴ em relação às negras. Já no seu papel subalternizado, o homem negro é a vítima preferencial da violência policial, e as autoras denunciam com frequência a opressão dessa violência exercida contra os homens negros, mostrando a eficácia da raça para subalternizar a posição masculina dentro da sociedade patriarcal. Angela em especial acrescenta a discussão e a militância contra a criminalização e encarceramento dos jovens negros. Angela e Lélia mostram as variáveis possíveis do masculino negro dentro de sociedades hierarquicamente definidas entre classe, raça e gênero, assim construindo os diversos tipos de masculinidade.

A importância da ampliação dessas discussões, não foi uma característica apenas de Angela e Lélia, mas uma tradição forte dentro do feminismo negro. Uma preocupação histórica das mulheres negras com a sua comunidade, ou talvez, uma responsabilidade histórica dessas mulheres que teve como consequência uma forte anulação da sua própria individualidade. Devemos pensar até que ponto as mulheres afro-americanas e brasileiras não incorporam para si o discurso da maternidade coletiva para com a sua própria comunidade.

Angela e Lélia, ao desenvolverem o seu pensamento, tinham como eixos norteadores as relações de classe, gênero e raça. Na prática, observamos que suas análises atribuíram importância maior a uma das categorias, coincidentemente a categoria gênero, categoria esta que, quando isolada, não teve grande peso nas análises das autoras. Angela, por sua formação marxista, deteve-se mais na questão da classe e Lélia na da raça. Essas diferenças também se relacionam a questões da época. Na geração de Angela, a discussão de classe foi um grande definidor e diferenciador do movimento negro em relação à geração anterior do movimento de direitos civis que tinha a inclusão como questão. Em relação à Lélia, as discussões estavam bem ligadas ao contexto, caracterizado pela emergência de novos sujeitos, para além da discussão da classe, daí a importância da categoria raça.

²⁵⁴ Sobre o machismo dentro do movimento, é interessante a identificação que muitos homens negros faziam com as mulheres negras a partir dos atributos definidos historicamente às mulheres. No campo da política, o resultado era a cobrança de um papel secundário.

Consideramos que as três subordinações se relacionam de forma dinâmica não sendo possível estabelecer nenhum modelo estático de definição. Por exemplo, se pensamos no mercado de trabalho, mídia, cultura, educação, renda etc., as variáveis podem possuir um valor distinto. As autoras conseguiram trabalhar com as relações sociais de forma complexa, justamente por terem a compreensão da articulação dessas variáveis, de como as mesmas produziam violências e exclusões. Nas duas sociedades, encontramos sujeitos sociais que vivem diferentes subordinações, dentro desse quadro elas avaliaram a posição dos homens negros e das mulheres negras, que não se apresentam de forma estática e nem tampouco opositiva.

Mesmo sem nomear teoricamente, elas desenvolveram conceitualmente as perspectivas que posteriormente seriam apresentadas pelo conceito da *interseccionalidade*²⁵⁵, desenvolvido por *Kimberlé Crenshaw*. O conceito segundo esta pesquisadora, define que “as discriminações de raça e de gênero não são fenômenos mutuamente excludentes, propõe um modelo provisório para a identificação das várias formas de subordinação que refletem os efeitos interativos das discriminações de raça e de gênero”.²⁵⁶ Angela e Lélia acrescentaram a ele também as estruturas de classe para demonstrarem como as desigualdades se configuram de forma complexa, tendo como maiores vítimas os afetados pelas três dimensões.

As metodologias das autoras na análise do racismo bem como suas estratégias políticas nos revelam as especificidades de cada uma. Angela, a partir do marxismo, concentrou-se em avaliar as estruturas do racismo dentro do capitalismo norte-americano, bem como a questão do trabalho, em especial o papel do trabalho na vida das mulheres negras. Acrescentou à sua análise ainda as preocupações com a questão do colonialismo, raça e gênero. O seu foco principal foi pensar a exploração de classe em conjunto com a raça, reconhecendo o privilégio racial ligado ao privilégio de classe, pensando a questão a partir da análise das estruturas de forma vertical. Avaliou a luta negra como parte de um movimento internacional de trabalhadores contra o capitalismo e o imperialismo. Para ela, o discurso nacionalista negro por si só não era suficiente, por avaliar a raça em separado das classes e das relações de produção.

²⁵⁵ CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 10, n. 01. Florianópolis: UFSC, 2002, pp. 171-188.

²⁵⁶ *Ibid*, p. 171.

Nas suas estratégias políticas, posicionava os afro-americanos como colonizados dentro da sociedade norte-americana. A sua luta, e de outros, não era a luta por uma igualdade dentro do capitalismo, e sim por uma revolução socialista que teria os negros como vanguarda, mas que só seria possível de se realizar com a aliança com o operariado branco. Para Angela e sua geração de militantes negros, a libertação do negro estadunidense é pensada em conjunto com as lutas de libertação do terceiro mundo, como havia ocorrido em Cuba, e acontecia no Vietnã. Nesse contexto, o diálogo com a África tornava-se fundamental, tendo inclusive levado militantes dos Panteras Negras a viverem exilados na Argélia como Eldridge e Katleen Cleaver. Quando Angela estava foragida da polícia especulava-se se ela iria pedir asilo político na Argélia.

Lélia, de forma distinta de Angela, pensa as relações de produção com a mesma importância que atribui à cultura, em especial ao simbólico, para avaliar o racismo, com base também na Psicanálise de orientação lacaniana e em diálogo com o Afrocentrismo e o Pan-africanismo. Ela está interessada em pensar os micro-poderes, fazendo uma análise mais horizontal das relações raciais, pensando em outros centros de poderes e contra-poderes. Também está interessada em pensar gênero e classe, mas essa última, dentro da sua produção, não teve um lugar central. Dessa forma, define o racismo como construção ideológica com benefícios sociais e econômicos para os brancos, pobres e ricos. Além disso, o racismo também é visto como um sintoma (que se manifesta em público de um problema maior) do que vivem os brasileiros ao tentarem passar ou desejarem ser brancos em um país amefricano. O discurso da revolução socialista não está em seu vocabulário político, mas sim a questão da cidadania e da garantia de direitos formais afro-brasileiros.

A diferença entre as autoras pode ser definida de várias formas, mas gostaríamos de nos concentrar na diferenciação das estruturas das relações raciais que levou as autoras a responderem problemas específicos. A insistência de Lélia nas categorias da Psicanálise, além de uma escolha pessoal, liga-se diretamente à especificidade do racismo à brasileira, que, ao se negar o tempo todo e ao mesmo tempo se manter presente, é um racismo internalizado e reforçado pelo processo do branqueamento. Uma relação ambígua melhor compreendida pela Psicanálise dentro das teorias sociais, por ter elementos para desvendar o nível inconsciente desse processo. Lélia e o movimento negro da década de 70 estavam justamente

respondendo à sociedade brasileira, tanto à esquerda como à direita, que não se trata de um problema de classe, mais sim de raça.

Dessa forma, percebemos que as escolhas intelectuais também se relacionam a debates político não nomeados. Nesse processo, o uso do marxismo não seria completo para desvendar toda a dimensão das relações raciais no Brasil. Para Angela, o processo tomava uma outra configuração, a existência aberta do racismo colocava mais claramente a necessidade de encontrar respostas para a superação do mesmo, não mais na perspectiva inclusiva do movimento dos direitos civis.

Apesar das diferenças entre as autoras, ambas inserem a luta anti-racista e sexista numa perspectiva de esquerda. Todavia, como sabemos “no seio da esquerda, o fosso de gerações desempenhou um papel essencial e acarretou um verdadeiro choque de culturas políticas”.²⁵⁷ As distintas culturas políticas foram em parte responsáveis pelas orientações das autoras, bem como o contexto político. Angela inicia a sua militância numa conjuntura de esperanças com o socialismo a nível global, com a perspectiva das mudanças, e com a renovação da juventude, ela mesmo era muito nova – bem como as grandes lideranças da época. Lélia, por sua vez, está no contexto da crise desse modelo, e com novas perspectivas políticas. Contudo elas se encontram na busca da construção de um novo projeto de sociedade, não mais baseado em hierarquias, violência e desigualdades, além de possuir uma visão internacionalista.

A questão da aliança entre setores progressistas da sociedade na luta anti-racista está presente nas duas autoras. Elas, contudo, atribuiriam aos/às negros/as um papel de vanguarda nesta luta, papel este com especificidades distintas acerca do que consideram ser a forma adequada de superar tais questões. Mas não pensavam que a superação do racismo seria possível sem a conscientização dos/as brancos/as – pois, por não serem separatistas, não acreditavam em uma sociedade composta só de negros/as.

Como forma de melhor compreender o desenvolvimento e o amadurecimento intelectual das autoras, busquei também pelas leituras e referências bibliográficas que as teriam ajudado a desenvolver seu pensamento. Nas referências citadas pelas autoras em seus artigos, pude observar que cada uma estava muito atualizada com a respectiva bibliografia que lhe era contemporânea. Autores americanos são citados

²⁵⁷ SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, p. 136.

por Angela e brasileiros por Lélia, mostrando o conhecimento delas sobre que estava sendo produzido na academia de sua época. Em Lélia há, referências constantes aos autores Carlos Hasenbalg, Abdias do Nascimento, Marx, Freud, Lacan, Frantz Fanon e Althusser – sendo que a presença desse último autor é observada apenas nos textos dos anos 70. Em Angela, há a presença constante de Marx, W.E.B. DuBois, Herbert Aptheker, Herbert Marcuse e Frantz Fanon²⁵⁸. Como já mencionado as autoras tinham formas distintas de trabalharem com o marxismo. Uma das interseções encontradas foram autores como DuBois e Fanon que nos revelam a visão diaspórica da autoras e ainda a referência a Simone de Beauvoir como filósofa e feminista.

Nas distinções entre ambas poderíamos falar em termos marxistas, de forma geral e não generalizante. Angela estava preocupada em pensar o racismo dentro do capitalismo a partir da sua infra-estrutura e Lélia buscou compreender o mesmo em sua superestrutura. Não apresentamos uma visão dicotômica entre as autoras, pois em muitos textos e momentos elas extrapolaram essa definição. Mais do que característica pessoal, a compreensão do racismo tem seguido essas duas orientações. Destacamos ainda que as diferenças na estruturação das relações raciais, nesses dois países, relacionam-se também com as formas distintas de organização política dos afro-descendentes no combate ao racismo e às desigualdades daí decorrentes e ligam-se, em parte, às análises e considerações das duas autoras.

O simbólico ganha uma grande importância em Lélia²⁵⁹, a nosso ver esta é a grande novidade que introduz no estudo das relações raciais e de gênero no Brasil, e provavelmente outros estudos poderão ainda vir a mostrar a importância dessa sua análise para o feminismo negro fora do Brasil. Além disso, a sua apropriação da Psicanálise possibilitou-lhe está pensar o papel da linguagem com visitas a uma maior compreensão dessas relações.

Em Angela, a importância esteve em rerepresentar uma leitura sobre a experiência das mulheres sob a escravidão nos EUA, negando toda uma visão do senso-comum e da própria academia sobre o papel das mulheres negras, no período, bem como a sua preocupação em analisar a importância do trabalho na vida das mulheres negras. Um outro destaque das suas considerações foi o caráter propositivo

²⁵⁸ É importante pontuar que muitos outros autores e autoras foram citados ao longo da produção de ambas. Contudo, os mencionados acima foram o que se destacaram no conjunto das obras, em especial no período recortado para estudo.

²⁵⁹ A discussão do imaginário aparece em Marx ao tratar da questão do fetiche da mercadoria no **Capital** e também no **18 Brumário**.

da sua produção, pois em muitos textos procurou apresentar soluções aos problemas abordados, e se mostrou engajada na resolução dos mesmos. E nesse sentido, que se destaca a sua atuação na luta contra o complexo industrial carcerário.

Como observado nos capítulos anteriores, as polêmicas com o movimento feminista foram uma constante tanto para as autoras, como para as mulheres negras nos dois países. As críticas comuns levantadas pelas mulheres negras dos dois países eram muito semelhantes. Giravam em torno da prevalência de uma agenda política que não contemplava as mulheres negras e populares; dificuldades de discutir classe e raça neutralizando as outras dominações submetidas às mulheres; insistência num padrão de feminilidade que historicamente jamais contemplou as mulheres negras e, ainda, a sua relação com os homens.

Dessa forma a produção das autoras sobre as mulheres negras se constituiu em um ato de resistência contra o discurso hegemônico do movimento de mulheres. Ao mesmo tempo uma desconstrução do que Patrícia Collins chamou de “imagens controladas” a respeito das mulheres negras, que são responsáveis por fazer o racismo, sexismo e a pobreza aparecerem como natural e inevitável.²⁶⁰ Essa imagem controlada das mulheres negras nos dois países teve conseqüência similares. Os mitos que as autoras buscaram desconstruir pontuavam a existência da uma relação entre a escrava e o seu senhor que havia concedido poderes a elas em detrimento do homem negro. No Brasil, isso ocorria a partir da imagem da democracia racial e das figuras da mulata e da mãe-preta e nos EUA, a partir da idéia do matriarcado negro.

Angela e Lélia tiveram papéis semelhantes nos seus países e em seus movimentos. Sintetizaram em grande parte os projetos políticos e as utopias de suas gerações, marcadas pelo desejo de transformação e confiança na mudança. Acrescenta-se a isso que, apesar da diversidade e da dimensão dos respectivos contextos, e apesar das diferenças em alguns aspectos de suas trajetórias, propostas, elaborações políticas e intelectuais, ambas se voltaram para as questões básicas das condições dos afro-descendentes na diáspora. Empenharam-se em compreender os processos históricos, sociais, políticos e culturais em que baseiam as desigualdades raciais e a opressão dos/as negros/as e em fomentar a organização dos mesmos no combate a esses problemas.

²⁶⁰ Cf. COLLINS, Patrícia. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment** New York: Routledge, 1991, p. 68.

Em especial, levaram para dentro do movimento e da academia a discussão a respeito das mulheres negras. Podemos perceber que ambas constroem a sua identidade tendo como eixo articulador a sua própria condição de mulheres negras. Foi a partir desses lugares considerados “nada” dentro de sociedades estruturadas por hierarquias de raça, classe e gênero que elas se inseriram, construindo suas ações-intervenções e transformando o nada, o negativo, em fator positivo de identidade.

Essas características marcam, enfim, a importância das duas autoras para o desenvolvimento do pensamento feminista negro da Diáspora.

Reflexões Finais

Este estudo pretendeu analisar, de forma comparada, o papel das mulheres negras militantes e intelectuais na luta anti-racista e na produção do conhecimento na diáspora africana.

Ao longo da dissertação apresentamos a trajetória de Angela Davis e de Lélia Gonzalez, procurando destacar a importância dessas duas mulheres na luta política de suas comunidades. Além disso, mostramos como o conhecimento desenvolvido por elas na Academia esteve diretamente ligado a demandas sociais produzidas fora da Academia, principalmente ligadas a questões de suas vidas pessoais – além de estado também relacionado ao importante contexto político da luta anti-racista em cada país.

Ao longo do estudo, pudemos observar a proximidade entre as autoras quanto esteve em jogo a representação de experiência das mulheres negras na escravidão, no pós-emancipação, e o papel que tiveram para a manutenção de suas comunidades. Observamos também as implicações das especificidades das relações raciais, nos dois países, para a trajetória pessoal, escolhas e abordagens intelectuais, empreendidas por cada uma delas. Em Angela, o peso da sua formação como filósofa marxista guiou suas abordagens políticas bem como sua ação política. Já em Lélia, destacou-se o ecletismo intelectual e político no campo da esquerda.

Mesmo com orientações distintas, as duas autoras chegaram a conclusões parecidas a respeito da posição desprivilegiada que tinham as mulheres negras nas duas sociedades e, ainda, a respeito do papel subalterno dos homens negros. Ambas entendiam a importância da luta política para superação desta problemática, bem como a importância da produção de um conhecimento libertário com rigor científico suficiente para que não se tornasse apenas panfletário.

Nesta dissertação, as autoras foram pensadas como parte de uma intelectualidade afro-diaspórica, destacando-se o fato de serem mulheres e de se debruçarem sobre a questão do gênero de forma inovadora. Tanto Angela quanto Lélia apresentam dois pontos centrais evocados no debate contemporâneo do Pós-Colonialismo: as discussões sobre o corpo e o poder nas experiências das mulheres

negras. O corpo ganha um lugar de destaque, por ter sido o espaço de inscrição dessa subordinação. A discussão do estupro contra as escravas, nos textos de Angela, e a discussão acerca da mulata no carnaval, na discussão de Lélia, resumem a relação corpo/poder trabalhada pelas autoras.

Trabalhos comparados sobre as relações raciais são importantes por conseguirem mostrar as especificidades locais, bem como as permanências. Em relação ao papel das mulheres negras nas duas sociedades, as representações mais difundidas e internalizadas nos mostram a permanência das mulheres negras em posições subalternas, em especial no trabalho doméstico, seja no Brasil ou seja nos EUA.

As hipóteses iniciais apresentadas no Projeto se mostraram, ao longo do desenvolvimento deste estudo, válidas. A indissolubilidade entre as experiências pessoais das autoras investigadas e as escolhas temáticas presentes no conjunto de suas respectivas obras – ou seja: a interação entre trajetória e produção acadêmica associa-se ao fato de ambas as autoras viverem intensamente os efeitos das desigualdades raciais e de gênero nos seus países. A estruturação diferenciada da luta anti-racista nos dois países, era consequência das distintas formas de manifestação do racismo nos dois países. Cabe destacar que a pesquisa não partiu do pressuposto de que as relações raciais brasileiras e norte-americanas eram opostas e/ou estáticas, em parte, respondendo a muitos estudos que comparam os dois países, sempre com um julgamento moral de que existiria um racismo melhor ou pior – ou no Brasil ou nos Estados Unidos. Quando analisamos a condição específica das mulheres negras, a partir dos textos de Angela e de Lélia, percebemos diferenças mas também semelhanças, estas bem maiores até do que imaginávamos inicialmente. Dessa forma, podemos pensar que a experiência feminina na diáspora manteve grandes similitudes e permanências, o que também aponta para a necessidade de mais estudos comparados sobre raça e gênero na diáspora.

Devemos incentivar mais estudos sobre o movimento negro brasileiro, que apresentem contribuições individuais para o desenvolvimento do mesmo.

Entendemos esta dissertação como uma primeira contribuição para o desenvolvimento dos estudos históricos comparativos entre a política racial no Brasil

e nos Estados Unidos; contribuição esta que apresenta um novo aspecto desta temática – a questão de gênero. Mais pontualmente, cremos ter contribuído para o desenvolvimento dos estudos sobre as mulheres negras e, particularmente, por cobrir parte da lacuna bibliográfica ainda existente sobre Angela Davis e Lélia Gonzalez.

Fontes:

Angela Davis

a) Livros:

- DAVIS, Angela. **Angela Davis habla**. Buenos Aires: Ediciones de La Flor, 1972.
- _____. **Si llegan por ti en la mañana**. Vendrán por nosotros en la noche. 3ª ed., Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1976.
- _____. **An Autobiography**. New York: Randon House, 1988.
- _____. **Women, Race and Class**. New York: Random House, 1989.
- _____. **Blues, Legacies and Black Feminism**: Gertrude “Ma” Rainey, Bessie Smith and Billie Holiday. New York: Ed. Random House, 1998.
- _____. **The Angela Davis Reader**. JAMES, Joy [ed]. Oxford and Cambridge, MA: Blackwell, 1998.
- _____. **Women, Culture and Politics**. New York: Random House, 1989.

b) Artigos:

- DAVIS, Angela. I am a revolutionary black woman (1970). In: MULLINGS, Marable (orgs). **Let Nobody Turn us around**: Voices of Resistance, Reform, and Renewal. An _____. **African American Anthology**. New York: Rowman & Littlefield Publishers, 1999.
- _____. Reflections on the Black Woman's Role in the Community of Slaves (1971). In: **The Angela Y. Davis Reader**, JAMES, Joy [ed], Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998.
- _____. Joanne Little - The Dialectics of Rape (1975). In: JAMES, Joy [ed]. **The Angela Y. Davis Reader**. Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998.

c) Correspondência publicada:

Correspondência entre Angela Davis e George Jackson (maio a junho de 1970). In: JACKSON, George. **Soledad Brother: The prison letters of George Jackson**. New York: Bantan books, 1972.

d) Depoimento:

DAVIS, Angela. Viver e Continuando Lutando. In: WERNECK, Jurema (org.). **O Livro da Saúde das Mulheres Negras**. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.

e) Entrevistas:

DAVIS, Angela e JORDAN, June. Woman Talk. In: **Essence**, n.21, New York: ECI, May 1990.

DAVIS, Angela. Katleen Cleaver and Angela Davis: Rekindling the flame. In: **Essence**, n. 27. New York: ECI, May 1996.

_____. Angela Y. Davis: Reflections on race, class, and Gender in the USA (1995). In: JAMES, James [ed]. **The Angela Y. Davis Reader**, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998.

_____. Coalition Building Among People of Color-Angela Davis and Elizabeth Martinez. In: JAMES, Joy [ed]. **The Angela Y. Davis Reader**, Massachusetts: Blackwell Publishers, 1998.

DAVIS, Angela. DENT, Gina. A prisão como fronteira: uma conversa sobre gênero, globalização e punição. **Revista Estudos Feministas**, v.11, n.2, Florianópolis: UFSC, jul./dez. 2003.

Lélia Gonzalez

a) Livros

GONZÁLEZ, Lélia e HASENBALD, Carlos A. **Lugar do negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GONZÁLEZ, Lélia. **Festas populares no Brasil**. Rio de Janeiro: Index, 1987.

b) Artigos em livros e periódicos

GONZÁLEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. Resumo apresentado na Segunda Conferencia Anual do **African Heritage Studies Assotiation**, 26-29, April 1979, (mimeo).

_____. Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos lingüísticos e políticos da exploração da mulher. Comunicação apresentada no **VIII Encontro Nacional da Latin American Studies Association**. Pittsburgh, Pensilvânia, USA, 5-7 abril, 1979, (mimeo).

_____. Mulher Negra: Um retrato. In **Jornal Lampião**, n. 4, Rio de Janeiro, abr. 1979.

_____. O papel da mulher negra na sociedade brasileira: Uma abordagem política-econômica. **Spring Symposium the Political Economy of the Black World**. Los Angeles: Center for Afro-American Studies, UCLA, 10-12 de maio, 1979, (mimeo).

_____. Alocução. In: **Revista Afro-Asiático**. n. 6-7, Rio de Janeiro: UCAM, 1982.

_____. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). **O lugar da mulher, estudos sobre a condição feminina na sociedade atual**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

_____. Brazillian support of the Namibian Cause: Difficulties and possibilities. In: **Afrodíaspóra**. a.1, n 2, São Paulo: IPEAFRO, mai./set. 1983.

“Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983.

_____. Insurreição negras e sociedade brasileira. In: MOTTA, Roberto. **Os Afro-brasileiros: Anais do III Congresso Afro-brasileiro**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1985.

_____. Mulher Negra. In: **Revista Afrodiáspora**. a. 3, n. 6-7, São Paulo: IPEAFRO, 1985.

_____. Para das minorias, tudo como dantes... In: **Revista Lua Nova**. Cultura e Política. v.1, n.4, São Paulo: Ed. Brasiliense, jan./mar. 1985.

_____. A categoria político-cultural da amefricanidade. In: **Tempo Brasileiro**. n. 92-93 Rio de Janeiro: Ed. Global, jan./jun. 1988.

_____. Nany. In: **Revista Humanidades**. v. 17, a. IV Brasília: Editora UNB, 1988.

_____. Griot e Guerreiro. (Introdução do livro de poemas Axés de Sangue e da Esperança, de Abdias Nascimento). In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Sankofa: Resgate da Cultura Afro-Brasileira**, vol. 2, Rio de Janeiro: IPEAFRO, 1994.

_____. Mulher Negra. In: **CARTA**. n. 4-13, Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, 1994.

b) Ensaios e artigos em jornais

GONZÁLEZ, Lélia. Mulher Negra. **Jornal Mulherio**. a. 1, n. 3, São Paulo: Mulherio, set/out.1981.

_____. Mulher Negra, essa quilombola. **Folha de São Paulo**. Folhetim, 22/11/1981.

_____. Democracia racial? Nada disso! In: **Jornal Mulherio**, a. 1, n. 4, São Paulo: Mulherio, nov./dez. 1981.

_____. De Palmares às escolas de samba, tamos aí! In: **Jornal Mulherio**, a. 2, n. 5, São Paulo: Mulherio, jan/fev. 1982.

_____. Beleza negra, ou:ora-yê- yê-ô! In: **Jornal Mulherio**, a. 2, n. 6, São Paulo: Mulherio, mar/abr. 1982.

_____. Racismo por omissão. **Folha de S. Paulo**, 13/08/1983.

_____. O terror nosso de cada dia. In: **Raça e Classe**, a. 1, n. 2, Brasília: MNU, ago./set. 1987.

_____. As amefricanas do Brasil e a sua militância. In: **Maioria falante**. (7): 5, Rio de Janeiro: IPCN, maio/jun. 1988.

_____. A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social. **Raça e Classe**. a. 2, n.5, Brasília: MNU, nov./dez. 1988.

d) Entrevistas:

PEREIRA, Carlos Alberto e HOLLANDA, Heloisa Buarque (orgs). **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Ed. Brasiliense,1980.

Jornal Mulherio, a. 2, n. 9, jan/fev1982.

Entrevista ao programa **Suplemento Dominical do Novo Jornal Fluminense** da Rádio Tamoio em 1982 (Arquivo Pessoal de Maria de Fátima M. Pinheiro da Silva).

O Pasquim. n. 8-10, 20/3 a 26/3/1986.

MNU Jornal. n. (19): 8-9, maio a julho, 1991.

e)Transcrições de palestras:

Cidadania de 2ª Classe. (Palestra realizada no dia 09 de junho de 1988), Rio de Janeiro: IPCN (Arquivo Pessoal de Januário Garcia).

f) Arquivo DOPS (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro):

Setor: Informação, **Pasta** 157, **Fl.**779; **Setor:** DGIE, **Pasta**,305/K **Fl.**422; **Setor:** Município, **Pasta** 152, **Fls.**4216/4334/4381/4831/5152/5251; **Setor:** DGIE, **Pasta**,305-H, **Fl.**507-6; **Setor:** Estudantil, **Pasta** 74, **Fl.**244-C; **Setor:** Comunismo, **Pasta** 159, **Fl.**313.

Entrevistas realizadas para a pesquisa:

Eliane de Almeida, 05 de Julho de 2004.

Januário Garcia, 03 de julho de 2004.

Maria das Graças (Anna Davis), 17 de agosto de 2004.

Maria de Fátima Magalhães Pinheiro da Silva, 26 de julho de 2004.

Bibliografia

ACKELSBERG, Martha. Ampliando o Estudo sobre a Participação das Mulheres. **Cadernos AEL**. n. 3-4, Campinas, 1995/96.

ASHAMAN, Charles. **O povo contra Angela Davis**. Rio de Janeiro: Edições MM, 1973.

BAIROS, Luiza. Nossos femininos revisitados. In: **Revista Estudos Feministas**. v.3 n.2, Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. Orfeu e Poder: Uma Perspectiva Afro-Americana sobre a Política Racial no Brasil. In: **Afro-Ásia**, n. 17, Rio de Janeiro: UCAM, 1996.

_____. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, Jurema *et alli* (org.). **O livro da saúde das mulheres negras – nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Criola/Pallas, 2000.

BARRETO, Raquel de Andrade. **A “Marcha contra a farsa da Abolição” pelas lentes de Januário Garcia**. Monografia do Curso de Pós-Graduação em Fotografia como Instrumento de Pesquisa nas Ciências Sociais. Rio de Janeiro: UCAM, 2002.

BERUTTI, Eliane Borges. **A dança de Clio e Calíope: uma leitura interdisciplinar dos protestos dos jovens norte-americanos nos anos 60**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense/Departamento de História, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: Renato Ortiz (org). **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

_____. **Razões Práticas**. Campinas: Papyrus, 1996.

_____. A ilusão biográfica. In: **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

BRANT, Vinicius Caldeira. Da resistência aos movimentos sociais: a emergência das classes populares em São Paulo. In: **São Paulo: O povo em movimento**. 3ed. São Paulo: Vozes/ Cebrap, 1982.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, raça e ascensão social. In: **Revista Estudos Feministas**. v.3 n.2 , Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. e SANTOS, Tereza. A mulher negra brasileira na década da mulher. São Paulo: Conselho Estadual da Condição Feminina, 1985, (mimeo).

CERTEAU, Michel de. **Artes de Fazer**. A Invenção do Cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica (nota crítica). In: **Cadernos Pagu**. n. 4. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero/UNICAMP, 1995.

CLEACAK, Peter. O movimento dos anos 60 e o seu legado cultural e político. In: COBEN, Stanley (org.). **O desenvolvimento da cultura norte-americana**. Rio de Janeiro: Anima, 1985.

CLEAVER, Eldridge. **Alma no Exílio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

COLLIER, Rhonda Michelle. **Women and words: rewriting the nation with Afro-Brazilian, Afro-Cuban and African American women's voices**. Tese de Doutorado. Vanderbilt University/Departamento de Literatura Comparada, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. **Black, feminists thought. Knowledge, consciousness and politics of empowerment**. New York: Routledge, 1991.

_____. Feminism the twentieth century. In: SMITH, Jessie Carney (ed.). **Notable Black American Women**, Detroit: Gale Research Inc., 1992.

CORTES, Giovana Xavier da Conceição. **Coisa de pele: mulheres mulatas e mestiças na literatura brasileira (Rio de Janeiro, 1880-1920)**, 2004, (mimeo).

COSTA, Teresa Cristina Araújo. Caminhando contra o vento. Notas sobre a candidatura de Lélia Gonzalez. In: **Comunicação do ISER**. v. 1, n.3. Rio de Janeiro: ISER, dez., 1982.

CRSSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 10, n. 01, Florianópolis: UFSC, 2002.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Reflexões sobre biopoder e pós-colonialismo: relendo Fanon e Foucault. In: **Mana**. v.8, n.1, Rio de Janeiro: Ed.UFRJ, abr. 2002.

DUBOIS, Ellen. Sisters and brothers. This side of Glory: The autobiography. **The Nation**. v.257, Iss, 7, Sep.6. New York: Nation, 1993.

DU BOIS, W.E.B. **As almas da gente negra**. Rio de Janeiro: Editora Lacerda, 1999.

FÁLIX, João Batista de Jesus. Pequeno histórico do movimento negro contemporâneo. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) **Negras Imagens: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2000.

FONER, Eric. **The story of America freedom**. New York: W.W. Norton Company, 1998.

FONTAINE, Pierre-Michel (org.). **Race, class, and power in Brazil**. Los Angeles: Center for Afro-American Studies, 1983.

FONSECA, Eduardo Giannetti da. Entrevista. In: **Folha de São Paulo**. Caderno *Mais*, 30/05/2004.

FRANKLIN, John Hope & Moss Jr., Alfred. **Da escravidão à liberdade: a história do negro americano**. Rio de Janeiro: Nórdica, 1989.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**. São Paulo: Global, 2003.

GIACOMINI, Sonia Maria. **Profissão mulata**. Natureza e aprendizagem num curso de formação. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ Departamento de Antropologia, 1992.

GIDDINGS, Paula. **When and Where I Enter: The Impact of Black Women on Race and Sex in America**. New York: Bantam Books, 1984.

GILLIAN, Angela. Entrevista. **O Pasquim**, n. 227, 6/11-12/11/1973.

_____. & Onik'a, Gilliam. Negociando a Subjetividade de Mulata no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, v.3, n.2, jul./dez. 1995.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

- HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder: o movimento negro no Rio de Janeiro e São Paulo (1945-1988)**. Rio de Janeiro: EdUERJ/UCAM-Centro de Estudos Afro-Asiáticos/UERJ, 2001.
- HIME, Darlene Clark (ed.). **Black Women in America: An Historical Encyclopedia**. New York: Carlson Publishing Inc, 1993.
- HOBBSAWN, Eric. Engajamento. In: **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- HOOKS, Bell. **Yearning: Race, Gender, and Race Politics**. Boston, MA: South End Press, 1992.
- _____. Intelectuais Negras. In: **Revista Estudos Feministas**, n.2, 1995.
- HOPE, John Franklin. & MOSS, A. A. **Da escravidão à liberdade: a história do negro americano**, Rio de Janeiro: Nórdica, 1989.
- HUNTLEY, Lym & ALFREDO, Antonio Sergio (org.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- JACKSON, George. **Soledad Brother: The prison letters of George Jackson**. 3rd printing. New York: Bantan Books, 1972.
- JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: **Pós-Modernismo e Política**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Rio de Janeiro: Ed.Rocco, 1991.
- Jones, Cherisse R. Autobiography as Activism: Three Black Women of the Sixties. In: **Jornal of Women's History**. v.14, Iss. 2. Bloomington: Summer, 2002.
- KUSCINIR, Karina. Trajetória, projeto e mediação na política. In: Gilberto Velho (org.). **Mediação, cultura e política**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (ed.). **Usos & abusos da História Oral**. 2^a edição, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- MACEDO, Márcio José de. **O Quilombo Contemporâneo de Abdias do Nascimento**. São Paulo, 2003, (mimeo).
- MEDEIROS, Carlos Alberto. **Legislação e Relações Raciais, Brasil-Estados Unidos, 1950-2003: Uma visão comparativa**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFF/Departamento de Sociologia e Direito, 2003.

MOREIRA, Diva e BATISTA S. Sobrinho. Casamentos Inter-raciais: O Homem Negro e a Rejeição da Mulher Negra. In: COSTA, Albertina O. e AMADO, Tina (orgs.). **Alternativas Escassas, Saúde, Sexualidade e Reprodução na América Latina**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MOURA, Clovis. **Organizações Negras**. In: SINGER, Paul (org). **São Paulo: o povo em movimento**. 2^a.ed. Petrópolis/São Paulo: Vozes, Cebrap, 1982.

NAPIER, Winston (ed.). **African American literary theory: a reader**. New York: New York University Press, 2000.

NASCIMENTO, Abdias. Reflexões sobre o movimento negro no Brasil, 1938-97. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo e HUNTLEY, Lynn (orgs). **Tirando a Máscara**. Ensaio sobre o Racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra/SEF, 2000.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **O sortilégio da cor**. Identidade, raça e gênero no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2003.

_____. Lélia Gonzalez: mulher negra soberana. In: < http://www.afirma.inf.br/htm/negra/especial_lg_lgmulhernegraesoberana.htm> (26/12/04)

OLIVEIRA, Rosália Lemos de. **Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Psicologia, 1997.

PAIVA, Angela R. Relações raciais no Brasil e nos Estados Unidos: perdas e ganhos na construção da cidadania. In: FONSECA, Denise P. Rosalem da (org.). **Resistência e inclusão: história, cultura e cidadania afro-descendentes**. Rio de Janeiro: PUC-Rio/Cons.Geral dos EUA, 2003.

PAMPLONA, Marco A. **Reverendo o sonho americano:1890-1972**. São Paulo: Atual, 1996.

_____. Os novos rumos da historiografia sobre a escravidão e as raízes do tempo presente. In: **Escravidão, Exclusão e Cidadania**. Rio de Janeiro: CCESS Editora, 2001.

_____. **Revoltas, repúblicas e cidadania**. Ed.Record: Rio de Janeiro, 2003.

PARKER, Richard. **Corpos, prazeres e paixões**. A cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.

- POLLACK, Michel. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. v.5, n.10. Rio de Janeiro: FGV, 1992.
- RIBEIRO, Matilde. Mulheres Negras Brasileiras: de Bertioga a Beijing. In: **Revista Estudos Feministas**. v. 3, n 2. Rio de Janeiro:UFRJ,1995.
- RIDENTE, Marcelo. 1968: rebeliões e utopias. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et alli* (org.). **O século XX**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- RISÉRIO, Antônio. **Carnaval Ijexá**: Notas sobre afoxés e blocos do carnaval afro-baiano. Salvador: Corrupio, 1981.
- ROLAND, Edna. O Movimento de Mulheres Negras Brasileiras: desafios e perspectivas. In: HUNTLEY, Lym e ALFREDO, Antônio Sérgio (orgs.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SADLIER, Darlene J. Pós-colonialismo, feminismo e a escrita de mulheres de cor nos Estados Unidos. In: <http://www.letas.ufrj.br/litcult/revistamulheres/Volume8/Darlenepos-colonialismo.htm>
- SAID, Edward W. **Cultura e Política**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- SANTOS, Joel Rufino dos. O movimento negro e a crise brasileira. In: **Revista Política e Administração**, n. 2 Rio de Janeiro: FESP, 1985.
- SCHUMACHER, Schuma. **Dicionário das mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.
- SERRANO, Carlos. Ginga, a Rainha Quilombola de Matamba e Angola. In: **Revista da USP**. n. 28. São Paulo: USP, 1995.
- SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. In: **Anuário Antropológico/93**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- SILLERS, Charles; MAY, Henry e Mc MILLEN. **Uma reavaliação da História dos Estados Unidos**: De Colônia a Potência Imperial. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SILVA, Denise Ferreira. Zumbi & Simpson, Farrakan & Pelé: as encruzilhadas do discurso racial. In: **Estudos Afro-asiáticos**. n. 33. Rio de Janeiro: UCAM, setembro, 1998.
- SILVA, Francisco Carlos. Crise da ditadura militar e o processo de abertura política no Brasil, 1974-1985. In: FERREIRA, Jorge (org.). **O Brasil Republicano**. v.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Maria Auxiliadora Gonçalves. **Encontros e desencontros de um movimento negro**. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 1994.

SILVEIRA, Oliveira. Ventre livre e corpo escravo. In: **Versus**. n.25. São Paulo: Versus, 1978.

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (ed.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

SKIDMORE, Thomas. EUA Biracial versus Brasil Multirracial: O Contraste é ainda válido? In: **Novos Estudos Cebrap**. n. 34. São Paulo: USP, 1992.

_____. O negro no Brasil e nos Estados Unidos. In: **O Brasil visto de fora**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

SOIHET, Rachel. Mulheres e Biografia. Significados para a História. Artigo apresentado no **X Simpósio Regional de História da ANPUH**, UERJ, 2002 (mimeo).

_____. O corpo feminino como lugar de violência. In: **Projeto História**. n. 25. São Paulo, dez/2002.

SOUZA, Jessé(org.). **Multiculturalismo e racismo: uma comparação Brasil-Estados Unidos**. Brasília: Editora Paralelo 15, 1997.

STAPLES, Robert. **The Black family: essays and studies**. 6th ed. Belmont: Wadsworth, 1999.

TAVARES, Júlio César. Etnografando Orfeu afro-brasileiro, 2002(mimeo).

_____. **Atitude, Paz e Respeito: Cultura Hip-Hop, Pedagogia Política e Intelectuais Públicos**, 2003, (mimeo).

WALKER, Alice. **A cor púrpura**. São Paulo: Marco Zero, 1986.

WALLACE, Michele. Imagens Negativas - para uma crítica cultural feminista negra. In: **Revista Estudos Feministas**, v.2 n. 3, jan./jun. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

WEST, Cornel. **Questão de raça**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Sites consultados:

<http://www.leliagonzalez.org.br/historia.html> ((consultado no dia 12/01/2005)

www.criticalresistance.org (consultado no dia 05/10/2004)

http://en.wikipedia.org/wiki/Racial_segregation (consultada no dia 02/08/2004)

<http://www.spartacus.schoolnet.co.uk/USAdavisAN.htm> (consultada no dia 15/10/2004)

<http://www.pbs.org/wgbh/pages/frontline/shows/race/interviews/kcleaver.html>
(consultado no dia 13/06/2004)

<http://blackquest.com/link.htm> (consultado no dia 17/09/2004)

<http://www.library.ucsb.edu/subjects/blackstudies/black.html> (consultado no dia 25/09/2004)

<http://voices.cla.umn.edu/newsite/authors/DAVISangela.htm> (consultado no dia 20/01/2004)